



SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE FEVEREIRO DE 2024

ATA

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas quinze horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 – Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2023;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 – Remodelação da Rede de Abastecimento de Água – Rua Afonso Henriques, Rua das Flores, Rua Sacadura Cabral e Rua Luís de Camões – Conhecimento;

2.3 – Discussão e votação do Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas;

2.4 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Canas de Senhorim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.5 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Nelas, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.6 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguireira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.7 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a União de Freguesias de Santar e Moreira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.8 - Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Lapa do Lobo, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.9 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Senhorim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.10 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Vilar Seco, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.11 - Discussão e Aprovação da Transferência de recursos para as Freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Reforço das verbas a atribuir a cada Freguesia;

2.12 – Discussão e votação de efeito retroativo à deliberação referente à transferência de recursos para as Freguesias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril;

2.13 – Discussão e Aprovação do Projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2024, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024;

2.14 – Discussão e Aprovação do Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2024 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2.15 – Discussão e Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Senhorim;

2.16 – Discussão e Aprovação do Pedido de permuta de caminho público por terreno de particular para abertura e alargamento de caminho. Local: Vale de Madeiros. Requerente: Junta de Freguesia de Canas de Senhorim;

2.17 – Discussão e Aprovação do Relatório final da Proposta de contratação de empréstimo de substituição de dívida a 10 anos;

2.18 – Discussão e Aprovação do Relatório final da Proposta de contratação de empréstimo de substituição de dívida a 15 anos;

2.19 – Discussão e Aprovação da 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024;

2.20 – Discussão e Aprovação do Mapa de Demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de dezembro de 2023;

2.21. – Discussão e Aprovação da 2.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024;

2.22 – Discussão e Aprovação da Minuta de Contrato de Consórcio – Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) – “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro”;

2.23 - Relatório de Atividades 2023 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Conhecimento;

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Está aberta a sessão.

Muito boa tarde a todos, Senhoras e Senhores Deputados. Cumprimento também o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores e todos os Senhores e Senhoras que estão no Público.

Como nota preparatória, gostaria de referir aqui que vou justificar a falta a 3 Senhores Deputados, à Senhora Maria José Serol Brito Correia que disse que não podia estar presente por motivos profissionais. E em seu lugar está já presente o Senhor Deputado Ernesto Isaú da Fonte.

Justificar também a falta da Senhora Deputada Ana Carla Luzio que está substituída pelo Senhor Deputado Milton Duarte, que também está.

Justificar a falta à Senhora Deputada Alexandra Monteiro. Foi pedida a substituição pela Senhora Ana Catarina Duarte, mas que, à última da hora ou pelo menos ontem à noite, disse que não podia vir. Tentou-se a todo custo ainda substituí-la, foi impossível.

Portanto, temos menos um deputado, não é assim Senhor. Deputado António Borges?

Estão justificadas as faltas. A Mesa está incompleta e se o Plenário não se opusesse, como habitualmente, chamava a Senhora Deputada Maria Antónia Figueiredo.

Completa a Mesa, pedia à Senhora Primeira Secretária para fazer a chamada.

(A Senhora Primeira Secretária Carlinda Loureiro procedeu à chamada dos Senhores Deputados)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Neste momento temos quantos?

A Senhora Deputada Carlinda Loureiro:

- Neste momento, portanto, temos 25. Quer dizer 25 sim porque seriam 27 retirando a Senhora Ana Catarina Duarte que está a faltar, seriam 27. Menos os 2, portanto, neste momento, estamos com 25.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então faltam os dois Senhores Presidentes de Junta?

A Senhora Deputada Carlinda Loureiro:

- Sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem.

Então passaríamos ao Período de Antes da Ordem do Dia para discutirmos e tratarmos aqui dos assuntos de interesse geral para o município. E o primeiro ponto é a discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 12 de dezembro de 2023.

Os Senhores Deputados todos têm a ata da última sessão, 60 páginas. Alguém quer fazer alguma consideração sobre ela? Não. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Deputado Esaú.

Chegou o Senhor Presidente da Junta de Santar, Jorge Abreu.

Senhor deputado Jorge Abreu, vota a favor da ata anterior? Sim.

Ponto número 2 deste Período de Antes da Ordem do Dia – Leitura do expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mails, enviados pelas: Associação Bairro da Igreja de Nelas; Associação Nacional de Municípios Portugueses; Câmara Municipal de Águeda; Assembleia Municipal de Ourém; CIM Viseu Dão Lafões; ATAM; Assembleia Municipal de Murça e Assembleia Municipal de Sobral de Monte Agraço, enviando Postais de Boas Festas;

- Exemplar da Revista Bem-Estar Animal – Uma abordagem integrada;

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim - Convite para as cerimónias comemorativas do 93.º aniversário desta instituição, a decorrer no dia 18 de fevereiro de 2024;

- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nelas – Envio de Relatório de Atividades do ano de 2023;

- E-mail, datado de 14 de fevereiro de 2024, da Senhora Deputada Municipal Ana Carla Figueiredo Luzio, informando que por motivos profissionais não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 15:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2024, pelo que solicita a justificação da sua falta, assim como a sua substituição de 14 de fevereiro a 29 de fevereiro;

- Ofício n.º 1935, datado de 15 de fevereiro de 2024, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 23 de fevereiro de 2024.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 13/2023, datado de 13 de dezembro de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 12 de dezembro de 2023;

- Ofício, datado de 14/12/2023, solicitando a Relação de Dívidas a Fornecedores, que foi requerido pelo Senhor Deputado Municipal Dr. Augusto Duarte Oliveira Borges da Silva;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Ofício n.º 01/2024, datado de 05 de fevereiro de 2024, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária do dia 23 de fevereiro de 2023, pelas 15:00 horas;

- E-mail, datado de 15 de fevereiro de 2024, enviado ao Ex.m.º Senhor Milton José Pais Duarte, convocando-o para a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 15:00 horas do dia 23 de fevereiro de 2024, em virtude da Senhora Deputada Municipal Ana Carla Figueiredo Luzio ter informado que por motivos profissionais não poderá estar presente nessa sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas e ter solicitado a justificação da sua falta, assim como a sua substituição de 14 de fevereiro a 29 de fevereiro.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não sei se algum dos Senhores Deputados quer fazer alguma intervenção sobre este ponto. Não.

Então, passaríamos ao ponto número 3 - Assuntos diversos dos da ordem do dia. Informações, pedir esclarecimento, recomendações. Os Senhores Deputados querem pronunciar-se sobre este documento que foi solicitado pelo Senhor deputado Augusto Borges da Silva. Ou se dou, inicialmente, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

Tem algum interesse em alguma explicação prévia, ou aguarda depois pelo fim.

Então, faz favor, quem se quer inscrever para, neste Período, para o ponto número 3?

São 4 inscrições? João Paulo Almeida, Professor Borges, Augusto Silva, Rui Costa e Pedro Pinto.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Ora boas tardes.

Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores.

Caros Colegas,

Estimado Público.

Senhor Presidente, só queria uns breves esclarecimentos sobre as pequenas, ou melhor, obras de relevo do Concelho.

Avenida João XXIII. Circula na opinião pública que o prazo da conclusão da sua remodelação foi ultrapassado. E o não cumprimento do prazo, teremos, o município de devolver uma quantia de verba. Se verdade, quanto será a quantia?

Cemitério de Canas de Senhorim. Há muito concluído, ou executado, conforme se queira dizer, o porquê da não sua utilização que tanta faz falta a Canas de Senhorim.

Reservatório da água de Nelas, já está em funcionamento? O que falta para termos o seu usufruto?

É só. Obrigado

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. No final, o Senhor Presidente da Câmara responderá, como habitualmente.

Segunda inscrição. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, faz favor.

Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Boa tarde,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor. Presidente da Câmara,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Quero cumprimentar todos os presentes,
Senhores deputados,
Estimado Público.

Assim, relativamente, como o Senhor Presidente da Assembleia fez o favor de introduzir relativamente ao documento que foi por mim pedido, não na última Assembleia, na última Assembleia, formalmente, mas que devia ser entregue até por um princípio de gestão responsável e transparente, este documento devia constar sempre na informação do Presidente da Câmara, devia estar disponível para ser discutido em qualquer momento.

É verdade, é verdade, é verdade e porquê? Porque só este documento é que permite comprovar um dado que agora se nos afigura, absolutamente, transparente, que é na informação do Senhor Presidente da Câmara da última Assembleia, que eu tenho aqui comigo e convido todos que tiverem a verificar se o que eu estou a dizer é verdade ou não, o Senhor Presidente da Câmara informa esta Assembleia que existe dívida orçamental de curto prazo a fornecedores e outros credores, um valor de 1.794.000,00 euros

E este mapa que eu tenho aqui totaliza 978.000,000 euros. Portanto, existem aqui 80.000,000 euros de despesas, aliás, de dívidas a curto prazo que não estão computadas neste mapa.

Eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara onde é que estão esses 800.000,00 euros. Se há justificação para eles não terem sido entregues. Ou, se de facto não é? Não devem ser aqui contabilizados. Portanto, espero uma justificação por parte do Senhor Presidente nessa medida.

Até porque existem aqui incongruências. Então, nós temos uma injunção, a Câmara Municipal tem uma injunção da Certificoimbra, uma injunção por causa de faturas que deram entrada na contabilidade e não foram pagas e depois eu peço um mapa e não consta aqui a Certificoimbra. Portanto, alguma coisa não está correta e esperava que me desse uma. Depois esperava que me desse uma explicação nesse sentido.

Então, mas é uma injunção, mas as injunções são intentadas por base em faturas em atraso que entram na contabilidade. Isto é, ou não é um extrato da Contabilidade? Faturas entregues e não pagas, que, a propósito, em Novembro, à data de Novembro, já haviam faturas em que transitaram para pagamentos em atraso dos 90 dias, porque, se entraram em Novembro, já temos aqui despesas de Julho e de Agosto.

Portanto, e a dívida não baixou, a dívida baixou, acho que 50.000,00 euros a curto prazo. Portanto, não houve aqui também relevante cumprimento perante os credores da Câmara Municipal. Portanto, por favor, gostava de ser esclarecido relativamente a este mapa. Pronto.

Um segundo tema, portanto, existe aqui e está, é Público que foram abertos procedimentos concursais para a contratação de alguns técnicos superiores e assistentes técnicos para a Câmara Municipal. Portanto, aqui temos 3 concursos para tempo, aliás, 4 concursos para tempo indeterminado para algumas funções camarárias. E depois 2 concursos a termo certo.

Relativamente ao Orçamento de 2024, levantei aqui a questão que a despesa com Pessoal está cada vez mais alta, da Câmara Municipal de Nelas, cada vez mais alta, cada vez, por percentagem, é uma maior, tem uma maior importância na Despesa total da Câmara Municipal de Nelas.

O Senhor Presidente da Câmara deu a explicação: Houve a consolidação dos quadros. Houve a consolidação dos quadros. Isto já não é consolidação dos quadros. Porque é que existe uma aposta sucessiva e reiterada em comer despesa corrente à Câmara Municipal de Nelas e não existe o mínimo de preocupação com a realização de investimento?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Não vejo o mínimo de preocupação ser atribuída à realização de investimento estruturante, que é preciso muito no Concelho de Nelas. Não existe o mínimo. Existe, sim, em aumentar a margem para fazer despesa corrente.

Relativamente a isso, também hoje foi-nos aqui proposto, vem-nos aqui proposto um empréstimo de substituição de dívida. Não sei para que é que isto é. Mas também se pode integrar aqui nesta vertente que nós estamos a falar de, ou de refinanciamento, ou de Tesouraria. Não, não, não, não creio que os documentos tenham sido enviados aos Deputados justifiquem suficientemente isto. Eu não sei o que é que isto é.

Também gostava de uma explicação nesse sentido e já agora, para concretizar a pergunta anterior que fiz, gostava, mais uma vez e por haver ser confrontado com esta nova realidade que já não encaixa na justificação que o Senhor Presidente me deu da consolidação dos quadros, qual é a estratégia de investimento para o Município de Nelas? Não sei. A estratégia de Pessoal está à vista, mas a de investimento ainda não a vi. Pronto. Estas são as 2 notas que eu queria dar.

Ó Senhor Presidente, depois terá a vez para responder, se se assim, se quiser. Estas são as notas que eu queria dar e são as primeiras e são as mais importantes, porque são as que dizem respeito ao Município de Nelas, propriamente, não porque o que eu vá dizer a seguir não seja, não diga respeito ao Município de Nelas. Mas acho que aquilo que deve motivar uma pessoa no exercício de funções, sejam elas executivas, sejam elas não executivas ou a mera sindicância pública da atuação dos órgãos de gestão, devem ter, devem ser balizadas, devem ser orientadas num primeiro ponto relativamente à vida do Município, seja ela financeira, prática, etc.

Mas também existe um segundo ponto e eu queria agora fazer uma intervenção relativamente a um segundo ponto que a mim, preocupa, me preocupa muito e eu fico, absolutamente, embasbacado, acho que não há melhor palavra para descrever o meu estado de espírito relativamente a essa matéria que é: Eu desde que sou, desde que sou miúdo, ainda sou miúdo, mas desde que sou mais novo do que ainda sou agora, que sempre gostei de ter uma intervenção na vida pública, política e associativa. Foi algo que eu sempre prezei, é algo que eu acho que complementa o civismo e que considero mesmo um dever.

E agora, aos 25 anos de idade, custa-me muito ver que, 2 anos depois de, portanto e 2 anos depois das Autárquicas de 2 anos, 2 anos depois deste projeto, que é agora, que está agora a liderar a gestão da Câmara Municipal de Nelas, foi submetido à vontade popular, portanto, logo imediatamente a seguir às eleições, existe a saída do Senhor Vereador Manuel Henriques. P

Portanto, ganha as eleições e vai imediatamente de volta às suas funções. Não, não estou a pôr em causa as razões que que tenha, independentemente das razões que tenha. Nós assumimos um compromisso e um compromisso para funções executivas para gestão da Câmara Municipal. Temos que cumprir, fazer cumprir. E agora 2 anos depois, o Senhor Vereador Artur, 2 anos depois de um projeto que ia mudar o Concelho de Nelas, que ia dar dignidade às Instituições, sai 2 anos depois. Qualquer dia não temos, não temos pessoas eleitas suficientes para fazer parte do Executivo.

Meus Senhores, Isto é que é dignificar? Isto é que é dignificar? Desculpem lá, 2 anos depois? Dois anos depois? Andam a dizer às populações que estamos em ruptura financeira, que não existe investimento, que não há nada que as pessoas não dignificam as instituições e uns, que estão em segundo lugar, que são o grande baluarte de Canas de Senhorim, o grande representante sai logo, imediatamente a seguir às eleições. E, agora, o pródigo financeiro Salvador da vida financeira e económica da Câmara Municipal de nelas, 2 anos depois de assumir o cargo, abandona também.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Senhor Presidente, acho que se exige uma justificação, por maioria da razão, nesta Assembleia Municipal, sua, ou de quem entender direito, relativamente a esta matéria. Eu acho que as populações, neste momento, se sentem defraudadas, defraudadas, relativamente à Câmara Municipal de Nelas e aos seus Corpos Gerentes.

Numa última nota. Esta para o Senhor Presidente da Assembleia, é um repto que gostava de lançar, portanto, as comemorações do 25 de Abril. Falta um mês, 2 meses, 2 meses. No ano passado não foi dada oportunidade a todos os partidos de fazerem um discurso de 25 de Abril. Eu queria lançar o repto: Pelo menos, nos 50 anos do 25 de Abril, que fosse aberta essa.

Muito obrigado, está bem?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. Terceira inscrição faz favor, Pedro Pinto.

O Senhor Deputado Pedro Pinto:

- Espero que a Doutora Sofia Relvas continue bem empregada. Mas não foi isso que me trouxe aqui.

O que me trouxe aqui foi uma situação e já que falaram de Canas de Senhorim, eu também venho aqui e sou um bom representante de Canas de Senhorim. E Canas de Senhorim tem um excelente Carnaval. Carnaval esse que é o Carnaval de Canas de Senhorim.

Cumprimento, desculpem lá, cumprimento a Mesa nas pessoas dos Senhores Presidentes e todos os presentes.

Isto, porquê? Eu só venho aqui manifestar um pouco o desagrado, não de mim, enquanto Canense, mas de centenas de Canenses. O Carnaval de Canas de Senhorim é o Carnaval de Canas de Senhorim. Não é o Carnaval Coração do Dão.

Gostem, ou não gostem, é um Carnaval secular e é um Carnaval que merece algum respeito. E esse Carnaval deve ser tratado como tal. Eu acho que o Carnaval é do Município de Nelas, tanto o Carnaval de Canas de Senhorim, como o Carnaval de Nelas. Mas acho que nós e se tiverem a curiosidade, nós vamos à Página do Turismo de Portugal, nesta Região aparece-nos a Danças dos Cus, o Carnaval de sábado do Carregal do Sal e aparece-nos o Carnaval Coração do Dão.

E acho que isso não devia acontecer. Acho que o Município deve trabalhar o que de melhor nós temos no nosso Município. Temos várias situações: A Feira do Vinho, o Carnaval de Canas de Senhorim, a Feira Medieval de Canas de Senhorim, entre outras coisas.

Mas acho que devemos trabalhar a imagem daquilo que traz cultura e pessoas ao nosso Concelho. E é isso que me traz aqui e mostrar o desagrado dos Canenses, que acho que o Carnaval e a marca Carnaval de Cana Senhorim tem que ser trabalhada de outra forma.

Outra situação que me traz aqui é o Parque, não sei se é desportivo, ou de lazer, da EDM. Até há bem pouco tempo eu publiquei na minha página no Facebook o abandono que está aquele Parque. É um abandono total. Convido toda a gente se quiserem lá ir, não sei de quem é a culpa, mas se quiserem lá ir ver o abandono que está aquilo, se é da Junta de Freguesia, se é do Município, se é da EDM. Mas é degradante quem quiser ir para lá praticar ténis, praticar desporto.

Eu tenho, ou as crianças, neste momento, até as crianças não podem brincar porque está tudo vandalizado. Não é culpa do Município, não é culpa da Junta de Freguesia, porque o vandalismo, infelizmente, acontece um pouco por todo o lado.

Mas acho que devíamos ter um bocado mais de cuidado com aquilo que nos foi deixado e que está em total, mas total abandono. E o que se torna agora não ter segurança para quem lá anda no dia-a-dia.

Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado, Senhor Deputado. Quarta inscrição. Senhor Deputado Rui Costa, faz favor?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras Secretárias,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhoras e Senhores Deputados Municipais.

Estimado Público.

No seguimento do Senhor Deputado Pedro, eu já tinha aqui uma intervenção para falar dos Carnavais. Não vou aqui alimentar se deve chamar de uma forma, ou de outra. Portanto, respeito, respeito.

Mas não deixava de me congratular e que, ao fim ao cabo, penso que é extensivo a todos as pessoas que estão aqui, dos grandes eventos, que é o Carnaval do Concelho. Dois Carnavais, 4 corsos.

A Câmara Municipal, muito envolvida também com as Associações. Portanto, acho que estamos todos de parabéns nestes grandes eventos. Portanto dar os parabéns, principalmente, ao Paço, à Associação do Paço, à Associação do Rossio, à Associação do Bairro da Igreja e à Associação do Cimo do Povo, que merecem, merecem, que sejam faladas também neste Órgão.

Depois, no seguimento, queria solicitar alguma informação ao Executivo Municipal, designadamente ao Senhor Presidente da Câmara, de algumas obras que estão em cima da mesa. Digamos, a parte da arborização que este Município tem feito nalguns sítios do Concelho. Portanto, que também se falasse um bocadinho disso, desse projeto e da situação que está que está a executar.

E depois é, pegando também nas palavras do Senhor Deputado sobre o depósito, o grande depósito, que está, que foi inaugurado aqui há uns anos atrás, com algumas falhas ou com muitas falhas, sem funcionamento, gostaria de saber quando é que realmente este Executivo o colocou a funcionar, porque foi este Executivo que o colocou a funcionar. Não o anterior, não o famoso pai da criança que, realmente, não existia. E, portanto, e como é que está a funcionar?

Porque, realmente, quando a coisa nasce mal, tarde, ou nunca, se endireita, não é? Realmente, a situação que vamos ter que pagar da energia por teimosia da localização deste depósito vai ter que ser paga por todos nós. Portanto, gostaria que falasse um bocadinho também sobre isso, Senhor Presidente.

E, depois, outra situação, o Mercado Municipal. Vejamos, o Mercado Municipal que, daquilo que vemos, pouco, ou quase nada falta. O porquê de não ser aberto? E indo no seguimento, uma fatura de Novembro da Certificoimbra. Realmente, uma fatura de Novembro, quando aqueles Senhores que já não trabalham no Mercado Municipal faz 2 anos. Realmente, se calhar uma fatura que deveria ser paga pelo Executivo anterior e que apareceu agora. Não sei? Se calhar, é isso.

Depois, falando no documento que foi aqui solicitado pelo Senhor Deputado Borges, das dívidas? Também é Borges, Augusto Borges. É assim: Eu nunca vi e a bancada que o suporta é o Partido Socialista, nunca vi em mandatos anteriores e era o Partido Socialista que estava aqui, enviar uma folha destas.

Realmente, este Executivo até envia, quando o anterior, quando era solicitado para apresentar documentos, remetia para outras calendas, não é? Portanto, realmente o Senhor teve direito a ela. Os outros nunca tiveram.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Nesse seguimento: Fazer cumprir. Esta frase foi aqui dita: Fazer cumprir. Ora, vejamos, os Senhores Deputados da Oposição que aqui estão, um está em substituição, o outro não, não é? Também está. Estão os 2. Não é? Estão os 2. Os dois Senhores Vereadores estão os 2 em substituição. Ou seja, a pessoa que se candidatou às eleições foi-se embora, foi-se embora.

O candidato a Presidente da Câmara, que tinha lugar daquele lado, não está cá. E vem o Senhor dizer que o segundo foi-se embora. O primeiro está cá. Não se foi embora, está cá. Depois, também vou lembrar que o candidato número 2 do Partido Socialista também tem cá não está.

Vê-o ali? Não vê. Portanto, o Senhor, antes de atirar pedras, faça uma introspecção, uma introspecção do que o seu Partido tem feito a este Concelho. E depois tem de apoiar, tem, para vir aqui, acima dizer qualquer coisa.

Defraudadas? Realmente, estamos nós, porque eu gostava de ver ali as pessoas que se candidataram na lista do Partido Socialista. Não os substitutos.

Atenção, estão aqui 3 Senhores Vereadores. Estão aqui, 3 Senhores Vereadores. Não, não, Eu não vou discutir consigo. Portanto, defraudados, estamos todos nós que o número 2 e o número 1, do Partido Socialista, que foi a eleições, não está cá?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Se quiser, pode-se voltar a escrever, está bem? Mas, diálogo não.

Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Professor, tinha-se inscrito? Muito bem. Faz favor. Os Senhores Vereadores não podem intervir na Assembleia Municipal. Que fique bem claro.

O Senhor Deputado Professor Borges dos Santos:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados Municipais

Ex.m.º Público.

Muito boa tarde.

É, ao contrário do que já é hábito com o Rui quando fala depois de mim, eu não vou comentar as intervenções dele, até porque não vou alimentar essa discussão porque o Rui está um bocado nervoso a fazer as considerações. E eu, cada um fica com as considerações que achar convenientes.

Tinha apenas aqui 3 questões, muito rápidas, para colocar o seu Presidente. E uma delas prende-se com a Estação Elevatória da Póvoa da Roçada. Segundo me parece eu, porque acaso ainda não tive oportunidade de lá passaras fui informado que a Estação Elevatória da Póvoa da Roçada está a correr a céu aberto para o Ribeiro há mais de 1 mês.

Eu, na altura, ouvi que essa situação já estava resolvida. Ontem, disseram-me que está na mesma situação. Não sei o que é que se passa. Se é uma falha de projeto. Se é uma falha da própria Estação. Mas, o que é certo é que não pode acontecer. Se estão, há um mês, a correr a céu aberto, todos os esgotos daquela zona, nós podemos considerar isto um crime ambiental.

E sabemos muito bem que, quando há indícios de crimes ambientais, a APA não perdoa. E, portanto, espero que não haja nenhum dissabor para a Câmara por esse motivo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores fazem o favor de se calarem e não perturbarem o Senhor Professor Borges?
É a última vez que peço.

O Senhor Deputado Professor Borges dos Santos:

- Muito obrigado Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Portanto, nós aqui não sabemos o que é que se passa para não ser reativada a Estação Elevatória. Mas é importante que o seja no mais curto espaço de tempo.

Já que estamos a falar em ETAR,s, a talhe de foice, na ETAR número 3 de Nelas. Houve as obras de consolidação que nós conhecemos, no tanque principal, por falhas estruturais que estavam a ser averiguadas. O que eu queria saber é se, de facto, o LNEC já emitiu um relatório final, se há culpado, se há, quem é que assumiu as culpas, ou os pagamentos da obra que foi bastante dinheiro? Portanto, porque nunca mais falámos sobre isso e eu não sei o que é que se passa.

Outra situação, esta é um bocado caricata, porque também fui informado, também não dei conta, mas fui informado que desviaram o trânsito no Carnaval que vinha de Seia, da Serra da Estrela, para para a Rua dos Caçadores e dos Pescadores, direitos a Felgueira, portanto, impedindo o trânsito que vinha de Seia, vir ao Carnaval de Nelas, se quisesse vir ao Carnaval de Nelas, ou se não quisesse, se quisesse ir apenas ara Viseu, ou para outros destinos. ter que ir dar uma volta enorme para chegar aqui. Se viesse para o Carnaval apanhavam-no caminho e não precisavam de voltar vir para aqui mais uns metros. Se era para irem para Viseu, ou outro lado qualquer, iam dar um desvio bastante grande.

Não sei por que é que foi isto. Se isto, de facto, teve conhecimento da Câmara. Deve ter tido. Mas, se calhar, interromper uma estrada nacional para a que o Carnaval de Nelas, que tem tanto espaço por onde andar, ocupe as rotundas fundamentais, parece-me que foi um bocado descabido, a não ser que tenham alguma coisa contra o Carnaval de Nelas. Espero que não...

Pronto e era só isto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado António Borges.

Eu não sei se o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, se quer inscrever ou não. Não. Então, não havendo mais inscrições, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a cada uma das intervenções dos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara. Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:

- Ora, muito boa tarde a todas e a todos.

Cumprimento, naturalmente, o Senhor Presidente da Assembleia, as Senhoras Secretárias, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados, os Senhores Presidentes de Junta, o Distinto Público e o Colaborador do Município.

Então, eu, antes de responder com todo o gosto a todas as questões que foram colocados, queria dar, Senhor Presidente, se me permitisse 2 ou 3 notas também importantes, com algumas questões relacionadas com a com o nosso Município.

Uma delas tem a ver com a abertura da candidatura das Requalificações das USF,s. No caso de Nelas, a USF/Centro de Saúde. Como sabe, houve uma primeira candidatura que não foi aceite e nós fizemos a Requalificação através do PRR. Dizer que as candidaturas têm um financiamento de 100%. Portanto, não tem, ou não implica um custo para o erário Público, para o Orçamento Municipal. E o que deriva da empreitada, a 6% do IVA, é consignado em Orçamento de Estado, conforme o que está estipulado.

Sendo isto, temos um investimento de 3,5 milhões de euros para o nosso território, no que é a requalificação dos 2 espaços, que têm cerca de 50 anos de idade e que não tinham, inclusivé, a titularidade do edifício. Resolve-se essa questão. Vão passar para o domínio do Município, para a titularidade da Câmara Municipal de Nelas.

E dizer que, no ponto da situação, houve, o procedimento podia estar concluído. Não fora o facto de já estar desintegrado. Não há ARS nem há ACES Dão Lafões desde 31 de dezembro de



2023. Agora, há ULS, a Unidade Local de Saúde da Viseu Dão Lafões. E, portanto, que é uma nova Entidade que, se calhar, com a responsabilidade da gestão dos Cuidados de Saúde Primários no nosso território, na Região dos 14 municípios da CIM Viseu Dão Lafões.

Mas estava eu a dizer que, no que decorreu da Requalificação da candidatura, da Requalificação dos espaços, a ARS, quando os projetos já estavam concluídos e aceites pela própria ARS, resolveu meter uma Adenda aos contratos, o que obrigou os contratos a virem todos para trás. Não foi o de Nelas, foi de todos os territórios da Região Centro, com algumas coisas que deviam estar acauteladas e não estavam, que era a questão da higienização, do tratamento dos sujeitos, vulgo, as batas, ou os pensos, como são feitos. O que deu ali um prolongamento na submissão da candidatura para todos municípios, entretanto resolvida.

Entretanto, apareceu uma Lei nova, aliás, uma Lei que existia, mas que foi implementada a partir de final de 28 de agosto, se a memória não me trai, de 202, que obriga a que, na génese, a ideia é boa, porque tudo, é a revisão do projeto. Ou seja, todos os projectos de empreitadas com valores superiores a 400.000,00 euros, é obrigatório haver uma revisão do projeto.

Ou seja, há um Projetista a quem nós adjudicamos um serviço e hoje até podemos vir a falar sobre isso num ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, mas o próprio projeto, pois é obrigatório, se o montante for acima dos 400.000,00 euros, a ser revisto por outro Projetista, que ficará com uma responsabilidade acrescida de evitar que haja trabalhos a mais e trabalhos complementares e que seja cumprido o que é o estipulado no Projeto.

Na teoria, é bom. Na prática, para as Câmaras, não é assim tão bom porque obriga-nos a pagar a dobrar. Temos que pagar ao Projetista e a revisão do Projeto. Mas são as regras do jogo. Alegadamente, no que decorrer depois da empreitada, não haverá estas despesas que costuma haver e, portanto, uma coisa compensaria a outra. Será por aí também.

Mas dizer-vos que, no que é o Cronograma, agora já está em parte avançada a revisão do projeto. É do domínio Público. No ACINGOV, muito do que são as contratações da Câmara, ou quase todas as colocamos lá e fazemos questão de as colocar lá e não só com as que decorrem da lei, independentemente do montante, temos tendência a colocá-las lá.

E o que lá está consignado, precisamente é este ponto agora de, no próximo mês de março, termos a reapreciação por parte da nova equipa projetista que faz a apreciação do projeto. E é 30 dias para depois haver os acertos. E, portanto, é expectável que no final de abril esteja o projeto terminado no que esta parte da burocracia, da revisão do projeto. E, diria eu que em maio estaremos em condições de abrir os concursos para as 2 USF,s.

Sendo que há uma, neste momento, temos o melhor dos mundos, temos um financiamento, temos o melhor do mundo, dos financiamentos a 100%. O IVA, parte. Só nos falta uma coisa que não depende de nós diretamente, mas que é que o nos interessa, neste caso em particular, é que apareçam empreiteiros para a fazer a empreitada. E, de facto, é neste momento o que nós precisamos que aconteça. Esperemos que isso seja um facto. Nós estamos a tentar abrir as 2 empreitadas do concurso na mesma altura, precisamente para que seja mais apelativo em termos de estaleiro, uma vez que pode acontecer que seja um empreiteiro querer ficar com as 2 empreitadas se, obviamente, ganhar os concursos públicos, mas depois ter, como é uma distância muito curta entre os 2 territórios, entre Nelas e Canas de Senhorim, ter um estaleiro. O que tem ganhos, em termos do Centro de Custos do próprio Empreiteiro.

Dizer ainda que a Requalificação das USF,s prevê um acompanhamento não desintegrado no USF de Nelas porque, como o edifício é maior, o montante, já o disse aqui, mas às vezes é bom



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

reiterá-lo. Colocou-se aqui a questão, porque é que o montante é um diferencial tão grande no USF de Nelas em relação à de Canas de Senhorim.

Não é. Quer dizer, é, mas tem uma razão clara. A candidatura é feita consoante o número de metros quadrados do espaço. Ora, a USF de Nelas tem a parte do Centro de Saúde toda, tem uma área muito maior, quase o triplo. E, portanto, a candidatura, o que financia é por metro quadrado.

Ainda aqui, aproveitando para falar nisso, como vocês sabem, falo, então, das delegações de competências, de uma forma muito sucinta que é: Nós, neste momento, somos o único Município da Região de Viseu Dão Lafões que ainda não assinou o Auto de Transferência de Competências na Área da Saúde. E não me arrependo porque também falámos aqui e houve, julgo até, o entendimento da Assembleia Municipal nesse sentido, de que, ao contrário de outras delegações de competências, onde não houve negociação, infelizmente, neste houve.

Na Educação foi a partir de 1 de abril de 2022, que produziu efeito sem os municípios serem ouvidos. sem haver negociação e como um dado adquirido. O dado adquirido tem a ver com, neste momento, caminharmos a passos largos para cerca de 500.000,00 euros, 500.000,00 euros na Educação a menos que o Município recebe do que decorre da transferência de competências das responsabilidades com os Funcionários das escolas.

Ou seja, passaram 91 Funcionários das escolas, que eram quadros das escolas, que continuam a ser Funcionários das escolas e o Município só os tem no papel. Não gere horários, não gere nada de atividades, funções. É uma delegação que está e bem, nas escolas também, mas passou o procedimento, a parte processual do vencimento e a responsabilidade do vencimento passou para a Autarquia.

Nós temos reportado, sistematicamente, a todas as entidades, à DGESTE, à DGAL, ao Ministério da Educação, ao Ministério das Finanças, ao Senhor Primeiro-Ministro, ao Senhor Presidente da República, aos Grupos Parlamentares. Até agora, infelizmente, sem efeito. Temos, insistentemente, 50,00 euros, ou 500,00 euros, ou 5.000,00 euros, seria um montante sempre bom, 500.000,00 euros numa Autarquia como esta tem um peso muito grande.

Obviamente que nós, algumas das alterações orçamentais têm a ver com o facto de que é necessário fazer o reforço para o pagamento. E há depois a reposição dos posicionamentos e obriga a fazer isso. Nós tínhamos avisado, quando foi com a DGESTE, quando houve as reuniões onde, na altura, se conseguia falar com a DGESTE, quando foi para nos deixar ficar com estas competências, houve ali uma margem para negociação, mas para falar.

Nós temos alertado que os valores estimados para a remuneração eram capazes de não estar corretos. Entretanto, com algum reposicionamento, tornou-se pior e neste momento, desde 1 de abril de 2022 até à remuneração de fevereiro de 2024, estamos a caminhar para um hiato, entre o que recebemos para a rubrica da remuneração dos Funcionários, com o que deixamos de receber com 488.000,00 euros certos. Portanto, é um valor muito significativo.

A DGAL disse-nos que há um diferencial para ser revisto e que nos iria comunicar isso. Andamos nisto há meses, para não falar há mais de 1 ano, que andamos com este reporte e todos os meses vai acumulando porque há sempre este défice.

O que não aconteceu na Saúde e ainda bem. Na Saúde, em abono da verdade, tem havido aqui um outro locutor privilegiado que tem sido fabuloso, que é o Senhor Doutor Eduardo Leal, que é o Adjunto do Senhor Ministro da Saúde, que tem sido, verdadeiramente, um belíssimo negociador nisto no que é transferência de competências e já o disse aqui algumas vezes e volto a reiterar em termos do que foram as negociações que têm que ser feitas com a Administração Central.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Diria que foi o melhor interlocutor com o Município teve até agora na resolução das coisas. Não tem sido fácil. Eu também não sou fácil. As negociações também não são fáceis. Cada um defende os seus interesses. O que é normal. Mas julgo que fomos avançando e que neste momento, a breve trecho, estarão criadas as condições para ser assinado o Auto de Transferência de Competências,

Sendo que uma das questões, não estava consignado no projeto ainda porque não podia, a questão da Unidade de Cuidados Continuados que era da Santa Casa da Misericórdia, aqui no Centro de Saúde. E aparece, na Adenda, com um valor de cerca de 200.000,00 euros para também ser alvo da Requalificação, com os Quadros Clínicos de Médicos e de Enfermeiros, que foi uma questão que nós salvaguardámos para que ficasse, devidamente, constituída, com os Assistentes Técnicos que estão todos em pleno, tanto numa, como na outra USF, agora. Os Médicos, os Enfermeiros, estamos à espera que esteja tudo concluído. Ainda falta um Clínico para ficarem completos.

E, depois, uma outra questão que é importantíssima: A USF de Canas de Senhorim, graças ao bom desempenho dos seus profissionais, já é desde Janeiro deste ano, modelo B. Em termos de USF. Para ficarem com uma ideia, a passagem do modelo A para o modelo B é o facto de o número da Carteira de Utentes que os Médicos têm e que a USF tem, ser satisfeita no número, mas também no Atendimento.

Isto faz com que haja uma prerrogativa do atendimento da marcação das consultas de agudos e uma resposta mais célere e mais rápida, porque isto é quase como, eu não gosto de fazer terminologia, mas no futebol, mas tem que manter, quem está no modelo B, aqueles resultados se não desce a modelo A outra vez. E há uma pequena, grande diferença, que tem a ver com os vencimentos do Corpo Clínico e dos Assistentes, que é bastante significativo.

Estamos a falar entre 50% a 60% do que era o vencimento de base. Isto tem coisas muito positivas. A primeira é trabalhar por objetivos, diminuir o tempo de espera nas consultas e o nosso Serviço Nacional de Saúde tem coisas boas e esta é, claramente, uma delas. Na questão dos Cuidados de Saúde Primários, no atendimento, na demora das consultas e numa coisa particularmente importante, que é a fixação dos Quadros, porque, de facto, o Quadro Clínico fica fixado a um Quadro, como as escolas também tinham na fixação dos quadros das escolas, também dos Clínicos e dar estabilidade e um conforto à Comunidade para isso.

A USF de Nelas, em princípio, passará agora em março para modelo B esta e esta é outra das razões. Nós não pomos em causa nada do que nos dizem, mas estamos mesmo nisto, com a experiência que temos na transferência de competências como São Tomé. Ver para crer. Quando as 2 estiverem em modelo B, os corpos clínicos concluídos, as extensões de horários como estão contratualizadas, quer na USF de Cana de Senhorim, como de Nelas, as Extensões asseguradas porque estava descontinuada a de Carvalhal Redondo. Estava intermitente a de Santar e com uma com uma questão nova, que também é assegurada com Projetos Piloto de SNS 24 nas Freguesias, com as Freguesias que não são servidas pelos Cuidados de Saúde Primários, portanto, Nelas e Canas de Senhorim e Santar e Carvalhal Redondo/Aguieira, por causa das Extensões terem Postos SNS 24 que, basicamente, serve para, inclusivé, na formação que é feita com as Juntas de Freguesia, que foi essa a última questão que já foi aceite e tem que ser agora também foi referenciada, ou falada com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

É um software que permite às próprias Juntas de Freguesia, no atendimento ao Público, com os seus Fregueses poderem fazer algumas marcações que possam ser feitas também. E fazer o pedido de medicação também. É um serviço de proximidade que eu acho também que é importante para o território e aqui teremos o que é a parte holística da Saúde, requalificação dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

nossos edifícios, corpos clínicos fixados, modelo B, respostas dos corpos clínicos e Saúde em Cuidados Primários em todos os territórios.

E esta foi negociada e foi negociada com a eficácia. Não vou dizer bem, porque Juiz em causa própria não, também não gosto de o ser, mas acho que conseguimos aqui negociar e deixar para a Saúde aquilo que é o anseio de todos nós: Edifícios requalificados, com qualidade em condições, com respostas na área da Saúde, generalizadas aos territórios todos, modelo B, fixação dos Médicos, o que era aquilo que nós entendemos em termos de requalificação das USF.

Na Ação Social há aí uma candidatura, já lá vamos também, na que é de uma Assistente Social que é, precisamente, daquilo que passou para o Município no que é do RSI, que passou. A Santa Casa da Misericórdia era quem tinha essa incumbência, deixou de a pretender. Passou para o município. E, portanto, há necessidade de formalizar isso, inclusive sem pejo nenhum, com a Assistente Social que já faz esse Serviço de RSI no Concelho desde o início do século, na altura na Associação do Folhadal também, quando começou. E, portanto, estamos a falar de alguém que há muitos anos é colaborador e que tem um domínio daquele setor em particular e, portanto, esse Know-how, esse conhecimento, nós não queremos desbaratar e desperdiçar.

Para concluir, 2 questões. Uma questão que tem a ver com a IP, com as Infraestruturas de Portugal. Pensei que também podemos falar sobre isso. Como sabem, houve aquela resposta que foi feita da IP. E nós continuamos a fazer reuniões regulares com a Infraestruturas de Portugal e há aqui algumas questões que são importantes também dizermos do que decorreu dessas reuniões.

A primeira, vai ser entregue, brevemente, no espaço de 2 semanas, o projeto para a pavimentação da Rua Alberto Vilhena pela IP. A IP agora vai falar com o com o empreiteiro. Nós que falamos à IP que o empreiteiro, não é uma questão connosco. É com a IP, connosco a IP, que é Dono de Obra. De igual modo, o Acesso Sul, digamos assim, ao cemitério novo, aí é com a empresa SACYR porque está o estaleiro lá e decorre do que é a degradação do pavimento também dos pesados que lá que lá estão e é o momento para isso.

E quando se falava aqui que, às vezes, ter voz firme e ser assertivo, dizer-vos uma coisa que foi comunicado ao Senhor Vice-Presidente da IP, ao Senhor Eng.º Carlos Fernandes e ao Gestor da obra da IP, o Senhor Engenheiro Válter, se tiver que ser o Município de Nelas, ou o Presidente da Câmara, neste caso, a ficar com o ónus de ser por causa dele que a IP agora não avança, não há problema. Foi o que lhes foi comunicado.

Estão em cima da Mesa o pedido para a formalização da continuação de 2 troços subsequentes. E eu disse-lhes claramente, só assinaria a partir do momento em que aparecessem estas questões resolvidas e preto no branco, como fizemos com a Saúde. Portanto, se ouvirem dizer que a Câmara de Nelas tem lá uns pedidos da IP para continuar, é verdade, estão nisso porque nós não podemos dizer para termos voz forte e quando temos a oportunidade, não a ter. E é neste momento. Isso já foi feito.

Do mesmo modo com a Variante que também nos foi dito que iria ser resolvido. A Variante, como sabem, é uma contrapartida que foi feita ao Município que assumiu as dores e a responsabilidade de executar a Variante. Mas a Variante deveria ser uma responsabilidade da IP, porque era uma contrapartida da não conclusão do IC 12 desde o nó da Noémia, em Canas de Senhorim até Mangualde

Como sabem, um Autarca de um Concelho vizinho conseguiu a proeza de começar uma empreitada a meio, nem uma ponta nem na outra. Mas, o que é certo é que ela continua lá parada. Mas por causa do tráfego dos pesados, o Município de Nelas assumiu, já há muitos anos, essa responsabilidade e construiu a Variante. A Variante um problema grande para o Concelho no que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

concerne à manutenção de outras vias todas, naturalmente. Mas aquela, por causa das cargas que tem.

E o que foi também dito ao Senhor Vice-Presidente da IP é que já houve uma altura em que se fechou uma das vias, circulando no outro da via o trânsito nos 2 sentidos. E, em última instância, teremos que recorrer ao mesmo meio, ou, eventualmente, encerrar a Variante. Dir-me-ão que é uma linguagem dura, mas neste momento, como nada foi feito, não há outra a fazer.

Dizer-vos ainda do que são as outras coisas decorrentes, quer da passagem superior da Urgeiriça, o que nos foi confirmado, o que foi negociado, conversado é, no plano de investimentos que não nesta empreitada, é preciso deixar isso claro, no plano de investimentos numa segunda fase, na Linha da Beira Alta que, segundo a IP, está contemplado no plano de investimentos da IP e na Ferrovia, será estudado um complemento com a passagem superior.

Eu agradecia que me deixassem falar e não e não tivesse tanto ruído de fundo que não consigo depois explicar as ideias, agradecia.

No que concerne à passagem superior da Urgeiriça, dizer-vos que há ali uma questão para resolver que é, foi uma ponte foi projetada. É uma obra de arte que passou da IP para a Autarquia. Não há nada a fazer. Por isso é que não está lá contemplada no Projeto. Mas tem uma dificuldade grande, porque, obviamente, como está construída, agora o que tem a ver com a mobilidade, com as pessoas de idade, com uma cadeira de rodas, seja o que for em termos de condicionalidade de mobilidade, é um problema grande.

E, de facto, não há ali uma solução fácil na mobilidade sustentável porque implica um investimento muito grande, segundo a IP. Mas, está a ser estudado um complemento para que isso possa ser feito numa segunda fase, de acordo com o que a IP também foi falando com a Autarquia.

O mesmo se aplica à questão referenciada sempre da Lapa do Lobo e no Folhadal. O que nós vamos ter é, mas está contemplada uma passagem pedonal automatizada, Como vocês sabem, a Modernização da Linha da Beira Alta retirou o que eram as passagens pedonais, digamos assim, de guarda. Mas há uma passagem pedonal automatizada no Folhadal, julgo com semáforo que nós pensamos que podia ser. Mas também fiquei com a ideia que é provisória, que o objetivo é retirar mais tarde tudo o que é o que é pedonal.

Dizer ainda que, mesmo como último ponto, na Requalificação da Escola Sede também que foi feita não no PRR. Começou com uma dotação orçamental muito baixa de 60 milhões de euros. Neste momento, com o esforço da Associação de Municípios e todos os Municípios, o montante subiu razoavelmente. Mas há uma quantidade de escolas grande. Nós estamos no nível intermédio. Há uns que são as paritárias. O segundo, que é uma parte moderada, que é onde estão as nossas 2 escolas sedes, a Escola Secundária de Nelas e a Escola Eng.º Dionísio Cunha de Canas de Senhorim. E que abriu agora a oportunidade de se incluir na candidatura que era só para o edificado, alguma parte que tem a ver com o imobiliário, ou algum laboratório e nós vamos aproveitar para pôr lá alguma coisa, mas com uma quantidade, ou com uma quantia, desculpem lá, com uma verba atribuída não muito significativa, porque não dá, não dá para isso.

Tentando responder telegraficamente e objetivamente às questões que foram colocadas. Senhor Deputado João Paulo, da CDU, na questão da Avenida João XXIII, não vamos ter que devolver contigo nenhuma. Tem o meu compromisso quanto a isso e vou explicar porquê. Já o disse aqui, mas vou dizê-lo outra vez é assim: Os quadros comunitários que derivam do PT 2020 obrigam a 2 coisas, que estejam concluídas, física e financeiramente, as obras até 31 de dezembro de 2023, como foi o caso. Obriga ainda também no que, ao decorrer da empreitada que a empreitada tenha um período, um direito supletivo, mas a términos de obra. O financeira está lá



deliberadamente. O que quer dizer e o quê? É que a obra esteja formalmente paga e está formalmente paga no que decorre da Lei.

O empreiteiro, na execução da obra, é possível, para pedir uma espécie de adiantamento, para recorrer a materiais para a execução da obra no que está tipificado na Lei. Ao fazermos isto e isso foi feito, houve e há uma grande dificuldade de Tesouraria, é verdade, porque nós acabámos um quadro e obrigou-nos, durante este ano todo a pagar as obras todas para termos direito depois a ter a parte cofinanciada. E isso é que é o também relevante. E foi um constrangimento grande. Agora está a vir a parte cofinanciada, mas teve que ser paga toda, que é para não termos, nem penalizações e para recebermos, naturalmente, a parte da cofinanciada.

Portanto, isso foi feito, foi formulado o que é parte do encerramento da obra, em junho de 2024. Portanto, Senhor Deputado, está assegurado. Já tinha dito aqui nesta Assembleia, embora haja, às vezes, alguns problemas com as datas do mês que desliza de um mês para outro. De facto também há ali e até decorre o que é negociação, porque isto também não é fácil. E já lá vamos, depois, à nova conduta, o facto de nós não entramos na outra empreitada, seguinte, nós temos ali a empreitada parada até a passadeira, sensivelmente. Já podia ter começado. Aquilo tem 2 frentes. A frente em que é a parte do que é o pavimento, a substituição das condutas, tudo o que é essa componente. E, depois, o que é parte do passeio e dos calceteiros. E isso é uma parte conjunta.

E, muito dessa obra ainda não continuou porque é uma exigência nossa, natural, em que pelo menos fique liberta a outra parte antes, a que sobe a Rua Albino Pais de forma a que, com aqueles constrangimentos todos de trânsito, se nós avançamos para cima, sem libertar, torna-se mais complexo. Sendo que havia a ideia de que estaria liberta isso até ao final deste mês. Tenho algumas reservas, em abono da verdade, mas que possa estar brevemente liberto esse troço e continuado outro e estar concluído.

O novo cemitério de Canas de Senhorim decorre do que era esta questão, Senhor Deputado, do fim do quadro. Ainda aguarda, já há muito tempo, um parecer que tinha que ver também com o reservatório da água. Alguns dos Senhores Deputados e os Senhores Vereadores sabem isso, perfeitamente, tem a ver com o parecer da DGE, da Direção-Geral de Energia e é neste momento para, isso da ETAR, mas também com o o novo cemitério estamos à espera de um parecer que tem a ver com a parte do funcionamento, enquanto Regulamento de Taxas e Tabelas para o concluir. E, em abono da verdade, é uma questão que o Senhor Presidente da Junta tem, amiúde, solicitado também, até com as preocupações com a taxa de ocupação, digamos assim, do cemitério de Canas de Senhorim. Mas dir-lhe-ei que muito brevemente estarão criadas as condições para que o cemitério esteja em funcionamento, que não concluído, porque há ainda questões com os arranjos exteriores para concluir. Mas, neste momento, o que é mais importante é que o espaço esteja funcional pelas razões que, infelizmente, sabemos, mas, pronto, mas decorrem no que é a gestão de um exercício.

O mesmo, estamos com a mesma situação, quer com os cemitérios de Senhorim e de Vilar seco, também do Folhadal, além das questões do cemitério da Lapa, do Lobo, com cemitérios, eu diria de todas as Freguesias que é um problema que vai sendo cada vez mais, que continua sempre presente na nossa questão.

O reservatório da água, dizer-lhe o quê? Dizer-lhe que no reservatório da água há 2 questões aqui que eu acho que são pertinentes, nós falarmos. E tem a ver com a forma como correu. O reservatório foi, para contextualizar, o reservatório foi inaugurado no dia 9 de julho de 2021 como um reservatório concluído e pronto a entrar em funcionamento. Ora, as eleições foram em setembro de 2021. E a posse, em finais quase de outubro de 2021. E o reservatório estava tudo menos pronto a funcionar. Inclusive, desde lá para cá, tinha 2 questões, já o dissemos aqui.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Eu só estou a falar de factos e isso tem implicância no que são os próprios Serviços Técnicos na informação. O reservatório é um reservatório que funcionava de uma forma manual. Ou seja, no Ciclo da Água, o reservatório serve como um grande distribuidor. A água vai para o reservatório. Nós já vamos falar da nova conduta. O objetivo é tirar o fibrocimento todo da rede de abastecimento em alta. Na distribuição em baixa, peço desculpa, no que é o discernimento da e da Autarquia, que é tirar o R1, que é em fibrocimento e retirar a nova conduta, já lá vamos, de forma a tirarmos a parte do fibrocimento na distribuição, não nos ramais que ainda existe e vai subsistir e não é fácil, mas no que é responsabilidade da Câmara na distribuição, retirar o que é o fibrocimento.

E todo o sistema de água está a funcionar de uma forma, ou estava, prevista de uma forma artesanal e de uma forma manual. O que foi feito foi um investimento no reservatório para ser concluído demais e vou dizer no valor, de 166.099,19 euros, desde que o reservatório foi dado como em perfeito funcionamento, em perfeita situação de funcionamento, foi feito um investimento, volto a dizer-lhe 166.099,19 euros. E, além de, naturalmente, o acompanhamento que esteve a ser feito. Havia no próprio projeto como sabe e foi falado nisso, a questão, o que o que tem a ver com o nosso abastecimento de água, tinha a ver com o aproveitamento do gravítico que tem a ver com os consumos energéticos, que era uma coisa boa que nós tínhamos.

A localização ali sempre foi muito controversa e foi sendo alertada diversas vezes que não era uma boa solução porque não implicava gravítica, mas consumo energético. E esse consumo energético, tudo o que são os consumos energéticos, está a ser feito um levantamento. Em abril vamos apresentar um projeto no Concelho da evolução, da Smart City, que tem a ver com o aproveitamento e eficiência da iluminação pública, da água e da parte energética toda do município e que tem a ver com a criação do candidato energético através dos painéis fotovoltaicos que permitirão uma diminuição da fatura energética entre 40% a 50%.

E é nesse sentido que está a ser trabalhado porque os custos energéticos todos são muito altos. O levantamento só é possível fazer de agora porque correu um ano civil inteiro sem intermitências. E no próximo mês de abril isso virá há aqui à próxima Assembleia Municipal.

Dizer-vos que este investimento fez com que estejamos a funcionar de uma forma em automatização, de uma forma digital e em pleno funcionamento agora. O pleno funcionamento do agora foi também ser necessário substituir algumas das condutas e algumas das válvulas que, em termos de projeto, não eram consentâneas com os caudais que havia e, portanto, tiveram que ser substituídas. Demorou o seu tempo, mas o reservatório está a partir do início deste ano em pleno funcionamento.

Já estava a funcionar. Já o tinha dito aqui em reunião da Assembleia, em reunião de Câmara, no que seria a 50% das suas capacidades com o número de bombas que tem- Havia uma célula que estava em funcionamento e a outra que não estava por 2 razões: Porque não tinha ainda a capacidade de bombagem na sua plenitude e a segunda em termos do que é a própria gestão da autarquia. Nós temos ali um consumo energético muito elevado e, portanto, nós temos de fazer a gestão do espaço até no que é a gestão financeira do próprio espaço, salvaguardando, naturalmente, para que ele foi construído, que é a distribuição de água e essa está garantida.

Portanto, independentemente disso, há questões agora de investimentos naturais a serem feitos do que decorre do próprio investimento que foi feito. Mas este investimento todo feito permite que o novo reservatório esteja agora a funcionar em pleno, a funcionar, não de uma forma manual, mas numa forma em automatização em funcionamento em rede que permita que seja feita a sua telegestão de forma consentânea com os tempos em que nós vivemos.

No que reporta o que disse o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, só queria alertá-lo de uma coisa: Já ultrapassámos o tempo para este Período. Mas continue. Peço-lhe que seja mais rápido. Esgotámos uma hora.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, então peço desculpa, então peço desculpa, vou tentar. Sim. Vou tentar. Obrigado. Obrigado, peço desculpa.

É assim: Um documento de prestação do que tem a ver com os meses da Prestação de Contas, ou das dívidas a fornecedores, é um documento, como sabe, ativo. Quer isto dizer o quê?

Há contas que, depois, que nos aparecem muito tempo depois do que era o lançamento da faturação, que depois tem que ser consignado no documento, também. Houve, inclusivé, algumas despesas, dessas que estão aí, que foram apresentadas depois da faturação, o que obriga a alguma variação. Mas isso decorre do que é a gestão e não é nada de novo ou diferente.

O que cria alguma confusão tem a ver com o facto do que estava a dizer o Senhor Deputado de haver aqui um diferencial do que decorre de um período para outro, ou então dos pagamentos que, entretanto vão sendo formalizados a uns fornecedores. E é isso que tem a ver, às vezes, com um diferencial, porque, como sabe, aquilo tem um sistema que funciona, de Contabilidade, que é obrigatória para todos os Municípios e a Contabilidade não tem ali uma parte manual e a parte do que existe, é lançada logo. E, portanto, não tem aqui margem de diferenciação.

Embora não seja, embora concordo consigo, não vejo mal nenhum em vir, sistematicamente, à Assembleia Municipal o documento. Não vejo, absolutamente, mal nenhum nisso. E no próximo ano não é necessário porque é a Prestação de Contas também que vem lá. Mas não vejo mal nenhum em vir isso, como vêm outras informações, absolutamente, nenhum. Mas dizer também que também nos regozija ser a primeira vez que este tipo de documento é submetido à Assembleia Municipal.

Dizer-vos ainda também, no que concerne à injunção. A injunção é um problema complexo, que acho que o Senhor Deputado conhece bem e tem a ver com uma questão que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, peço desculpa por arrolá-lo, mas convidei o Senhor Presidente para participar numa reunião, ou tentarmos, de alguma forma, resolver esta situação, A Certificoimbra é o mesmo empreiteiro do Mercado Municipal e do Mercado de Canas de Senhorim. E, curiosamente, temos problemas nos 2 mercados. É uma coincidência.

No Mercado de Canas de Senhorim temos uma injunção. No Mercado Municipal, temos uma injunção pelo empreiteiro. Outra coincidência fantástica, E no Mercado de Canas de Senhorim temos uma intervenção que não estava no Projeto. Não estava no Programa e não era financiada. Não sei se me estou a fazer entender e depois teve que andar a Câmara e a Junta de Freguesia e o Senhor Presidente da Junta, o Executivo e os Senhores Vereadores da Câmara, juntamente com ADD, para conseguirmos fazer uma reprogramação, para termos direito ao financiamento e está o Mercado concluído, agora digo eu, Senhor Presidente e pronto a ser inaugurado, brevemente. Mas isso é que o Senhor Presidente depois falar. Não lhe vou retirar esse bom trabalho que foi que foi feito

Mas, sim, há a injunção nos 2 e nós, neste momento, tivemos uma reunião com o empreiteiro para resolver os 2 mercados, embora um nem seja da responsabilidade da Câmara, porque o dono da obra e a Junta de Freguesia de Canas Senhorim.

Tínhamos um princípio de acordo estabelecido. Saímos dali, de repente, o empreiteiro aparece com a conjunção e nós, sem nos dar cavaco, desculpem a expressão. Mas, pronto, está lá. Sendo assim, só há 2 soluções. O que é o empreendimento está quase concluído e há essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

informação até dos Serviços da Câmara, está executado em 95%. Seja o que isso for. Mas há ali uma parte energética para concluir. E conforme está, como está, nós não vamos ficar à espera com 95%, Senhor Deputado, mas, dar-lhe-ei o documento depois.

É para dizer, inclusive, 2 coisas tão simples quanto estas: No que concerne ao Mercado Municipal, nós não vamos ficar à espera, obviamente que decorra o projeto que está em contencioso. Da mesma forma que a Junta de Freguesia também não vai ficar à espera. Vamos tomar posse administrativa. É um enquadramento que podemos fazer do edifício e vai à próxima reunião de Câmara, precisamente, essa intenção, essa intenção não, esta realidade que nós vamos fazer para o edifício ficar para uso do município, senão também não vale, absolutamente, a pena para isso.

A contratação de novos Colaboradores, eu não sei, peço desculpa Senhor Deputado, se havia algum em particular. Ai queria falar na questão de se contratar Colaboradores. Pronto. Ok. E ligar isto à despesa corrente e o aumento da despesa corrente. Há aqui alguns dados que são importantes também serem ditos no que é a gestão, Senhor Deputado. O que nós falamos é que a consolidação dos 51 Funcionários. Não vamos agora dissecar mais porque estamos a falar de pessoas também, mas implicou. Quem fala no aumento da gestão, da despesa corrente e a despesa com Pessoal não saber quem é que foi, quem é que fez isso? Esta proposta vem do Executivo anterior e tem uma implicância de 388.000,00 euros a mais. São 388.000,00 euros, Senhor Deputado.

Eu posso-lhe entregar o estudo disso. E até lhe digo mais: Os estudos estão aqui e por isso é que eu também os trouxe isto. E, até lhe digo mais: No que foi a consolidação disso e bem, porque as pessoas que trabalham também tem direito. Nós não podemos ter aqui uma ideia de que estamos a gerir a causa pública, mas estamos a falar de pessoas também e nós também gostamos de ser pelo nosso trabalho seja reconhecido e também gostamos de o fazer nesse sentido.

Isto para dizer o quê? No que é a gestão dos Recursos Humanos, nós abrimos agora estes quadros. Grande parte também para os serviços externos onde temos uma descapitalização grande com gente com condicionalismos grandes do que decorre da idade, do que decorre de condicionalismos de trabalho e de execução. E há uma grande parte que tem a ver com Funcionários que já vinham de contrato com a Câmara, dos contratos de um ano, alguns Funcionários e que até vinham do Executivo anterior e que vão agora para o quadro e muito bem, porque agora vão para o quadro, ou saem.

E estamos a falar de Operadores de grande qualidade e que, naturalmente, que serão para manter. Naturalmente, que esta reorganização do quadro é feita com uma gestão que me parece correcta. Saíram dos quadros da Câmara, em 2023, 18 Colaboradores com uma desoneração no quadro de 287.160,55 euros. E ao fazermos esta aplicação e temos em saídas, em 2024, previstas e já pedidas, mais 9 Funcionários, com uma implicância na gestão, na despesa corrente e com Pessoal, de 135.311,44 euros.

Dito isto desta maneira e o que é a implicância destes quadros, é assim: Os contratos são públicos, claro, é um concurso Público, mas muitos deles são para regularizar algumas questões ligadas com Funcionários que estão cá há anos. Não é esse o espírito de um concurso público. É o que nós desejaríamos. Mas os concursos decorrem como decorrem em termos de concurso Público.

Dizer-vos que já pus o Engenheiro Civil e o Engenheiro Eletrotécnico de parte, deliberadamente, para vos dizer uma questão: A implicância financeira a mais do que é a despesa de agora são mais 55.000,00 euros do que se ficassem os colaboradores nos quadros que estão agora abertos, teríamos uma implicância de mais 55.000,00 euros. Ora, como nós tínhamos este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

valor elevado que nós conseguimos retirar, em termos do que é a gestão de recursos humanos, o Município desonera o que é a capitalização dos custos com os Recursos Humanos e consegue renovar os quadros. E, portanto, a gestão foi feita para este ano, porque para este ano foi feito desta maneira porque há este alívio no que é a fatura da despesa com Pessoal.

E, portanto, se eu acho que se a gestão é boa? Acho que neste capítulo que sim. Se nós deixamos de pagar aquele montante todo de quase 200.000,00 euros vamos pagar 45.000,00 euros, ficamos com um hiato diferencial muito grande. Conseguimos resolver a questão dos Serviços Externos com qualidade e de alguns Serviços Internos, que é importante fazer na descapitalização, por exemplo, da Contabilidade que saiu uma Funcionária que saiu da Função Pública, que já tinha ficado. Na capitalização da Ação Social, como nós acabámos de falar, na Comunicação também, como nós acabamos de falar, porque deixámos de ter uma despesa com assessoria na Área da Comunicação. Em 4 anos, implicou mais de 80.000,00 euros e agora, com 2 Recursos Humanos, implica muito menos do que os 80.000,00 euros.

E diria, para terminar, o Engenheiro Civil e o Engenheiro Eletrotécnico. O Engenheiro Civil e o Engenheiro Eletrotécnico é uma necessidade dos Serviços, diagnosticada pelos serviços. Mas uma identificação da Câmara. Nós temos falta nas Obras Particulares e nas Obras Coletivas de mais um Engenheiro Civil. E é para isso que é feito. Mas é também do que decorre da nova exigência e da obrigatoriedade que faz com que seja obrigatório ter para as medidas de autoproteção do Associativismo, do edificado Público, da transferência de competências na Saúde, na Educação, essa parte contemplada.

E o quadro é do domínio Público, está até na página da Internet. Podem ver que no recrutamento de Engenheiro Civil está lá da especificidade ter estas prerrogativas. Uma das incumbências dele é, até ao final do ano, tudo o que são espaços públicos e as Associações, está trabalhado aqui esta questão das medidas de autoproteção estejam salvaguardados.

O Engenheiro Eletrotécnico está lá salvaguardado, precisamente, para a questão também, nós não tínhamos nada contra ninguém, obviamente, Avença no que no que reporta à Engenharia Eletrotécnica e a política que tem sido feita, o alor das avenças tem aumentado, significativamente, a remuneração de um Engenheiro Eletrotécnico a tempo inteiro é muito semelhante, atualmente, à prestação mensal de uma de uma prestação de serviço. Portanto, é óbvio que é preferível ter um Recurso deste a tempo inteiro, até porque as obrigatoriedades todas que vêm aí do funcionamento do Ciclo Urbano da Água, do saneamento, dos edifícios públicos, da delegação de competências na Saúde e na Educação. E, portanto, faz sentido que isso seja feito e seja contratualizado.

Nos investimentos estruturantes para o Município, deixe que lhe diga 2 coisas: Além das Escolas Sedes que nós falamos, do PRR, do que vem aí a seguir, que é um projeto que se vem falando, que eu me recorde e o Senhor Deputado não se recorda porque é jovem, mas, como eu, muito atento e sabe isso e estou a dizer isto, sinceramente, é um projeto que já vem. Isto vem do final da década de 60, dos dados que há, que é quando foi e foi a primeira conduta que foi feita. E desde lá até agora não foi. O que nós fazemos é remendos. Cada vez que há uma ruptura vamos fazendo a reparação da ruptura e é a primeira vez que esta intervenção vai ser feita. Estamos a falar de um investimento que está no Portugal 2030 e que já tem dotação orçamental. Está no Orçamento Municipal para evitar que fique à espera do PT 2030, mas dar-lhe esse respaldo para se avançar com o procedimento. Vai ser feito hoje a apresentação do projeto. E é nossa expectativa e a pressão está alta sobre o Projetista que o tempo que nos disseram, nós encurtamos ali um bocadinho que é para ver se a coisa anda também e temos o projeto em consonância.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Dizer-vos, ainda sobre o Projeto duas coisas importantes: O projeto tinha numa primeira instância, para quem fala, peço desculpa, Senhor Engenheiro, estarmos já a adiantar esta parte, mas havia aqui uma questão, quando lá chegámos, anunciamos aqui. Sim, sim, sim. Quando chegar o Senhor, está bem?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Presidente, faça favor de concluir. Ainda falta responder ao Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Saída de um Vereador. Eu sei, mas, esta, eu acho que vai ter que desculpar, Senhor Presidente, mas vindo do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva falar da saída de um Vereador não deixa de ser uma coisa, verdadeiramente, notável.

Dizer-lhes uma coisa: No exercício do que é a cidadania, eu Não sou nem melhor nem pior que ninguém, mas em 2017 foi candidato como número 2 da lista do PSD e o PSD teve o pior resultado da sua história em termos de eleições autárquicas. Nós elegemos um Vereador e seria, naturalmente, ocupado o lugar pela Senhora Dr.^a Isaura Pedro que era a candidata.

Não o assumiu e assumi eu, com toda a honra o lugar. Fui acusado pelo outro Executivo de não ser um Vereador em exercício porque não tinha sido eleito, dando a entender, como eu estava em substituição, não tinha tanta legitimidade como Vereador. Fui acusado por isso pelo anterior Executivo, em particular, pelo anterior Senhor Presidente da Câmara, e eu dizia aquilo que é o meu entendimento: Os mandatos são para as pessoas, claramente, mas para quem faz o sufrágio. Ou seja, se alguém não aceita o cargo, o cargo tem sido ocupado. Foi isso que foi assinado.

Sobre cumprir, ou não cumprir o mandato, eu concordo consigo. Quem se sujeita ao sufrágio tem que cumprir o mandato. Disso, eu Não tenho dúvidas. A não ser que haja razões de força maior. Agora as pessoas têm cumprido um mandato. E era para lhe dizer que eu, no pior resultado de sempre, cumpro o mandato, de fio para viú, os 4 anos. Não faltei a uma única reunião.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Pode concluir, faz favor, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- E dizer que nesta questão, neste mandato, idem, idem, aspas, aspas. Mas percebo a sua preocupação. Mas dizer-lhe 2 coisas: Uma: Deste Executivo, da lista candidata do PS, saiu o número 1, saiu o número 2, Sabe quem é o número 2? Eu digo-lhe que não é o Senhor Doutor Fernando Silvério. Não é ele o número 2. Era a Senhora Doutora Irene Ligeiro, a Senhora Professora Salomé, peço desculpa. Saiu a Senhora Professora Salomé, que era o número 2 e saiu. O número cinco não aceitou a indicação, a Senhora Doutora Ligeiro. Portanto, foram 3 Vereadores do Partido Socialista.

Agora, se você me diz que eu me sinto confortável com a situação? Não muito porque eu gosto que as pessoas cumpram o mandato. Agora não me parece que pode dizê-lo, mas convém olharmos primeiro para dentro de casa antes de olharmos para a casa do vizinho.

Dizer-lhe ainda outra coisa, nos históricos deste século: O mandato 2017/2021, 2013 a 2017 do Partido Socialista tinha 7 Vereadores, como agora. Acabou com 2 o Partido Socialista, com o Presidente e com a Vice-Presidente. Aliás, não é Vice-Presidente, porque o Vice-Presidente foi destituído e passou a Vice-Presidente.

Os outros 5 Vereadores passaram para o lado da Oposição. E eu Não me lembro de tanto sururu. E passou para o lado da Oposição o Vice-Presidente, nomeado pelo Presidente do Partido Socialista, foi destituído como Vice-Presidente. E o Presidente da Concelhia do PS passou também para o outro lado. Vocês recordam-se dos Comunicados e das tomadas públicas, 2013/



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2017, 2017 a 2021, a Vice-Presidente da Câmara do Partido Socialista, eleita para a causa pública pelo Partido Socialista, enquanto Vice-Presidente da Câmara e eu dou a tônica na Vice-Presidente da Câmara, não é no Vereador, os Vereadores são todos importantes, obviamente. Mas para um lugar que sabia, porque a Vice-Presidente da Câmara tem uma função ainda mais acrescida, uma responsabilidade mais acrescida, disse-o aqui, naquele púlpito, está em ata, que iria abandonar, que ia deixar de ser Vereadora porque iria abraçar um projeto desafiante, ou mais desafiante. Quando há alguma coisa mais desafiante que a causa pública, eu tenho algumas dúvidas. Mas cada um faz aquilo que lhe apetece.

Agora, não se pode é reescrever a História. A História é esta e não sou eu que o estou a dizer. Está em ata. Está em ata da reunião de Câmara e da Assembleia Municipal. Está lá em ata. Saiu-se pelo pé. E, portanto, o PS tem que ter memória também. Não é só seletiva. É ter memória do que aconteceu.

E, neste caso concreto, a saída, foi dito a mesma coisa que eu disse do outro Vereador. Uma pessoa, até pode ser por questões profissionais, ou por desacordo com as pessoas. Mas tem que exercer o mandato. Não precisa de ser a tempo inteiro. Concordo, Senhor Deputado. Não precisa ser tempo inteiro. Nós podemos exercer um mandato sem ser a tempo inteiro mesmo fazendo parte do Executivo.

Portanto, sobre esta questão, o historicozinho para trás desde o tempo do Senhor Doutor José Correia, com o Senhor Motta Veiga e por aí adiante e em todos os resultados com a Coligação, com o Senhor Dr. Borges da Silva, que era Vice-Presidente, na altura, da Coligação, em 2005 e com a destituição com a Senhora Presidente da Câmara, com a Senhora Dr.^a Isaura Pedro. Com um mandato, logo a seguir também, com a Coligação. Em todos os mandatos houve sempre estas questões. Não são abonatórias? Não, mas é o que é.

O Carnaval de Canas de Senhorim, Caro Pedro Pinto, dizer-lhe uma coisa: Eu entendo que o que está a dizer. Mas no que é o meu entendimento. Eu percebo a aceção e respeito-a, mas não é a que eu tenho. Eu não acho que tenha sido desrespeitado o Carnaval de Canas de Senhorim, ou algum Carnaval.

Nós, quando promovemos um território como um território Coração do Dão, estamos a promovê-lo no seu todo. E esta terminologia do Coração do Dão aplica-se no que é toda a promoção territorial. O Coração do Dão é a forma como nós nos afirmamos como território. Boa, ou má, é como nos afirmamos como território. Mas depois diz lá que, de facto, há 2 Carnavais, em Nelas e em Canas de Senhorim.

Na mesma promoção, Estimado Pedro Pinto, estava lá claramente. Um Carnaval com dezenas de anos de inspiração, com os nossos Municípios que vinham das ex-colónias e que o introduziram com inspiração brasileira e um secular e de histórico e tradição, como o de Canas de Senhorim. O respeito pelos Carnavais está lá.

O Parque da EDM, não tem lá passado, ultimamente, pois não, Senhor Deputado? Então passe lá e terei todo o gosto em ir lá consigo e verificar se o Parque tem. Tem alguns condicionalismos ainda? Tem, do que decorre do que é um Parque que passou da EDM, que tem a Junta. Mas a responsabilidade da limpeza e da manutenção e da Câmara. Que está, no que é de limpeza e de manutenção, com muita coisa bem-feita. Mas falou ali uma coisa que nós não conseguimos fazer e que não conseguimos ver e que é o civismo das pessoas e o facto de vandalizar. Nós fomos lá compôr com o nosso Carpinteiro grande parte das estruturas de madeira, bem bonitas, da passagem sobre as linhas de água. Passado uma semana, já estavam, outra vez, partidas. E isso não sei, a não ser que metemos lá câmaras de vigilância, se calhar é que pode ser uma solução.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Deputado Rui Costa, a arborização de mais árvores em meio urbano é um projeto que faz com que aquilo seja feito no meio urbano. E, no caso concreto, onde foi feito em Nelas, no Jardim dos Avós, no Pomar e nos Combatentes. Mas era o que tipificavam. Ou seja, nós candidatámos porque aquela linha só dava para aquilo e para aquilo mesmo. Nós candidatámos, até porque é 100% participado até ao montante de 75.000,00 euros. E foi, além da das árvores, do espaço. Implicou ali o mobiliário urbano, os bebedores, a sinalética, o sistema de rega automática. E esperamos que há a expectativa de abrir uma nova linha de financiamento e de ser alargado a outras áreas e outras Freguesias.

O Mercado Municipal, acho que já está. E acho que é só o Senhor Professor António Borges, o que tinha aqui. A estação elevatória da Póvoa da Roçada, do que falou, é assim: Eu acho que até o Senhor Deputado tem conhecimento disto porque acompanhou o projeto das estações elevatórias e do tratamento.

Como sabe, nós temos um problema estrutural no Concelho que são tudo o que são as nossas águas pluviais vão para as residuais. O que implica que muitas vezes e temos o problema nas Lameiras, em Canas de Senhorim e no Concelho inteiro e ali também. Na altura onde há uma carga pluviosa mais intensa, as águas pluviais vão, ao fazer, há esse extravasar do que é a água.

E isso não é fácil de resolver. Resolve-se, obviamente, com a Cisterna. Resolve-se, obviamente, com isso. E só vai ficar resolvido, não é por todo, é quando a telegestão que lhe estava a falar, for feita e permitir medir os caudais de que funcionam as águas pluviais. E, mesmo assim, infelizmente, a não ser que nós consigamos um dia separar as águas pluviais das residuais, e não é isso que nós temos, não é a realidade que temos, vamos ter com, não direi com frequência, mas poderão acontecer casos deste género e terão que ser tratados. E é isso que tem sido feito. Acontece, pode voltar a acontecer. E, isto, em particular, quando chove mais.

O que pode ser feito e às vezes pode não correr tão bem e ser responsabilidade nossa, é, eventualmente, e é aí é, eventualmente, que, se calhar o Senhor Deputado queria chegar, é tentar evitar, nem sempre é possível porque têm que ser dadas várias respostas, é quando caíem as descargas mais pluviais, fazer-se também, retirar, de forma a ter maior capacidade de encaixe. Vou-vos dar um caso concreto: Mesmo no Carnaval, estamos a falar no Carnaval, em Canas de Senhorim, com as águas pluviais, o Senhor Deputado também viu o que aconteceu, precisamente porque esse é um problema. Um problema estrutural, mas nós não assacamos responsabilidades. Existe isso, tem que se encontrar soluções. Tenta-se, mas nem sempre se consegue.

Pronto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Esclareceu tudo ao Senhor Professor?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu acho que havia aqui mais uma questão

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faltou alguma questão por responder na sua interpelação?

O Senhor Presidente da Câmara:

- É a das ETAR,s.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, rápido, ó Senhor Presidente. Conclua, rapidamente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Da ETAR de Nelas III, como o Senhor Deputado sabe, o pedido ao LNEC foi feito, foi submetido. E foi feita uma Pronúncia para as Entidades se pronunciarem sobre o assunto. E, neste momento, o entendimento que existe é se carecerá de um novo Parecer ao LNEC, consoante a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

pronúncia dos próprios, Projetista, Empreiteiro e Fiscalização. Quer a submissão que possa ser feita em termos de Contencioso.

E neste momento está no Departamento Jurídico da Autarquia a aceção mais correta. Porque o Contencioso implica depois também a parte da obra toda que foi financiada e tem que saber qual é a melhor solução.

O desvio do trânsito foi uma proposta da GNR. Como sabe, as questões da regularização do trânsito são com a GNR. E não foi feito o corte, não foi feita a questão do corte na totalidade. Nós temos aqui condicionalismos vários no que é a circulação. E deixe-me que lhe diga que, embora respeite a sua opinião, acho que a GNR fez um trabalho notabilíssimo porque tinha a ver com um Corso, por causa da extensão, com a condicionante da Avenida João XXIII, em abono da verdade. E o tempo em que aquilo esteve fechado ao trânsito foi razoável e não foi durante a tarde toda. E a GNR fez, nesta questão, na nossa ótica, um belíssimo trabalho. E deixo aqui um agradecimento à GNR pelos condicionamentos que tinham e pela proposta que fez da regularização do trânsito.

Posto isto, concluí.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Concluiu? Muito obrigado. Eu estava aqui a ser interpelado porque há um Senhor Deputado que quer apresentar uma moção neste momento.

Pode ser já? Mas acha conveniente que seja neste Período de Antes da Ordem do Dia ou noutro Período? É agora? Então, faz favor.

O Senhor Deputado Daniel Marialva:

- Ora, muito boa tarde a todos.

Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia e do Senhor Presidente da Câmara Municipal, sintam-se demais cumprimentados.

Eu venho aqui, essencialmente, era para vir no ponto 2.1, porque existiria uma informação do Senhor Presidente da Câmara e esta apresentação seria exatamente nesse sentido, mas como, de certa forma já foram antecipadas algumas informações, uma delas que tem a ver exatamente com a parte dos incumprimentos e das obrigações do financiamento do âmbito da delegação de competências no domínio da Educação, eu acho que é importante que esta Assembleia tome uma posição relativamente à forma como o Estado Central está a tratar este Município e outros deste ponto de vista e no que respeita ao não cumprimento das obrigações.

E, nesse sentido, acho que isto é transversal a toda a Assembleia e eu vou ler uma moção que julgo que terá a aceitação de todos. Depois, cada um terá a liberdade de fazer a votação.

Se me permitem, vou ler:

MOÇÃO

INCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DOMÍNIO DA EDUCAÇÃO.

Estando a iniciar-se o terceiro ano desde que o Município de Nelas assumiu a delegação de competências inerentes ao Decreto-Lei número 21 de janeiro de 2019 e sendo do conhecimento desta Assembleia pelas informações enviadas e prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara, que desde o início do procedimento em questão, houve incumprimento na transferência das verbas de financiamento do pessoal não docente e que se mantêm e agudizam até a presente data, perfazendo um valor acumulado na ordem dos 488.000,00 euros.

Verificando-se, igualmente, que até à data não existe por parte do Estado Central qualquer informação no que respeita à intenção de regularizar as verbas em falta, vimos pela presente moção manifestar o nosso profundo desagrado e incompreensão pela insensibilidade que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

o assunto tem merecido para as entidades que tutelam e o operacionalizam, nomeadamente o Ministério da Educação, a DGAL e a EGeFE.

Entendemos que esta situação, por si só, fere o conceito básico estabelecido no próprio Decreto-Lei número 21, de 2019, pois desrespeita a integridade do Serviço Público de Educação e cria desigualdades e assimetrias.

É de conhecimento Público que os Municípios estão em dificuldade em manter uma gestão equilibrada devido ao aumento de custos inerentes à inflação destes 2 últimos anos, sendo que parte dos quais advêm da obrigação da manutenção das escolas, pois as verbas financiadas estão longe de acompanhar as necessidades.

Pelo exposto, urge que sejam prestados com celeridade os seguintes esclarecimentos:

I. Sendo o artigo 54.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019 claro, no que respeita à responsabilidade do financiamento integral dos custos inerentes ao pessoal não docente, qual a razão para não ser dado cumprimento ao mesmo?

II. Verificando-se que o Município de Nelas não pode, nem deve manter esta situação de subsidiário do Estado Central, solicitamos a indicação da data prevista para a regularização de todo o montante em dívida?

III. Não menos importante, será necessário entender e esclarecer quais as eventuais correções de procedimentos, internos ou externos, que possam prevenir a condição de défice de transferências.

Sem outro assunto de momento, subscrevemos com elevada estima e consideração.

Fazemos nota que esta moção, sendo votada favoravelmente, seja dirigida ao Senhor Diretor Geral da DGAL, que tem as competências. E com conhecimento do Senhor Presidente da República, do Senhor Presidente da Assembleia da República, do Senhor Ministro da Educação, do Senhor Ministro da Coesão Territorial, da Senhora Diretora da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, Senhores Deputados dos Grupos Parlamentares, Associação Nacional de Municípios Portugueses e Direção dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. O Senhor Deputado não se importa de fazer chegar à Mesa a moção? Queria perguntar ao Senhor Deputado se a moção é apenas sua? Se é da sua Bancada? É da Bancada toda.

Perguntava ao Partido Socialista se se associa, ou não, também a esta moção? Primeiro, uma pergunta. Faz favor?

O Senhor Deputado António Borges:

- Portanto, estamos focados sobre esta moção, eu gostava de perguntar ao Senhor Deputado onde é que está a falha da transferência? Porque, francamente, eu não tenho dados suficientes para ver essa falha, porque, o que me foi dito e o que me parece que estava a ser feito é que a transferência era feita direta dos vencimentos dos Funcionários para a Câmara, portanto, era uma transferência direta. Portanto, gostava que alguém me explicasse qual é a falha? Quantos Funcionários é que não estão a ser, devidamente, pagos pelo Estado na transferência direta para a Autarquia? E porquê?

Porque dizer que não estão a receber, se, de facto, pelo menos, no que estava previsto, era que a transferência era direta, portanto, as escolas indicaram ao Estado quais eram os Funcionários que dependiam dele. E a partir daí houve um pagamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Agora, onde é que se acumula este dinheiro? Porquê? Há algum Funcionário que não tenha sido contemplado? Há algum Funcionário em que é metido menos dinheiro do que ele, de facto, deveria, deve receber? Não houve atualizações dos vencimentos? E isto é muito vago.

Portanto, dizer, neste momento que há um débito com o Senhor Presidente da Câmara já disse há bocado, portanto, esta moção é encomendada, de quatrocentos e não sei quantos mil euros, eu gostava de saber, eu gostava de saber. Não, não é, não é a questão, não é essa, eu gostava de saber é o que é que levou e agora pedia o que é que levou, a que esta situação tenha acontecido quando o que está definido na transferência de competências é que a transferência é total para a Autarquia.

Há algum Funcionário que não foi, que não foi, não foi pago? Há algum Funcionário que não consta nos mapas?

Eu não sei. Isso é que eu gostava de saber, porque, de facto, eu não duvido que o Senhor Presidente tenha razão em dizer que há um débito de 400.000,00 euros. Eu não ponho isto em causa porque as contas não-de bater certas ao fim. Agora gostava de saber é o que é que o Estado não está a participar nos Funcionários das escolas à Câmara, porque, de facto isso é uma situação que deve ser regularizada, pontualmente, entre a Câmara, portanto.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Terceiro ponto: Não menos importante, será necessário entender e esclarecer quais as eventuais correções de procedimentos, internos ou externos, que possam prevenir a condição de défice de transferências.

O Senhor Presidente da Câmara, naturalmente, vai responder a isto. Ainda não, concluiu Senhor Deputado?

O Senhor Deputado António Borges:

- Quer dizer, eu concluí porque esta situação não, não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas, já concluiu? Muito obrigado.

Culpa minha. Não perguntei ao Senhor Deputado João Paulo se também aderiria à moção, ou não? Peço desculpa. Bom, muito bem.

Para melhor esclarecimento desta situação dos 488.000,00 euros que estão em défice, nada melhor que ouvir de novo sobre o assunto o Senhor Presidente da Câmara antes de procedermos à votação, naturalmente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente.

Eu, Senhor Presidente, há pouco, julgo que, eventualmente, terei, de alguma forma, explicado o funcionamento.

E o Senhor Deputado António Borges, até pelas funções exercidas, sabe como é feita a transferência da parte financeira. A parte financeira é feita por rubricas. Vem um montante global e vem com rubricas.

E no que concerne às rubricas de funcionamento, não há uma específica sobre os Funcionários. Mas há um montante global que vem depois dividido, seja para o leite escolar, seja para a limpeza, seja para pequenas intervenções, para remunerações.

O que nós estamos a falar aqui é do apuramento das rubricas e do que é o montante que deveria ser o montante efetivo do pagamento aos Funcionários todos, aos 91 Funcionários que passaram na delegação de competências, há, todos os meses, um diferencial do montante global que recebemos para as rubricas todas, inclusive, para a remuneração de Pessoal, que vai fazendo com que haja este diferencial, não noutras rubricas, mas na rubrica onde está.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Infelizmente, não está separado só o que é com Pessoal, mas também com Pessoal. Ou seja, para o leite escolar há X, para a limpeza do espaço exterior há Y, para a intervenção de pequenas obras há Z. E, depois, há um outro montante onde está incluída a parte das remunerações.

Ora, nesse montante, porque os outros são transferidos para as escolas, como o Senhor Deputado sabe, há um hiato de financiamento entre o que nós recebemos e o que, realmente, pagamos. Ou seja, os 91 Funcionários significam X em termos de retribuição remuneratória e o diferencial é negativo.

Ou seja, recebemos menos do que o deveríamos receber para fazer o pagamento na íntegra dos 91 Funcionários. Não é àquele, ou a outro Funcionário. Porque nós recebemos para pagar aos Funcionários todos e pagamos aos Funcionários todos. Só que o que recebemos não é o suficiente para aquilo que nós pagamos. E desde 1 de abril de 2022 até que até agora, todos os meses tem havido esse diferencial e esse acumulado que nos traz a este montante, Professor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Está esclarecido, Senhor Professor António Borges? Mas quer voltar à tribuna para ficar gravado?

O Senhor Deputado António Borges:

Eu só não percebo, é orque é que é exatamente no Pessoal? Portanto, eu creio que veio, claro, veio o global. Agora, porque é que é no Pessoal que há esse hiato? Porque é que nas outras rubricas todas está tudo certo e aqui não está? Porquê? Há algum Funcionário que consta lá e não devia constar? Ou que para o Estado não consta? E para a Câmara conta porque tem que lhe pagar? Era só isso. Foi só essa a minha pergunta: É porquê que há a esse hiato desde o princípio, pelo que eu estou a ver.

Portanto, estes 400.000,00 euros vêm, é um problema que vem desde o início. Porque ainda não resolveu? E que é que a Administração Escolar diz e o Estado sobre esta situação? Se de facto a lista de Funcionários que eles que eles processam os vencimentos é diferente daquela a que a Câmara processa os vencimentos?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Câmara, vai prestar esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só uma coisa rápida, mesmo, mesmo muito rápido. Ao contrário do que diz o Senhor Deputado, eu disse isso, Não ouviu o que eu disse. Nem nesta, nem noutras Assembleias. Não é a primeira vez que eu falo nisto nas Assembleias. Aliás, venho falando disso desde o início da delegação de competências.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Embora com um volume menor.

O Senhor Presidente da Câmara:

O que eu estou-lhe a dizer e disse-o outra vez hoje, a DGESTE foi tão solícita para empurrar a delegação de competências para os Municípios, depois desapareceu. Nós temos informação cruzada, pedidos de reuniões que nunca foram feitas.

Fomos lá, batemos com o nariz na porta. Há comunicações com a DGESTE, há comunicações com a de DGAL. Acabei de dizer isso. Eu diria que de todos eles recebem comunicações nossas via e-mail, via correio subscrito, telefonamos, fazemos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E esse arquivo de comunicações, porque nós sabemos como é que é, há um histórico, há um histórico desde junho de 2021, de 2022. Peço desculpa. Há um histórico desde 2022 para reportarem, para corrigirem, para fazerem. E nunca foi feito, Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

O Senhor Deputado António Borges:

- Senhor Presidente, não há resposta é isso?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não. Aliás, eu disse-lhe uma. Peço desculpa. Foi a Senhora directora da DGAL. Esteve cá há 2 meses, talvez ora, dezembro 2 meses e pouco, sim, num evento onde também esteve presente e a disse-nos depois, apresentámos o dossier outra vez. E a Senhora Diretora da DGAL, o que nos disse foi que iria ser analisado e depois iria ser comunicado. Eu disse isso até hoje, já que a Senhora Diretora, depois de lhe ter telefonado, disse que havia ali matéria para ser analisada, que brevemente nos dariam resposta. Brevemente, decorreram 2 meses e não tivemos resposta na mesma, mas continuamos na mesma a fazer o reporte para este hiato que está lá na rubrica e que é de Funcionários.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim Senhor. Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu volto a perguntar ao Partido Socialista também se subscrevem esta moção? Senhor Deputado António Borges, subscreve também esta moção, o Partido Socialista?

Parece que não. O Senhor Deputado da CDU subscreve?

Atenção que estamos a chegar a 2 horas no Período de Antes da Ordem do Dia. Começámos um quarto hora mais tarde. Faz favor de ir à Bancada.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu estou a ver que esta moção dá muito constrangimento ao PS, porque isto vem de encontro para a CDU, que sempre defendeu, sempre defendeu que isto é um esvaziamento de competências do Estado Central para responsabilidade das Câmaras. E estou a ver que a Bancada do PS está aqui um bocadinho intermitente, porque tem o rabo entalado. E nada mais que isso.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, vamos para pôr à votação a moção, não havendo mais interpelações. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Seis abstenções dos Senhores Deputados: Milton Duarte, Augusto Borges da Silva, Vera Faria, António Rui Nogueira, Maria Conceição Monteiro e António Borges Santos.

- Muito obrigado Senhores Deputados. Então, está aprovada a moção. Mas é sobre a moção?

Ó Senhor Deputado, eu não tenho nada contra, só que decorreram já 2 horas no Período de Antes da Ordem do Dia. O Período máximo é uma hora. Faz favor. É breve?

Então, da moção, estamos arrumados? Está aprovada.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não, relativamente ao Período de Antes da Ordem do Dia, não. Acho que o Senhor Presidente deve enquadrar, se calhar, alguma da informação que disse e que é completamente meritória, tem completamente espaço.

Poderia ser enquadrada no Período de informação do Presidente da Câmara. Mas, enfim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Também as Assembleias agora são às 3 da tarde, com o acordo maioritário desta Assembleia. Portanto, ninguém se pode queixar de falta de tempo. Não é? Toda a gente concorda com isso, ninguém se pode queixar de falta de tempo, democraticamente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas era sobre isso que queria falar, Senhor Deputado?

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não, não, não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não? Não é no horário, pois não?

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não, não. A questão que me traz aqui, que, confesso, que no meio depois de uma certa aceleração, não consegui perceber, genuinamente, não consegui perceber a explicação que o Senhor Presidente deu aqui para os cerca de, ora, portanto, para a incongruência que existe entre o mapa que me foi disponibilizado e a e a informação do Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara justificou e corrigem, por favor, confirme se eu estou correto e como este é um mapa dinâmico. Entretanto, o valor que aqui falta e que não está de acordo com a informação do Senhor Presidente da Câmara, da altura, é porque foi pago. Correto?

O Senhor Presidente da Câmara:

Já respondi.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não respondeu, não, respondeu. Senhor Presidente, não percebi. É isso, ou não é isso?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Já respondi a isso, Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Foi pago ou não esse valor que falta? Não, não, não, não me desculpe. Eu estou a tentar facilitar que é para não estarmos aqui a gastar mais tempo, mas posso colocar formalmente a questão e depois vou para ali e espero a resposta. Pronto.

Então, se diz que já respondeu. Não me respondeu. Se respondeu, eu não percebi e duvido que alguém tenha percebido. Disse que era um mapa dinâmico. E, portanto, era normal que houvesse diferenças entre o valor da informação do Senhor Presidente da Câmara e o valor do mapa.

Aquilo que eu quero que me diga é se essa diferença que existe é porque já foi pago e já não consta da Contabilidade. Esse é o primeiro ponto que gostava que me respondesse.

Segundo ponto, muito breve. Senhor Presidente, telegráfico é: Senhor Presidente diz que a Certificoimbra e depois separa a questão das injunções da questão.

Eu volto a reforçar: Se existe uma injunção é porque existem faturas. Portanto, essas despesas entraram na Contabilidade da Câmara. Se entraram na Contabilidade da Câmara e não foram pagas têm que estar neste mapa. Ponto final. Não adianta andarmos com discursos. Têm que estar neste mapa. E se não estão neste mapa, eu quero saber por que é que não estão neste mapa. Porque, ou o mapa já foi alterado, ou as despesas já foram pagas. Mas o Senhor Presidente diz que as despesas não foram pagas, portanto é que não foram pagas.

E num terceiro ponto muito telegráfico. Eu não tenho problemas nenhuns. Não, não mas problemas nenhuns em falar de renúncias aos cargos de Vereadores, sabem porquê? Então, não. Mas reafirmo, então, os Senhores não iam mudar? Então, com a história que sempre foi assim. O Senhor Presidente diz que já podia ir aos últimos mandatos todos falar e que foi assim. Sempre foi assim. Então, não eram os Senhores que iam mudar? Onde é que está a mudança? Onde é que está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

a mudança? Onde é que está a dignidade das instituições que os Senhores iam promover? Onde é que está a mudança?

Muito obrigado

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

Ora, não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer responder já, ou se quer responder depois, quando apresentar a sua informação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não dou, nem recebo. Nem de si. Não dou nem recebo. Sou assim, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Pronto. Responde depois da informação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não dou, nem recebo. Nem de si. Não dou nem recebo. Sou assim,

Senhor Presidente, considero que as questões levantadas pelo Senhor Deputado Borges da Silva, considera que já aludi a elas e respondi na explanação às questões dele. Se o Senhor Deputado acha que não estão devidamente satisfeitas. Tem direito a isso. Eu já respondi o que tinha a responder nessa matéria.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Senhor Presidente, quero apresentar um requerimento, faz favor.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faça o requerimento.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Ao abrigo da Lei n.º 75/2013 e por considerar que, por considerar e por ser legalmente previsto, no considerando um que tenho direito a colocar as questões e número 2, o Senhor Presidente tem o dever a responder-me. E, 3, por considerar que não me foi respondido. Então só está um requerimento, portanto. Está bem? Se me permitem:

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal:

Venho por este meio requerer ao Senhor Presidente da Assembleia que interpela o Executivo Municipal e, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, para que me seja respondida a seguinte questão, por escrito e para todos os Senhores Deputados, até a próxima Assembleia:

1 - Porque é que o mapa que me foi apresentado e que, relata, alegadamente as dívidas a fornecedores da Câmara Municipal nos meses apresentados, tem uma diferença de montante total relativamente à informação do Senhor Presidente da Câmara, que é, concomitante à apresentação ao período relatado neste mapa de mais de 800.000,00 euros?

2 - Quais é que são as dívidas que faltam lá?

3 - Tenho razões e tenho suspeitas, absolutamente, fundadas de que neste mapa estejam relatadas todas as faturas que deram entrada na Contabilidade, uma vez que o Senhor Presidente e ficou em ata, disse que existe uma injunção que estava para acordo de pagamento e que depois foi intentada a injunção mesmo à revelia daquilo que foi combinado com a Câmara Municipal. Para ver injunção tem que haver faturas. Para haver faturas e faturas não pagas, têm que estar neste mapa. Se não estão, tenho razão para suspeitar da veracidade deste mapa, ou pelo menos da sua completude.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

4 – Promova para que ponto seja minutado de imediato para que não tenhamos que esperar pela ata, na próxima Assembleia. Portanto, que a aceitação, que o deferimento deste requerimento seja minutado, imediatamente, para que não tenhamos que esperar pela ata da próxima Assembleia, para se fazer eficaz a resposta a este requerimento e a interpelação que eu requero que o Senhor Presidente da Assembleia faça ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Deputado.

O requerimento não será minutado. Se entender que deve apresentar o requerimento, faz favor para ser respondido na próxima Assembleia Municipal.

Muito obrigado.

Está encerrado este primeiro Período de Antes da Ordem do Dia. Vamos fazer um intervalo de 5 minutos.

Muito obrigado.

Eu peço desculpa ali ao Senhor Engenheiro Cristiano, mas tem que esperar mais 5 minutos.

Foi reaberta a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Ponto número 1. Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia

Ex.mos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 30 de janeiro de 2024, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente

Construção da Área de Serviço de Autocaravanas

Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar– CAVES”

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas

Reabilitação e ampliação do Parque Industrial de Nelas I – Lote 2

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas

Pavimentação do Largo de Stª Bárbara em Urgeiriça

Arranjos exteriores no cemitério de Vilar Seco – execução e pavimentação de passeios;

Arranjos exteriores no cemitério de Canas de Senhorim e Senhorim– regularização do pavimento em tout-venant;

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Manutenção e atualização de todas as aplicações do ERP AIRC;

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;

Atualização de software e firmware da storage de virtualização e backup;

Atualização de software e firmware da componente de network;

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;

Renovação de certificados SSI;

Renovação domínio página do município,

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;

Resolução dos pedidos informáticos solicitados através da plataforma GLPI;

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Na Loja de Cidadão de Nelas realizou 7.912 atendimentos, tendo-se verificado que os postos de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram responsáveis por 40% do total destes seguidos do ISS e das Finanças com 34% e 26%, respetivamente.

Foram registados / gerados no front office (Espaço de Cidadão / Câmara Municipal) do Município 1.169 documentos (requerimentos e ordens de serviço) do âmbito dos serviços do município.

Foram efetuados 201 pedidos através da plataforma dos serviços Online e foram registados 18 novos utilizadores em colaboração com o serviço “Academia Municipal de Artes de Nelas” foi implementada a solução de faturação com referências multibanco, no intuito de facilitar o processo de liquidação aos utentes.

SERVIÇO DE DESPORTO

Continuidade da disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico dos dois agrupamentos de escolas do concelho;

Continuidade do projeto “Crianças em Movimento...”, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Sendo que os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância “Girassol”, Escola João de Deus e Jardim-de-infância “Malmequer”, frequentando apenas as aulas de Adaptação ao Meio Aquático, nas Piscinas Municipais. No total estão envolvidas cerca de 300 crianças do concelho;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Continuação da dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 6 aulas semanais, duas de Hidroginástica, Ginástica de Manutenção, Zumba e aulas do projeto Itinerante na freguesia da Aguieira e da Lapa do Lobo;

No dia 16 de dezembro de 2023 realizou-se um Peddy Paper “Uma Aventura de Natal”, através de um percurso por vários locais da vila onde foram realizadas algumas tarefas sensoriais, artísticas e físicas.

O Município de Nelas aderiu ao Projeto “A Hora dos SuperQuinas”, dinamizado pela Federação Portuguesa de Futebol e tem como objetivo promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e a melhoria da literacia motora através da participação em atividades físicas e desportivas que lhes proporcionem experiências e brincadeiras significativas, positivas, prazerosas e muito divertidas, nas aulas das Atividades Extracurriculares - AFD do 1.º Ciclo do Ensino Básico, através da construção de sessões que sejam marcantes e inesquecíveis para as crianças.

No âmbito do protocolo de cedência entre o Agrupamento de Escolas de Nelas e o Município para o ano 2023/2024. Nesse âmbito, foi proporcionado à escola, um horário, na Piscina Municipal Coberta e no pavilhão Desportivo, para desenvolver atividades relacionadas o Desporto Escolar.

Continuação do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2023/2024 nomeadamente das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), AquaFitness, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição. À presente data, estão inscritos cerca de 395 alunos.

A equipa da Pré-competição participou em duas provas do Circuito Municipal de Escolas de Natação: a 19 de novembro de 2023 no Complexo Desportivo Forlife - Viseu nas Piscinas e a 9 dezembro de 2023 nas Piscinas Municipais de Arganil.

Pavilhão Desportivo Municipal - Toda a atividade do Pavilhão Desportivo Municipal manteve-se sem quaisquer alterações, continuando a ceder as instalações para diversas atividades, nomeadamente:

- Ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal;
- Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar;
- Ao Serviço Educativo do Município SEC, para desenvolvimento das atividades extracurriculares de Atividade Física e Desportiva dos agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim e projeto Férias em ação.

Estádio Municipal de Nelas - No âmbito de toda a atividade competitiva e de formação, desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos:

- Cedência das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos e jogos nos escalões de petizes e traquinas, sub 10, sub. 11, sub. 12, sub. 14 e Seniores.
- Cedência das instalações para treinos e jogos do calendário de jogos particulares do SCN e Veteranos.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 10 agregados familiares, tendo sido 9 deferidos e 1 indeferido por não reunir as condições previstas no Regulamento em vigor.

A Loja Solidária de Nelas, contou com a nova inscrição de 14 famílias a quem foram e diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

No mesmo período, 13 agregados familiares, correspondendo a 43 munícipes realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária.

Continuação do desenvolvimento do trabalho, diário e contínuo, de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizados 364 atendimentos a diferentes famílias por forma, a serem detetadas as reais dificuldades/ necessidades e proceder-se quando necessário ao devido encaminhamento.

Os atendimentos do SIS dividem-se pelos projetos/respostas em vigor no Município tais como Loja Solidária, Incentivo à Natalidade, Cartão Sénior Municipal, Habitação Social, Estratégia Local de Habitação, o Programa Porta de Entrada, Tarifários de Água: social e familiar, Projeto dos Cuidadores Informais, Projeto eGuard, Alto Comissariado para as Migrações – apoio e acompanhamento às famílias provenientes da Ucrânia, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e também, por outros atendimentos de caráter de Ação Social que dizem respeito ao acompanhamento sistemático e encaminhamento dos indivíduos e/ou famílias para outros Serviços como CPCJ, Hospital, Serviços de Saúde Pública, Segurança Social, Tribunal Judicial – Ministério Público, IPSS, entre outros.

Atendimento de Apoio Psicossocial continua a ser um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as mesmas na resolução ou atenuação dos seus problemas. Neste período foram realizados, 21 atendimentos, dos quais 13 foram realizados no âmbito da Ação Social, 5 no âmbito da Universidade Sénior de Nelas e 3 no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI).

No âmbito do Regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos foram deferidos e aprovados em reunião da câmara 4 processos, respetivamente: 2 processos para atribuição do tarifário social e 2 para atribuição do tarifário familiar.

Reuniu, no passado dia 23 de novembro, o Conselho Local de Ação Social de Nelas, tendo como ponto na ordem de trabalho a Apresentação e Aprovação do Relatório Final pelo CLDS 4G Nelas You, que terminou em setembro de 2023.

No que respeita aos atendimentos do CLAIM (Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes) realizaram-se 110 atendimentos presenciais, que foram encaminhados para a resposta social do Município - a Loja Solidária -, a fim de adquirir bens de vestuário e móveis, e para outros serviços e entidades externas competentes para a resolução dos problemas e necessidades apresentados:

Esclarecimentos de dúvidas relacionadas com a Legalização;

Esclarecimentos e apoio na formulação do pedido de Autorização de Residência;

Apoio no agendamento para o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras Registo de Menores Estrangeiros;

Esclarecimentos sobre a aquisição e a atribuição da nacionalidade portuguesa;

Encaminhamento para diversas instituições nas áreas da saúde, emprego, habitação, apoio social e jurídico

O Município de Nelas passou a assumir o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Atendimento e Acompanhamento das Famílias beneficiárias da prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI), coordenando todo o trabalho inerente.

O Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, é efetuado diariamente, sob comparência, e às quartas-feiras, das 9h às 13h e das 14h às 17h, na Sala Orgânica do Edifício Multiusos, 2.º Piso, por marcação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

No período de referência, foram realizados 70 atendimentos sociais, dividindo-se em 49 entrevistas, 13 contactos telefónicos, 8 visitas domiciliárias. Mais se acrescenta que foram realizados 2 relatórios para o Ministério Público no âmbito de Processo de Maior Acompanhado e 1 sinalização pela Linha Nacional de Emergência Social para o acompanhamento e diligências decorrentes do mesmo para os Serviços de Intervenção Social.

Em relação ao atendimento do RSI é também realizado na Sala Orgânica do Edifício Multiusos, 2.º Piso, às sextas-feiras, com marcação prévia, das 9h às 13h, na mesma modalidade supramencionada.

No âmbito da medida de acompanhamento às famílias beneficiárias de RSI sob a coordenação da Câmara Municipal de Nelas foram acompanhadas 101 famílias (correspondendo a 212 beneficiários), foram realizadas 129 visitas domiciliárias, 103 atendimentos e celebrados 23 contratos de inserção no período supramencionado. O Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR) distinguiu no passado dia 6 de dezembro, na sua 15.ª edição, a Câmara Municipal de Nelas com a bandeira verde com palma, relativamente às políticas amigas da família desenvolvidas no ano de 2023. O Município de Nelas, em dezembro de 2023, promoveu a campanha solidária “Por um Sorriso Maior“, onde foram entregues 31 cabazes, com bens alimentares e produtos e higiene, abrangendo 73 pessoas. No passado dia 12 de dezembro, no Auditório do Centro Municipal de Cultura de Castro Daire, o Município de Nelas participou num seminário para apresentação do Projeto CER- Cuidar e Receber- Projeto dos Cuidadores Informais;

UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Dinamização de Workshop de Macramé orientado por Natália Carolino,

O Coro da Universidade Sénior participou no Natal das Freguesias promovido pelo Município, levando na sua atuação um reportório natalício a todos os municípios das freguesias em questão, tais como: Senhorim, Lapa do Lobo, Vilar Seco e Aguieira.

Participação da Universidade Sénior no Mercado de Natal com a presença em permanência num espaço de bebidas quentes e doçaria confeccionadas pelas alunas, com algumas peças de costura feitas pelas alunas da disciplina de Agulhas Solidárias e com o Pai Natal, teatralizado pelos alunos da disciplina de teatro que fizeram as delícias dos mais pequenos.

A US fez-se também representar na exposição do Presépio efetuado pelos alunos da disciplina de Manualidades, utilizando a técnica de Paper Craft, que esteve durante todo o evento na entrada do Mercado.

Dinamização de 3 Workshops Culinários, orientados pelas alunas da US;

Um workshop onde ensinou as crianças a construir um gnomo utilizando lã. O Workshop foi orientado por 6 alunos da disciplina de manualidades;

A Universidade Sénior elaborou uma peça de teatro que foi apresentada na Festa de Natal do Centro Paroquial de Nelas;

Participação na apresentação do Manual de Identidade alimentar confeccionando também algumas dos produtos alimentares mais típicos da nossa Região;

Participação na palestra sobre Bioresíduos promovidos pelo Município de Nelas no âmbito da candidatura do Fundo Ambiental sobre Bio resíduos.

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (105 publicações, neste período) da Biblioteca;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações;

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição;

PressReader (novo serviço): protocolo entre os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, que permitiu aos utentes inscritos na Biblioteca Municipal o acesso gratuito a mais de 7000 jornais e revistas de todo o mundo, em formato digital, a funcionar desde 23 de outubro. Já foram consultados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal 7052 artigos.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino

1.º circuito ano letivo 2023/2024 - Total de empréstimos: 744 empréstimos de livros

- EB1 Lapa do Lobo, EB1+JI Vale de Madeiros e JI Canas de Senhorim
- EB1 + JI Agueira e EB1+JI Vilar Seco
- EB1 Santar, JI Santar e JI Senhorim
- JI Girassol (Canas de Senhorim), EB+JI João de Deus
- EB1 + JI Carvalhal Redondo
- JI Malmequer (Nelas) e JI Folhadal

Oficinas múltiplas: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

A Câmara Municipal de Nelas, por intermédio da Biblioteca Municipal disponibiliza, a partir do mês de novembro de 2023, um serviço inovador "Livros que vão até ao seu local de trabalho", a todos os trabalhadores das Empresas sediadas nas Zonas Industriais do Concelho.

Este novo serviço permite a requisição de livros, no local de trabalho e gratuitamente, com o objetivo de incentivar à leitura e às literacias, e promover um serviço municipal de proximidade. Para além das já aderentes, as empresas interessadas em aderir à iniciativa, deverão contactar a Biblioteca Municipal.

Até ao final do mês de janeiro foram emprestados 64 livros.

EXPOSIÇÕES “Joshua Benoliel, repórter parlamentar.”. Na inauguração, a 2 de novembro foi realizada uma apresentação por técnicos da Assembleia da República e contou também com a presença de alunos do Ensino Secundário do Concelho.

“VI international school cartoon festival: alterações climáticas

Constituída por 72 desenhos. São trabalhos elaborados por alunos e desenhos de outros autores, provenientes de diversos países e regiões do mundo, o que possibilita uma visão abrangente de como esta problemática é encarada por diferentes culturas e faixas etárias.

Paralelamente decorreu, no dia da inauguração da exposição (23 de janeiro) uma sessão pública sobre o tema “Valorização de Biorresíduos”, uma atividade realizada em colaboração com o serviço de ambiente da CMN, dirigida à comunidade e que contou também com a presença de alunos da Universidade Sénior de Nelas e de alunos do Ensino Secundário do Concelho.

Participação no Mercado de Natal, com a organização da Feira do Livro e da apresentação do livro “Aventuras de um caçador de sonhos” pela autora M.ª Teresa Fonseca.

Leituras 100 Idade US fora de portas: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

Histórias de vida, vida com histórias, projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

(deslocação da Biblioteca itinerante aos polos da US)

Tema: “A vida e obra de Ant.º Quadros”

22/01: US polo Póvoa S. António – 2 participantes, leitura de poemas do livro “Ó Portugal, ser profundo”.

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas de Viseu Dão Lafões, constituído por representantes das 14 Bibliotecas Municipais da CIM Viseu Dão Lafões, representantes da DGLAB do Ministério da Cultura e por representantes da CIMVDL. Decorreram nos dias 14/12 e 19/01;

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Realização e execução do caderno de encargos para o fornecimento do Leite Escolar no âmbito da transferência de competências;

Preparação e realização do projeto “Férias em Ação| Natal 2023”;

Preparação e realização do projeto “Até já Escola| Natal 2023” – Castelo Mágico (Montemor- o -Velho);

Criação da Sala Sensorial no Agrupamento de Escolas de Nelas;

Encerramento do 1.º Período:

- Avaliações das atividades de Enriquecimento Curricular;

- Levantamento do número de crianças a frequentar e almoçar as atividades de Animação e Apoio à Família – Interrupção Letiva de Natal 2023;

Mercado Natal:

- Espetáculo organizado pelos Animadores do Município para as crianças do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo Público e Privado;

- Organização dos transportes para a deslocação das crianças do Ensino Pré-Escolar e 1º Ciclo Público e Privado ao Mercado de Natal;

- Aquisição de Pais Natal de chocolate para oferta aos alunos;

- Espaço criança;

Apresentação do Manual de Identidade Alimentar em Viseu Dão Lafões;

Apresentação de dados do Projeto “Comer bem, sorrir melhor”, realizada na Casa do Adro, Viseu, a convite da CIM Dão Lafões;

Ação de Informação acerca do Consumo de Medicação Excessiva por Crianças e Jovens, promovida pela Equipa Multidisciplinar no Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim;

Preparação para o Desfile de Carnaval Infantil do Concelho.

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º PROCESSO	AUTOR DA AÇÃO	FASE PROCESSUAL
424/17.4BEVIS	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.	O Município deduziu contestação
175/19.5BEVIS	João Manuel Lopes Pereira	O Município deduziu contestação
24/20.1BEVIS	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.	O Município deduziu contestação
67/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabral, Lda.	O Município deduziu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

		contestação
70/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.	O Município deduziu contestação
192/20.2BEVIS	Meo - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A.	O Município deduziu contestação
42/21.2T8NLS	Município de Nelas	O réu apresentou contestação
80/21.5BEVIS	Paulo Costa	O Município deduziu contestação
154/21.2T8NLS	Comissão Nacional de Proteção de Dados	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa
2357/21.0T8VIS-A	Município de Nelas	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS
456/21.8BEVIS	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.	O Município deduziu contestação
141/21.0T8NLS	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência
148/22.0T8NLS	Generali Seguros, S.A.	O Município deduziu contestação
INJUNÇÃO Nº 84950/23.4YIPRT	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação
520/23.9BEVIS	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

- a) Dívida de médio e longo prazo:
8.503.618,90 €
- b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores:
1.668.512,74 €
- c) Financiamentos contratualizados (falta visto TC):
265.000,00 €
- d) Financiamentos contratualizados por utilizar:
3.456.789,78 €
- e) Provisões/Responsabilidades contingentes:
803.438,78 €



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- f) Responsabilidades contingentes 2021:
1.317.779,00 €
- g) Financiamentos aprovados AM de 23-04-21 (não contratualizados):
1.478.279,57 €
- h) Financiamento acordo colaboração IHRU 31/08/2021:
1.773.144,00 €.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara sequer fazer alguma disposição introdutória. Não? Remete para o documento. Muito bem.

Senhores Deputados, têm alguma questão a colocar quanto ao Relatório do Senhor Presidente da Câmara? Ninguém tem.

Ponto número 2 - Remodelação da Rede de Abastecimento de Água – Rua D. Afonso Henriques, Rua das Flores, Rua Sacadura Cabral e Rua Luís de Camões. É apenas para conhecimento dos Senhores Deputados.

Portanto, como sabem, trata-se, como já referiu o Senhor Presidente da Câmara, de uma obra que vai ser remodelada, que tem, referente à conduta central de abastecimento de água ao Concelho. É uma conduta que tem 70 anos de idade, em fibrocimento com todas as implicações que isso causa à saúde pública. E é uma obra que, naturalmente, lá para junho começará, possivelmente, quando terminarem aqui as obras da Avenida João XXIII.

Está orçamentada em 805.000,00 euros e tem uma participação de 85%, sendo os restantes 15% financiados pelo Orçamento Municipal. É de facto uma obra meritória, extraordinária, feita com coragem. Já devia ter sido feita há muitos anos em nome da saúde pública pelo ruído. Acho que ninguém está a ouvir o Presidente da Assembleia Municipal, mas também não é importante. isso.

O que é importante é a explicação técnica sobre esta obra fundamental para a saúde pública e, enfim, para o próprio Concelho todo. Então, eu pedia ao Senhor Engenheiro Cristiano para fazer uma exposição técnica sobre este assunto.

Só um minuto. O Senhor Presidente da Câmara quer dar mais explicações? Pode ser que tenha mais êxito do que eu.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente.

Muito sucintamente, deixo, naturalmente, para o Engenheiro e para a equipa de Projetistas. Nós tínhamos falado na última Assembleia a possibilidade de marcarmos para esta Assembleia a apresentação do projeto. E, portanto, é isso que vamos fazer.

Dizer só 2 ou 3 coisas muito sucintas sobre esta questão. Uma intervenção desta natureza não podia, há várias opiniões e são todas legítimas, vivemos em Democracia, felizmente. E, portanto, havia uma aceção de que havia um modo fácil de fazer isto, que era atacar as rupturas e só substituir a conduta de água e isso.

Não é assim que se fazem obras de fundo. Nós não podemos pavimentar ruas como às vezes acontece e não colocarmos lá as infraestruturas e as telecomunicações, por exemplo, e depois temos que andar a rebentar o betuminoso que colocámos. E, aqui é muito parecido.

Para fazer um investimento de uma infraestrutura destas, nós não estamos a falar só do abastecimento de água. Estamos a falar do abastecimento de água. Estamos a falar de saneamento. Da rede de comunicações em rede elétrica. E a questão da drenagem das águas pluviais que acabámos há pouco por falar sobre isso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ou seja, não é uma intervenção circunscrita a uma componente em particular, mas fazer uma questão infraestrutural. Além de que, é uma conduta, como já se falou em fibrocimento, com as implicações todas que tem. E que há muitos anos faz parte do que é a discussão pública, o debate político sobre isto. Acharmos que, de facto, é importante fazer por 2 outras questões importantes.

Como diz a informação, a conduta faz chegar água aos reservatórios das Caldas da Felgueira, Urgeiriça, Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo e abastece 80% dos Municípios.

Desde logo os reservatórios que abastecem a Urgeiriça, Canas de Senhorim, Póvoa de Santo António, Vale de Madeiros, Lapa do Lobo, Caldas da Felgueira, Carvalhal Redondo, Agueira e parte de Moreira também. A conduta, além de abastecer os reservatórios referenciados, abastece aqui de 80% da população da Vila de Nelas Folhadal, Póvoa da Roçada e Zona Industrial do Chão do Pisco.

Além da substituição das condutas de saneamento, nova rede de águas pluviais, telecomunicações, eletricidade, a empreitada prevê a remoção e reposição do pavimento, muito à semelhança do que foi feito na Avenida João XXIII, que não o pavimento novo. É a remoção e reposição do pavimento.

Ó Senhor Engenheiro, não vou falar muito, senão estrago-lhe depois a sua apresentação.

E naturalmente, a parte do que tem a ver no planeamento urbano. Ou seja, a intervenção que foi feita na Avenida João XXIII, será feita esta intervenção no mesmo perfil para o que é a zona histórica de Nelas ficar não de uma forma arquitectónica numa via e da outra diferenciada. Portanto, o que foi também sugerido ou falado com o Projetista, ser respeitada esta identidade sem criar uma identidade, enquanto urbana de Nelas

Posto isto, ó Senhor Engenheiro, esteja à vontade. Eu acho que é melhor sairmos daqui. Não é? Para fazer a apresentação.

O Senhor Eng.º Cristiano:

- Muito bem, acho que já muito, muito bem.

Boa tarde a todos, presentes na Assembleia. Desculpem, não saudar detalhadamente, mas é mais a que o receio de não estar a cumprimentar alguém.

E, portanto, nesse sentido, gostaria, antes de mais, agradecer o facto de possibilitar esta apresentação. O meu nome é Cristiano, Cristiano Ramos. Represento a empresa INVALL PORTUGAL e estou aqui na qualidade de coordenador de projeto.

Portanto, vou tentar ser breve na apresentação para terem mais tempo para os restantes assuntos. E, pronto e basicamente, trouxe esta apresentação para acompanhar um bocadinho comigo, em que é que consistem estes projetos.

Portanto vou fazer uma breve introdução. Depois vou também referir a atualidade, portanto o registo que nós fizemos numa fase inicial nas ruas que estavam aqui em causa. E, depois também serão aqui apresentados os principais, compromissos.

E tenho aqui uma rubrica que são as questões, mas se me forem possibilitadas, ou se me for possibilitado esse tempo para depois responder ao que entender.

Portanto, o prazo de execução que está aqui em causa, divide-se em 2 tópicos, que é o levantamento topográfico e arquitetónico, com recurso a tecnologia laser 3D scan. O que é isso?

Portanto, é um levantamento com recurso a tecnologia de ponta para permitir o máximo de informação para servir de apoio a projectos que se tratam aqui, que são os projetos de requalificação.



Portanto, a INVALL PORTUGAL apresenta-se como uma empresa centrada na gestão e execução de projetos. Os contratos envolveram, essencialmente, serviços de consultoria e de projetos apoiados na tal, tecnologia que é o 3 D laser 3D scan.

Portanto, o que é que é pretendido aqui? É que essa tecnologia apoie na gestão de obras, por forma a garantir, antecipadamente erros, balizamento de custos, prazos de obra e mesmo a causa da sustentabilidade, é muito importante termos esse apoio.

Portanto, esta tecnologia também nos vai trazer aqui bastantes vantagens futuras, porque vai ser um levantamento que vai ser entregue ao Município para que seja uma boa base para operações de manutenção e de operações, operação das instalações que vão ser depois executadas.

Portanto, a prestação de serviços que está aqui em causa vai incidir, essencialmente, em 4 ruas, Rua D. Afonso Henriques, Rua das Flores, a Rua Sacadura Cabral e a Rua Luís de Camões.

Portanto, atualidade. Nós fizemos um trabalho preparatório recentemente, no sentido de perceber o que é que estava aqui em causa. Portanto, algumas coisas, o Senhor Presidente, já mencionou.

Temos alguns problemas que, realmente, necessitam de intervenção a uma nova adequação. E, portanto, ao fazer este tipo de intervenções, ao desenvolver este tipo de projectos, há também a necessidade de incorporar o máximo de situações a corrigir por forma a mitigar depois, no futuro, sobre custos ou condicionamentos necessários inerentes a tratamentos distintos dos vários processos, dos vários assuntos.

Portanto, de seguida trago aqui alguns constrangimentos, algumas situações que verificamos no local, nos locais, nos vários locais, que gostava de apresentar. Portanto, temos aqui algumas situações que, ao fazer a correção nas infraestruturas, nós podemos a nível de Rede Rodoviária, também em alterações das geometrias, proceder a algumas retificações.

Este caso é um caso que de um passeio que, notoriamente, não tem largura suficiente para cumprir com a regulamentação atual. E, portanto, ao fazer intervenções, nós podemos fazer essas correções, quer ao nível da estrada, quer ao nível do passeio.

Isto é um dos registos, julgo eu na Rua D. Afonso Henriques. Portanto, há aqui alguma correção que pode ser feita no desenvolvimento dos projectos.

Outra situação é, portanto, na Rua das Flores, outro constrangimento. Avalia-se a supressão do passeio e é uma situação que, facilmente, pode também ser corrigida com a alteração da Geometria.

Pronto, outra situação, tem a ver, eu acredito que esta rampa surgiu antes de existir o edifício. Manteve-se, portanto, estas situações, quer em largura, quer, portanto, na remoção destes acessos, que não fazem sentido, podem ser também corrigidos ao longo do desenvolvimento dos projetos.

A outra situação de estrangulamento do passeio. Outra situação também. Portanto, eu também apresento a localização de alguns inputs que foram dados pelas pessoas que fomos contactando.

Outra situação, mais à frente. Esta já na Rua Luís de Camões. Também observamos a situação das redes de telecomunicações e de eletricidade, a passar por via aérea, criando este impacto pouco estético nas ruas. Como podem ver aqui está um bocadinho mais apresentado e pronto.

E, agora, passo por a descrição dos Serviços e nas várias etapas que vão ser percorridas ao longo do desenvolvimento destes projetos. Portanto, vou falar um bocadinho da digitalização 3D. Este aparelho que vêm aqui é a tal é a tal tecnologia que, cada vez, está a ser mais aplicada porque permite-nos ter uma quantidade de dados de informação dos sítios onde se pretende levar a



cabo os projectos que nos possibilita: Primeiro – Acompanhar agora já a necessidade de cada vez mais os projetos serem executados através da modelação tridimensional. E também permite, mais tarde, ter uma base de dados muito rica para operação e manutenção de todas as instalações que que venham a ser instaladas.

Portanto, a digitalização 3D é um processo realizado através da rede e scanner e faz um valor. E também, só para terem uma percepção, nós decidimos pôr aqui um pequeno vídeo que ia pedir ao Senhor que está lá em cima a operar.

Exatamente. É operado por uma pessoa que vai fazendo picagens ao longo da rua, ou dos sítios que vai passando, como podem ver. E isso vai permitir uma riqueza de dados que possibilita fazer um levantamento no local onde é que está este Senhor Operador, um alcance de 300 m e uma quantidade de cerca de 1000 a 1200 pontos por segundo.

Portanto, é uma informação que, depois, passada, tratada depurada passada pelo software, vai permitir a qualquer momento com precisão, perceber a todos em que localização tridimensional se encontra o ponto e acrescentando a isso, também, vai ter um suporte de georreferenciação que vai no futuro, digamos, disponibilizar à Câmara para outros trabalhos, nomeadamente, por exemplo, controlo de, por exemplo, para a Fiscalização, controlo das alturas e distâncias entre os eixos de via. Portanto, há uma informação muito rica que pode ser, sempre vai ser fornecida e pode ser sempre utilizada para futuros projetos.

Aqui atrás, pronto, nesta imagem, é só um pequeno exemplo de o que nós podemos fazer a nuvem de pontos. Nós, logo na própria plataforma, conseguimos ter a percepção real e com precisão milimétrica de toda a informação que quisermos ter neste levantamento, ou retirar neste levantamento.

Portanto, nós já fizemos numa fase de levantamento de necessidades, já um pequeno, um pequeno vídeo para vos apresentar, para perceberem o que é a nuvem de pontos e como é que ela, digamos, construiu toda esta imagem que aqui podemos ver.

Como disse há pouco, cada ponto vai-nos dar, essencialmente, 3 parâmetros, que é profundidade, elevação e localização.

Temos aqui um reservatório também, que julgo termos falado há pouco.

Aqui está o local de tal constrangimento, portanto se nós quiséssemos aqui parar a imagem e fazer picagens para obter a informação.

Aqui um fontanário.

O que é que este levantamento nos trouxe para além de que são os levantamentos topográficos que, normalmente, nós estamos habituados? Portanto, nós conseguimos projetar não em 2 D, mas através de modelação em 3 D, o que nos permite, na execução do projeto, logo perceber os próprios constrangimentos devido à riqueza de informação de dados que esta metodologia nos permite.

Portanto, passando para a fase seguinte. Portanto, a primeira fase foi a fase de levantamento, de digitalização, digamos, obtenção de dados e agora vamos para a parte de desenvolvimento de projetos.

Portanto, os projetos que estão aqui em causa, vão ser trabalhados por forma a termos o projeto com uma metodologia que acompanhe, cada vez mais, o que vai ser uma exigência a nível regulamentar. Portanto, muitos, se calhar, a metodologia ainda não diz nada. Mas nós temos uma Lei recente que a partir de 2030 vai ser obrigatória, principalmente, as arquitecturas serem apresentadas em 2D.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, até lá, tentaria, há um esforço para tentar com que os projetos, cada vez mais, sejam apresentados de forma a que haja uma modelação com linguagem capaz de ser utilizada depois com todo o universo que anda à volta já da metodologia.

Portanto, os projetos que estão aqui em causa são, essencialmente, redes de abastecimento de água, drenagem de águas residuais, rede de drenagem de águas pluviais, as instalações elétricas, portanto, a rede elétrica, naqueles casos que nós vimos há pouco e a rede de telecomunicações.

Juntamente com estas especialidades, vamos também, visto que todas estas operações vão implicar ações diretas nas redes existentes, portanto, nos pavimentos dos passeios. Portanto, ao termos que fazer essas opções, vamos também repensar de uma forma funcional, depois a reposição de tudo o que que for levantado.

Isto vai bater em dois em campos: Um é a possibilidade de fazer uma correção estética, homogénea com as operações que já têm, que foram concluídas, ou estão em curso, portanto, nas redondezas.

Portanto, eu, no seguimento do que o Senhor Presidente falou, dar aqui um seguimento homogéneo, portanto, no projeto para haver leituras idênticas. E também vai-nos permitir fazer com que haja aqui aplicação de metodologias que torne estas operações mais sustentáveis.

O facto de reaproveitar grande parte, contemplar o projeto, reaproveitar grande parte dos materiais removidos e já para além de custos, também nos favorece a nível de pegada ecológica e essencialmente, nesse campo, que também poderemos desenvolver alguns tópicos no projeto. Portanto, nos projetos, vamos ter, essencialmente, o tema das redes hidráulicas e depois das instalações elétricas de telecomunicações,

Os nossos principais compromissos nas redes hidráulicas são, essencialmente, redimensionar as redes, tendo em conta as necessidades e as exigências atuais.

A questão da tubagem em fibrocimento, acho que não há dúvidas que é uma necessidade urgente. E, há que fazer uma readequação, quanto antes. Estamos a falar de seguro de saúde pública, portanto, é importantíssima fazer isso. A avaliação do estado de preservação da rede de combate a incêndios e, eventual readequação e conformidade com a regulamentação vigente.

Portanto, estamos a falar em abastecimentos, embora para cuidados diferentes, mas também há essa necessidade. Há também a questão dos materiais, que também já foi anteriormente falado. Portanto, convém perceber que todo o projeto acompanhe toda a regulamentação em vigor na escolha de materiais e acessórios, tudo o que venha a ser necessário.

E, depois temos também o compromisso de implementação de soluções vantajosas a nível de operação. Todo o projeto vai ser desenvolvido por forma a dar a uma capacidade futura, depois de execução da empreitada, ao Município para ter benefícios, redução de custos, rapidez na operação e na manutenção das redes.

Portanto, eu vou aqui apresentar um conjunto de imagens sobre o a modulação do tipo de projetos que são suportados sobre aquela metodologia e o software de modulação que pode trabalhar sobre aquela metodologia e a informação que aquela metodologia oferece.

Isto, aqui, temos, parece um bocado confuso, mas temos aqui bastante claro. Há a questão da dopagem, por exemplo, esta aqui a tubagem das águas pluviais ligadas. Temos aqui as tubagens azuis que são abastecimentos. Estas tubagens que estão a amarelo, deviam ser a vermelho, são da rede de incêndio.

Portanto, nós temos aqui o projeto ao trabalhar que consegue ter uma noção também de eventuais conflitos das tubagens e por aí fora. Isto também, mais tarde, pode-nos permitir, através



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

da metodologia, passar pelos locais e identificar exatamente onde é que estão as coisas e toda esta rede, os acessórios, o tipo, por exemplo, de manutenção que determinado acessório possa precisar.

Portanto, esta informação que depois será fornecida e poderá servir de suporte para manutenção, operação e para servir os interesses do Município.

Aqui está mais uma imagem, portanto, isto, neste caso aqui há modelação total, quer das ruas, quer do edificado. E, portanto, agora temos, na parte das redes elétricas de telecomunicações, também temos o compromisso de mencionar as infraestruturas, possibilitar a passagem da rede aérea para a rede enterrada. Portanto, vai ficar tudo o que é infraestruturas ao nível da do pavimento e reconfiguração da rede de iluminação pública.

Eu estou-me a recordar de uma de uma necessidade de alterar a iluminação existente, ou reajustar a iluminação existente na Rua das Flores, salvo erro, até tenho aqui uma imagem mais à frente onde apresento uma forma só esquemática, o que é que vamos desenvolver a nível no projeto que vamos apresentar.

Aqui está uma imagem. A modulação vai permitir também porque numa fase inicial vai ser dinâmica. Nós vamos fazer um conjunto de considerações e que vamos apresentar à Câmara antes de fechar e dar um avanço às restantes tarefas que envolvem o desenvolvimento do projeto.

Portanto, aqui, como podem ver, temos aqui, este candeeiro, não é o caso. Isto foi é tipo só para apresentação. Mas depois ajustamos o tipo de candeeiro. Apresentamos a capacidade de iluminação que que tem. E, portanto, é um bocado esta base que também nos permite facilitar o avanço e o desenvolvimento dos projetos.

Na Rede Rodoviária, portanto, temos o rendimento de ambiente correctivo do perfil, um bocado para fazer face àquelas correções que nós falamos ainda há pouco. Implementação de soluções que possibilitem a melhoria das condições de aderência. Isto junta-se também com a questão da sustentabilidade.

Portanto, nós estamos aqui a pensar em utilizar algum material existente, por forma a aproveitá-lo na superfície. Estamos a falar, nomeadamente, do cubo que existe, do cubo de granito. Utilizar a superfície que não tem tanto desgaste e, portanto, temos aqui também a preocupação de reaproveitar, incorporar materiais existentes.

Depois, temos implementação de soluções que comportem futuros melhoramentos em espaços de interesse público. Isto é, nós estamos aqui a pensar também olhar a intervenção na via rodoviária por forma a preparar eventuais futuras obras de melhoramento de alguns espaços pontuais.

Portanto, haver ali algum cuidado em fazer depois, ou permitir depois a ligação coerente e harmoniosa desses espaços, se vier, no futuro, a ser um projeto da Câmara. Portanto, temos aqui alguns trabalhos, digamos, umas correções em fase preliminar que utilizamos mesmo dentro do grupo de trabalho para focarmos. Portanto, nós temos que realmente estar atentos e resolver.

Já falámos também anteriormente. Temos aqui o estrangulamento do passeio e já fizemos algumas simulações nestes casos e permite-nos, efetivamente, fazer essas correções. Outras, portanto, também já apresentada. Ao lado está um pequeno desenho. Não é definitivo. Mas está ali um pequeno desenho que demonstra que tipo de medidas podem ser aplicadas. Estamos aqui sempre a falar no tema das correções ao nível da via rodovia.

E, portanto, desculpem se eu acelerei um bocado. Deixei aqui uma rubrica que é a rubrica das questões que não sei se, entretanto, se terei tempo, para fazer aqui um bocado, digamos, o tempo de resposta a algumas questões.

É óbvio que estas questões, as questões que querem colocar, terão que ser mais do foro técnico. Mas, pronto, se me for permitido esse tempo, estarei cá para responder.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Eng.º, muito obrigado.

Eu perguntava aos Senhores Deputados se têm alguma pergunta a fazer ao Senhor Engenheiro Projetista, relativamente à obra que agora foi apresentada. De momento, parece que não.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado, Senhor Eng.º.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sendo assim, Senhor Eng.º, muito obrigado.

Então passaríamos ao ponto 3 de Ordem de Trabalhos - Discussão e votação do projeto de regulamento da concessão de benefícios sociais dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas.

O Senhor Deputado Pedro Pinto entende que se deve ausentar por ser parte interessada. São 2 ou 3 minutos. Muito obrigado.

Este projeto, naturalmente, o Senhor Presidente da Câmara explicará melhor, mas é, exatamente, aquele que já veio à Assembleia Municipal de dezembro como ponto 16. Foi para discussão pública. Não sofreu alteração. E, portanto, trata-se de uma obra extraordinária em benefício dos Bombeiros Voluntários que, quanto a mim, só peço por vir tarde demais.

De facto, isto é o reconhecimento do Município ao valor extraordinário dos Bombeiros Voluntários na proteção da vida e dos bens das pessoas. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer acrescentar alguma coisa. Tem a palavra, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado, Senhor Presidente. Só mesmo minuto rápido. Nós já trouxemos este documento na Assembleia Municipal anterior. Portanto, já é do conhecimento dos Senhores Deputados.

O que decorreu depois da aprovação em reunião de Câmara foi o período de consulta pública. A consulta pública já decorreu, foi terminada. Não houve nenhuma sugestão, ou recomendação, ou contributo. E, portanto, o documento ficou automaticamente aprovado. E, neste momento, para vigorar, tem que ser, naturalmente, aprovado aqui em sede da Assembleia Municipal.

Um último considerando para dizer que, naturalmente, é um anseio, julgo eu, antigo. Há já há uns tempos que se fala nos benefícios sociais dos Bombeiros. Há aqui várias questões.

Foi um documento que também voltou outra vez a discussão pública no último mandato. Na altura, pelo Senhor Vereador Manuel Marques também, com os Bombeiros Voluntários e num regulamento de apoio que foi subscrito pelos Vereadores na altura da Oposição do PSD e do CDS.

E este regulamento decorre também do que era um documento inicial e do que foi construído com as Direções e os Comandos dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas.

E houve aqui um intuito do que eram os apoios regulares, haver aqui um mais efetivo que é o do IMI, que é um avanço grande em termos do que são os apoios e que, de alguma forma, a simbologia do que é a casa também dos Bombeiros que fazem da sua casa os quartéis dos Bombeiros terem da parte do Município esse agradecimento e reconhecimento, restituindo o valor que pagam de IMI pelas suas casas. A quem é familiar e vive e seja Bombeiro não ficou também esquecido. Tem o mesmo direito. A quem tem uma casa arrendada fez-se feito o valor estimativo de uma de um valor médio do pagamento de IMI.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E, portanto, foi tudo salvaguardado, além de um conjunto com bolsas para filhos, para familiares de Bombeiros. A bolsa de estudo é para quem ingresse no Ensino Superior para premiar e para captar novos Bombeiros, que também precisamos nas nossas Corporações. Mas também, e particularmente, para ser um conhecimento e reconhecimento aos Bombeiros do nosso Concelho, que são, sem dúvida nenhuma, não só os Soldados da Paz, mas aquelas e aqueles que, quando nós precisamos, quando nós sentimos necessidade deles, ou quando as coisas acontecem, estão lá para nos apoiar, para socorrer e resolver muitas das situações.

Diria, para finalizar, Senhor Presidente, que é o reconhecimento ao papel fundamental de um dos atores maiores do Município, que são os Bombeiros Voluntários.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu perguntava aos Senhores Deputados se têm alguma coisa, alguma observação, ou acrescentar alguma coisa quanto a este regulamento. Faz favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Na sua pessoa, cumprimento a Mesa toda.

Ex.m.^{os} Senhores Deputados Municipais.

Ex.m.^o Público.

O que me traz aqui, em primeiro que tudo, quero dar e felicitar os Bombeiros, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cana Senhorim pela passagem do seu 93.^o aniversário. Longa vida para os Bombeiros de Canas de Senhorim.

Em segundo, mais uma vez e repetindo ainda as palavras, Senhor Presidente, isto já é um desejo antigo de alguém. E mais que tudo, os Bombeiros no nosso Concelho merecem-no na sua plenitude.

Eu venho aqui porque tive o cuidado de ver algumas atas onde isto foi tratado, atas públicas, em reunião de Câmara. E qual não é o meu espanto, verifico que ainda há Senhores Vereadores que queriam determinados, criam areia na engrenagem, nomeadamente, no respeitante ao IMI.

Eu faço lembrar que o IMI ronda, normalmente, duzentos e tal euros por casa e que o salvamento de uma vida humana tem um valor incalculável. E que precisamos dos Bombeiros, é tudo muito bonito, eu tenho visto pessoas até na própria vila de Nelas, quando vai a ambulância, ele está quieto, ou mal, a ambulância que passe por cima, se quiser, portanto, a falta de civismo.

A falta daquilo que é o reconhecimento, porque é tudo muito bonito, quando os Bombeiros nos servem, chegam atrasados. Nós já estamos a refilar porque chegaram atrasados.

Mas, dar-lhe as condições. Temos que verificar o seguinte: que eles são voluntários. E o Voluntariado, hoje, em Nelas e Canas de Senhorim, vai desde a meia-noite até à meia-noite seguinte.

Façam a contabilização disto, se faz favor, os Senhores das Contas e vejam quanto é que custa um Bombeiro Voluntário e aquilo que ele tira à sua família.

Mas para dizer que isto sobre o IMI e bem como outras pessoas que consideraram que o Seguro dos Bombeiros, o Seguro dos Bombeiros até devia ser aumentado mais do que aquele que é.

Infelizmente, tivemos aquela situação do Bombeiro de Canas de Senhorim. Mas há muitos Bombeiros que aquilo que recebem do seguro é quase nada em relação àquilo que foi prejudicado na sua vida. Porque é muito bonito falar que com, há muita gente com 100,00 euros e que pagam café, eu devo lembrar que os Bombeiros são Trabalhadores.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A maior parte dos Bombeiros Voluntários são Trabalhadores que pouco mais do que eles ganham mais, um pouco mais do que o ordenado mínimo. A esses, até para um café lhes faz falta.

Há muitos a quem não faz falta, mas esses, de certeza que não são Bombeiros porque são aqueles que podem pagar café e gastar dinheiro e até declaram menos rendimentos do que os próprios Bombeiros que são Trabalhadores e não podem fugir ao fisco.

Porque, infelizmente é das outras poucas coisas que temos, que é a corrupção que existe. Portanto, isto é só para lembrar. Eu lamento. Espero que estes Senhores, na sua vida e que agora alguns com responsabilidade nos próprios Bombeiros, venham a reconhecer, por vezes, o erro que cometemos quando temos aquelas palavras leves e devemos ter um bocado mais de respeito, quer por todos, quer pelo cidadão e por qualquer pessoa, até na elevação do nosso discurso e não tratar, de ânimo leve, determinadas situações que são importantes.

E, mais uma vez, devo dizer que os nossos Bombeiros merecem todo o nosso respeito, o nosso carinho e o nosso agradecimento pelo trabalho que fazem.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado João Alfredo.

Ora, não existindo mais intervenções, vamos pôr então o regulamento a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado por unanimidade, com a ausência do Senhor Deputado Pedro Pinto por razões de ser ele próprio Bombeiro, também.

Faz favor de ler agora a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Discussão e votação do Projeto de Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- E com a anotação da ausência do Senhor Deputado Pedro Pinto por ser Bombeiro Voluntário.

Então, vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, a minuta está aprovada por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

- A respectiva minuta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então passaríamos aos pontos seguintes. O Senhor Deputado Pedro Pinto. Já pode regressar. Reassumir o seu lugar.

Nos termos do artigo 19.º do Regimento, eu juntaria agora aqui os pontos 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 porque estão todos relacionados entre si, embora se tenha que fazer de facto aqui uma votação em separado para cada um deles.

Portanto, os pontos 4 a 10 estão relacionados com um reforço da atribuição de verbas que, habitualmente, recebiam as Juntas de Freguesia, que até 2023 era de 60.000,00 euros.

A Câmara Municipal deliberou atribuir mais 50%, 90.000,00 euros. E é disso que, de facto, tratam dos pontos de 4 a 10. No ponto 11, os Senhores Presidentes de Junta entenderam, para as atribuições que lhe eram atribuídas, 50% não chegava e, então, entendiam que 100% seria muito melhor.

E há aqui, de facto, um reforço destas verbas anteriores. Isto é, de 60.000,00 euros passa para 120.000,00 euros, 120.000,00 euros a distribuir, equitativamente, pelas Juntas de Freguesia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E o ponto número 12 é para atribuir efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2024 a esta atribuição de novos valores.

Ora bem, não sei, o Senhor Presidente da Câmara quer, naturalmente, dar alguma explicação sobre isto.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só, rapidamente, obrigado Senhor Presidente.

De uma forma muito sucinta, havia o compromisso do Executivo com os Senhores Presidentes de Junta no reforço do que era a transferência de verbas nos Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia.

Vigorava, já há muitos anos, esse valor de 60.000,00 euros e nós propusemos uma fase faseada do aumento do valor, em 2023, para 50%, ou seja, o aumento de 60.000,00 euros para 90.000,00 euro no bolo global. E para 2024, para o dobro da dotação, de 60.000,00 euros para 120.000,00 euros.

No decorrer do que foi o processo de, para conseguirmos chegar aqui, o processo que é preciso negociar, levar às Assembleias de Freguesia, nem todas as Assembleias de Freguesia conseguiram fazer dentro do que é do prazo que estava definido, achámos, o Executivo, que podia ter tomado uma posição, quem tem já os processos concluídos, avançados. Mas, neste contexto, achámos que tem que se avançar tudo ao mesmo tempo.

Portanto, nós fizemos a proposta em 2023 para esse aumento paulatino para 90.000,00 euros e consignamos já o de 2024 e está no Orçamento e foi aprovado por nós aqui na Assembleia Municipal, o aumento para 120.000,00 euros que é um compromisso que nós tínhamos com as Juntas de Freguesia e assumido em termos até do que foi a nossa propositura enquanto candidatura à Câmara Municipal de Nelas. E o que nós temos aqui é, precisamente, isso.

A proposta faz com que, se forem aprovados, naturalmente, aqui em Assembleia Municipal, vigor, depois, com efeitos retroativos, o apoio do ano de 2024, dos 60.000,00 euros para 120.000,00 no que são os Acordos de Execução, sendo que esse reforço é o reforço de 2023 para 2024, 50% e assim na sua plenitude.

De igual modo, o que faz com que esse reforço, como tem uma votação em Assembleia de Freguesia, vigora pelo valor mais alto. O que se aplica em 2024, com efeitos retroativos a partir de hoje, se for aprovado para os 120.000,00 euros, com efeitos retroativos, a partir de janeiro, por duodécimos, do ano em curso.

E o montante que havia da subida de 50%, não sendo através de Acordos de Execução Financeira é através de Acordo de Delegação, em termos de obra feita nas Freguesias.

Quer isto dizer o quê? O aumento que houve de 50%, vou dar um caso concreto, exemplo de Vilar Seco, que tinha um Protocolo de 4.790,00 euros e depois este valor teve um aumento de 50%, 2.350,00 euros, grosso modo. Esse valor será depois implementado em Acordos de Execução com as Freguesias com empreitadas específicas para esse valor de 50% de 2022 para 2023 produzir efeito.

Mas o aumento para 2024 para o dobro ser o que é erradicado por lei no que foi aprovado em Assembleia de Freguesia. Ou seja, ou seja, a habilitação da Assembleia da Freguesia aumenta o número de competências para as para as Freguesias, o que é bom. Aumentamos a dotação orçamental de 60.000,00 euros para 120.000,00 euros. E como há essa delegação da Assembleia de Freguesia permite que seja feito este aumento, porque o que está subjacente são as competências que foram acrescidas e que foram aprovadas em sede das Assembleias de Freguesia.

O montante de 2023, que era para funcionar e houve estas questões das votações das Assembleias de Freguesia, não ficará esquecido, ou colocado de parte. Será executado, não através



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

dos Acordos de Execução Financeira dos duodécimos, mas, até, em termos de obras a acordar com as Juntas de Freguesia. Acho que está a ser, assim, feita.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu pedia aos Senhores Deputados se quisessem fazer intervenções quanto a estes pontos que o fizessem de uma forma global, pelo menos do ponto 4 até ao ponto 10. Quer fazer uma intervenção? O Senhor Deputado vai fazer uma intervenção sobre os pontos todos?

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Sim, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Exatamente, das 7 Freguesias. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Sim, sim. Portanto, se bem se bem percebi, Senhor Presidente perdoe-me, é 50%? É a transferência de recursos a outros 50% em obras a executar?

O Senhor Presidente da Câmara:

- Não, 100%. Para 2024, estamos a falar de 120.000,00 euros. É a execução que é proposta para aprovação. Como já foi teve a aprovação. Se não se importar de eu falar assim, ou quer que eu aguarde?

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Força, força, força.

O Senhor Presidente da Câmara:

- O que nós estamos a falar aqui é o seguinte: Para ver o aumento de 60.000,00 euros para 90.000,00 euros, ou qualquer que fosse o valor, carecia de ser aprovado em sede de Assembleia de Freguesia.

O que aconteceu foi que o propósito que havia para 2023 do aumento de 60.000,00 euros para 90.000,00 euros, esse aumento de 50% não foi depois efetuado porque houve Assembleias de Freguesia que não se pronunciaram no tempo que se deviam pronunciar.

Mas como se pronunciaram para o aumento de competências e para o aumento de reforço das verbas, serve para o valor de 2024 que estava já acordado e estava em Orçamento Municipal para serem os 120.000,00 euros. Ou seja, o que nós estamos a aprovar é o aumento de 60.000,00 euros para 120.000,00 euros, a vigorar em 2024, com efeitos retroativos.

Mas como havia esta primeira negociação com as Juntas de Freguesia de um reforço, em 2023, de 50%, esse reforço de 50% não é esquecido, é transformado em Acordo de Execução com obra porque o que é de execução financeira, para produzir efeito, do que foi deliberado, é este maior de 120.000,00 euros. Não sei se se me fiz explicar.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

OK, certo, certo, certo, certo, certo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Então, não havendo mais intervenções, iríamos pôr à votação, o ponto 4 da Ordem do Dia - Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Canas de Senhorim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Como os Senhores Deputados notam, havia aqui um reforço para 17.149, 65 euros. Vamos pô-lo a votação. Vamos pôr a votação, um de cada vez. Como é ponto por ponto. Tudo de uma vez?

Então, vamos votar de 4 a 10. Tudo bem. Então: Quem vota contra? Quem se abstém? Estão aprovados por unanimidade os pontos 4 a 10. Só uma minuta que depois serve para todos. Muito bem. Pode ler agora a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

- O ponto 2.4 – Discussão e votação de proposta de acordo para a transferência de recursos para a Freguesia de Canas de Senhorim, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vamos pôr a votação. Esta serve para todas as outras, portanto, até ao ponto 10.

Quem vota contra? Quem se abstém? Então, estão aprovadas as minutas por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

As respectivas minutas foram aprovadas por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então o ponto 11, que é o reforço das verbas anteriores, já foi explicado aqui pelo Senhor Presidente da Câmara. Portanto, não são 90.000,00 euros. É para reforçar as verbas anteriores em mais de 50%, portanto, para um valor de 120.000,00 euros.

O Senhor Presidente da Câmara já deu a explicação.

Senhor Deputado Milton, quer fazer uma intervenção sobre este ponto 11? Sim Senhor. Faça favor.

O Senhor Deputado Milton Duarte:

- Ora boa tarde,

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

E nas suas pessoas cumprimentar, todos os presentes.

Tenho aqui só uma pequena e breve dúvida que é: Vamos aqui. Foi aprovada a transferência para as Juntas de Freguesia de 120.000,00 euros. Mas, embora está aqui mais à frente na Ordem de Trabalhos, está aqui nas alterações às GOP o valor da dotação corrigida como 135.000,00 euros,

Eu queria questionar se esta diferença que aqui está de 15.000,00 euros a mais nas GOP é como alguma prevenção para uma necessidade extra? Ou para o que é?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. O Senhor Presidente da Câmara vai dar resposta se entender que deve dar. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Sim, sim. Muito obrigado Senhor deputado.

Nas GOP, o que está instituído, nessa, como noutras, tem a ver de, eventualmente, alguma coisa que tem que ficar espelhada no Orçamento, embora em cumprimento do que é prazo de pagamento, tem que ficar acautelada a verba não consumada em termos do que estava consagrado em termos de Orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ou seja, os 90.000,00 euros não estão a vigorar e nós estamos a falar dos 60,000,00 euros que estavam em vigor. E, portanto, há uma verba que não foi regularizada com as Juntas, de 15.000,00 euros.

Daí essa GOP tem 135.000,00 euros, que são 1200.000,00 euros do reforço de 2024 e os 15.000,00 euros que falta saldar agora e vai ser saldado este mês de referente a 2023.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Presidente. Então, iríamos pôr a votação este ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovado, por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.11 - Discussão e aprovação da transferência de recursos para as Freguesias no âmbito do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril – Reforço das verbas a atribuir a cada Freguesia, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Vamos pôr a votação a minuta. Que, se abstém? Quem vota contra? Aprovada a minuta por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

- A respetiva minuta foi aprovada por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Pode 12 - Discussão e votação com efeito retroativo à deliberação referente à transferência de recursos para as Freguesias.

Ora bem, trata-se, de facto, de atribuir, como foi referido, estes efeitos a 1 de janeiro de 2024. Senhor Presidente, quer esclarecer alguma coisa? Mais nada? Muito obrigado.

Alguma consideração sobre este ponto? Parece que não. Vamos pôr a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.12 – Discussão e votação de efeito retroativo à deliberação referente à transferência de recursos para as Freguesias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, foi posto à discussão, tendo sido aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado. Vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então aprovada a minuta por unanimidade.

Passamos ao ponto seguinte, que é o 13 - Discussão e aprovação do projeto de regulamento para isenção de derrama para o ano 2024.

Este ponto também já veio aqui para aprovação do valor da derrama. Agora é apenas para aprovar o regulamento.

O Senhor Presidente, naturalmente que querará fazer uma exposição.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Bom, só muito rapidamente, também Senhor Presidente. Obrigado.

Para dizer, naturalmente, que agora o regulamento. Portanto, nós aprovámos a taxa e o regulamento é um procedimento habitual para produzir efeito também no ano em curso.

Dizer que esta medida foi uma medida excecional feita em muitos da esmagadora maioria dos Municípios no que decorreu no apoio ao comércio e ao já pequeno negócio no âmbito da pandemia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

É o entendimento da Câmara Municipal, é uma receita que se prescinde, mas é uma receita que se prescinde, porque, embora a pandemia já tenha terminado, os efeitos que causou, julgamos nós que implicam que continuemos a fazer esse apoio, que é um apoio concreto e real ao comércio local, ao comércio tradicional, ao pequeno negócio, aos jovens investidores, a quem está neste momento a investir e a quem tenho modelos de negócio ainda numa fase inicial. E, portanto, é esse apoio que o Executivo julga que faz sentido continuar a ser feito.

Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Os Senhores Deputados não precisam de mais nenhum esclarecimento. Então, vamos pôr a votação este ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Faz favor. Quero fazer alguma declaração de voto?

Só vota contra? Abstém-se? Tudo bem. Então aprovado com 26 votos a favor e 1 abstenção do Senhor Deputado João Paulo Almeida.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.13 – Discussão e Aprovação do Projeto de Regulamento para isenção de derrama no ano de 2024, com efeitos retroativos a 01 de janeiro de 2024, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então vamos pôr agora a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então a minuta, agora, é aprovada por unanimidade.

Muito obrigado.

Ponte 14 - Discussão e Aprovação do Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2024 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

- É muito rápido. Nós já também temos trazido isso com frequência. Tem a ver com um concurso que é no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões, que envolve os 14 Concelhos, todos da CIM Viseu Dão Lafões e que já decorre de há muitos anos e bem, que é a gestão dos transportes escolares, que é uma discussão que continua eterna, mesmo com as Operadoras, que tem a ver com os custos do combustível, os custos do passe.

E, portanto, é um aditamento, como tem no documento que vem aí e que decorre do que é o procedimento da CIM Viseu Dão Lafões. E que tem que ser aprovado em Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Os Senhores Deputados desejam fazer alguma intervenção sobre este ponto? Não. Então vamos pôr a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção. Aprovado, por maioria de 26 votos a favor e a abstenção do Senhor Deputado João Paulo. Faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

MINUTA DA ATA

O ponto 2.14 – Discussão e Aprovação do Acordo de Financiamento das Atividades Exercidas ao abrigo dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências relacionadas com o Sistema de Mobilidade e Serviço Público de Transporte de Passageiros no ano de 2024 a celebrar entre a Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões e os Municípios Associados da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então vamos pôr a votação minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade. Muito bem.

Passamos ao ponto seguinte. Discussão e aprovação da proposta de protocolo de cooperação entre o município de Nelas e a Freguesia de Senhorim.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para explicações.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só muito rápido. Conforme puderam constatar na leitura atenta do documento que vos foi enviado, decorre de uma intervenção na Junta de Freguesia do Senhorim

E desta forma, o que decorreu de um direito, acho que podemos falar dessa maneira, da Junta de Freguesia e que foi uma receita depois que resultou em receita da Câmara, é a reposição no seu devido território do que decorre dessa intervenção direcionada e com requalificação urbana, conforme está tipificada no documento.

Nada mais que isso, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Parece-me que não existem mais pedidos de esclarecimentos. Então, vamos pôr a votação. Quem vota contra? Quem se abstém? O Senhor deputado João Paulo. Então está provada por maioria de 26 votos a favor e 1 abstenção.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.15 – Discussão e Aprovação da Proposta de Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município de Nelas e a Freguesia de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 16 - Discussão e Aprovação do Pedido de permuta de caminho público por terreno de particular para abertura e alargamento de caminho. Local: Vale de Madeiros. Requerente: Junta de Freguesia de Canas de Senhorim.

Senhor Presidente da Câmara, faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Também de uma forma que esperemos que, devidamente, elucidativa, mas sintética.

Dizer que decorreu do que é um projeto de grande interesse. Estamos a falar de investimento no setor imobiliário, neste caso concreto, na Freguesia de Canas de Senhorim, em particular, em Vale de Madeiros e que, portanto, que é de interesse do município que seja executado,

Além de que há um parecer da própria Junta de Freguesia que nada obstar, pelo contrário, e que considera que a proposta é bastante benéfica e que irá privilegiar nossa população, segundo a Junta de Freguesia e bem.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Estamos a falar de uma permuta que, ainda por cima, não é nada lesiva para o município, uma vez que o caminho florestal existente em 1,5 metro de largura e a permuta é para o quadruplo do tamanho, para 6 metros.

Portanto, em termos do que é a edificação, é uma permuta feita. O que é o interesse público não fica de prejudicado de todo. E é uma forma de a implementação da urbanização ser feita de uma forma mais consequente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Presidente. Senhor Presidente da Junta, deseja complementar este esclarecimento? Não, muito obrigado.

Então vamos pôr a votação, o ponto 16 da Ordem de Trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovado por maioria de 26 votos a favor e uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.16 - Discussão e Aprovação do pedido de permuta de caminho público por terreno de particular para abertura e alargamento de caminho. Local: Vale de Madeiros. Requerente: Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado. Vamos por a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

Ponto 17 - Discussão e Aprovação do Relatório final da Proposta de contratação de empréstimo de substituição de dívida a 10 anos.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra.

O Senhor Presidente da Câmara:

Muito bem, Senhor Presidente. Obrigado.

Vou, se não se importarem, falar já no ponto 2.17 e no ponto 2.18 também. Se não virem, se não objectarem isso, uma vez que o que está aqui é a questão da diferença da margem da substituição da dívida.

Dizer, precisamente, o que é que nós estamos aqui a enquadrar: Em primeiro lugar, o que foi feito foi feito já um procedimento anteriormente e o procedimento tinha que ser feito de outra forma. E não havia, para conseguirmos despoletar este processo para dividir o que era a parte da substituição de dívida era preciso fazer o procedimento como foi feito da outra vez. Sendo certo que havia, de acordo com consulta ao mercado, este retorno para o município.

O que é que nós estamos aqui a falar, em particular? É o seguinte: Não há, foi deixado de fora 2 empréstimos que havia, um, em particular, que decorria dos bairros sociais, que vence daqui a 3 anos, ou 4 anos e, portanto, nós não o incluímos cá.

Ou seja, o princípio foi, não incluir empréstimos, dilatando os que estão para vencer antes dos prazos que estão definidos. Ou seja, os que estão a 10 anos são empréstimos que estavam a 10 anos. Os que estão a 15 anos são empréstimos que estão a 15 anos.

Não há nenhum empréstimo que estava da Câmara que tenha sido prorrogado, ou prolongado no tempo. Ou seja, não há aqui uma questão onde havia um empréstimo, tinha 3 ou 4 anos e nós pusemo-lo para 10 anos e perde-se aqui o que foi garantido até agora.

Não, esses foram deixados de fora, esses 2, e o que estão cá são uns tempos onde está contra atualizado. Acho que esta parte é importante para ficarmos com a ideia do que é que estamos aqui a falar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

A outra questão, isto é uma operação que costuma ser feita amiúde. Foi feita e bem, pelo anterior Executivo em janeiro de 2018, que tinha a ver com uma outra componente que teve, que nós não tivemos direito, que foi, porque é como as regras funcionam nesta questão da substituição das dívidas, que tem com o facto dos anos de onde podia haver a capitalização do não pagamento durante 2 anos.

E isso permite que, de facto, não se paguem juros durante 2 anos e de, alguma forma, a Tesouraria também esteja salvaguardada. E foi o que aconteceu, tanto em 2018 como em 2019, não houve até, desculpem, 2018, em meados, foi com terminou o processo. Portanto, em meados de 2020 passou o prazo de caducidade que havia dos empréstimos, aquela moratória dos 2 anos e começaram-se a pagar, então, os empréstimos a partir do segundo semestre de 2020.

E bem, porque isto é como nós fazemos em casa. Nós temos empréstimos para casa, para carro, seja para o que for. E esses empréstimos, nós tentamos renegociá-los quando é permitido pelo mercado, desde que ganhemos com isso.

Ora, no que é a planificação da gestão financeira da Autarquia, houve essa oportunidade e tudo o que tenha a ver com ganhos de escala são importantes. Se nós conseguirmos tirar 20,00 euros, ou 30,00 euros, ou 40,00 euros ao seguro que pagamos, do carro, por exemplo, é muito bem-vindo. Se tirarmos 60,00 euros, ou 70,00 euros à casa é muito bem-vindo.

E, portanto, falo por mim, eu também renegocieei o que era o empréstimo da minha casa. E, portanto, o objetivo aqui foi um de ganharmos aqui algum impacto financeiro também e conseguindo de uma forma também efectiva que é: Há aqui, como sabem, um aumento muito grande da prestação que nós temos, com os empréstimos que nós temos, quer pessoais, quer da Autarquia. Para ficarem com uma ideia, em 2023 houve um reforço da dotação de 181.511,24 euros, que é um aumento muito grande ao valor que é de 184.000,00 euros de 2022. Portanto, o valor total passou para 362.391,19 euros.

Quer isto dizer o quê? Que, aqui, acautelou-se também o impacto que tem nas Contas Públicas o efeito do empréstimo. Nada mais. Nós não estamos a falar de um novo empréstimo. É o empréstimo que existe. Foi renegociado para nós pagarmos menos juros e uma menor prestação aos bancos.

E conseguimos com isso para o empréstimo de 10 anos, o valor uma poupança de 108.000,00 euros e para o de 15 anos, uma poupança de 63.000,00 euros, que tem um impacto de 171.000,00 euros no que concerne ao empréstimo na sua globalidade.

Portanto, há aqui este efeito de custo. Decorre do caderno de encargos que vos foi apresentado, com as propostas que foram feitas, com a taxa de variação do juro com a graduação das propostas e dos bancos que foram todos consultados. Houve 3 entidades bancárias que remeteram proposta: A Caixa Geral de Depósitos, a Caixa de Crédito Agrícola e o Banco BPI. E decorre do que é a Euribor mais fiável e mais Aconselhável, a 6 meses e foi isso que foi feito. E, portanto, temos aqui, no que é o espectro do empréstimo, uma poupança ao Erário Público de 161.000,00 euros, que tem uma significância, naturalmente, grande para nós. Para já era tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Eu não sei se os Senhores Deputados se querem inscrever para pedir esclarecimentos sobre esta contratação. Senhor Deputado António Borges. O Senhor Deputado vai falar sobre os 2 empréstimos já? Muito obrigado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Sim, sim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Ora bem, eu cheguei aqui mesmo às escuras sem saber o que é que vinha fazer sobre esses 2 pontos. Agora já tenho alguns estabelecimentos do Senhor Presidente da Câmara.

Mas, o que é certo é que esses empréstimos chamam-se empréstimos de e substituição. Nós não tivemos nenhuma informação sobre eles, nada, absolutamente nada. Eles não vieram à Assembleia, à votação, as propostas de contratação. Nunca aqui apareceram na Assembleia.

Aparece agora apenas uma discussão da aprovação do relatório final. Relatório final que nem nos diz qual é o valor dos empréstimos. Para sabermos o valor dos empréstimos temos que ir às propostas dos bancos para sabermos que um é de 5,5 milhões de euros 000000 e outro é 1.800.000,00 euros porque nós não sabíamos, absolutamente, nada. Não sabíamos qual era a finalidade. Se havia benefícios e qual era o interesse de fazer isso.

É, portanto, estávamos, francamente, a pensar que, perante todo este vazio que acontecia, uma vez que estamos a falar de dinheiro e é muito importante quando nós nos atravessamos em questão de empréstimos, que, neste caso, nem é propriamente empréstimos, mas é uma mudança de situações. Mas, pelo menos, agora sabemos que há uma mudança, há uma poupança. E portanto, sempre que haja essa poupança, acho, acho que está bem.

Nós vínhamos a pensar exatamente em votar contra este processo porque vínhamos às escuras. Mas, pronto, depois da explicação do Senhor Presidente da Câmara, portanto, nós vamos mudar o nosso voto para abstenção e ficamos por aqui.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, mas no Anexo I está lá o valor dos empréstimos, 5.468,205,94 euros, no Anexo I. Não lhe foi remetido o Anexo I? Sim, eu tenho, no Anexo I, tenho cá, estou a falar neste dos 10 anos, tem cá o valor que são 5.468,205,94 euros. Está no Anexo I. Mas podem não ter recebido.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Está lá tudo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Mas está lá, os valores todos estão lá. No documento que foi enviado, está lá isso. No Anexo I do documento que foi agora enviado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Contratação de empréstimo. Assunção de dívida no montante de 5.468.205,94 euros a 10 anos EUR a 10 anos. Está lá no documento.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Está muito bem. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para explicações.

O Senhor Presidente da Câmara:

-É só de uma forma muito sucinta. Pronto, o que eu estava a dizer é que o documento que foi submetido tem lá o processo todo, com os anexos e tudo, quer o montante da substituição da dívida contratualizado, quer as taxas, quer as propostas, está lá tudo. Já estava. Já estava, ó Senhor Deputado. Peço desculpa por esta. Mas, eu tenho aqui os documentos à minha frente.

Se for à avaliação das propostas, está lá. Está no Anexo I, Senhor Professor. Depois aquilo tem a tem as ocorrências prévias no índice, a análise das habilitações das propostas, a avaliação e organização das propostas, audiência prévia. Está lá tudo. Com respetivos anexos. Com as propostas, os montantes, a substituição dos empréstimos.

O empréstimo da renegociação a 10 anos de 13 de dezembro de 2023, como foi feito, quem foi nas entidades bancárias, os bancos, a taxa de juro Euribor, a pontuação, a audiência prévia, a decisão do júri.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Depois, isso são as atas do júri. Mas depois tem, logo de seguida no Anexo I da ata. Tem os valores, como têm que estar. É o documento que assim funciona, o que funcionou como relatórios, as entidades que funcionaram e depois no registo, estão os bancos todos e a contratação do tempo da dívida a 10 anos e o montante, tanto num como noutra.

Está tudo, está lá, tudo, peço desculpa, mas está lá tudo. Tudo o que é documentação que é obrigatória vir plasmada e bem, desde os montantes todos. Se forem ver aí estão os montantes todos, os anos, o spread está lá. Toda a informação que eu disse está lá.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito bem. Então, não havendo mais pedidos de esclarecimentos, vamos proceder à votação dos 2 empréstimos em simultâneo de substituição de dívida. Não é empréstimo.

Então: Quem vota contra? Quem se abstém? Oito abstenções dos Senhores Deputados: João Paulo Almeida, Milton Duarte, Vera Faria, António Borges, Augusto Borges da Silva, António Rui Nogueira, Isabel Gonçalves e Maria Conceição Monteiro.

Então, está aprovado por maioria com 8 abstenções. Vamos, então à minuta dos pontos 2.17 e 2.18.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.17 - Discussão e Aprovação do Relatório final da Proposta de contratação de empréstimo de substituição de dívida a 10 anos, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Então vamos pôr a votação a minuta: Quem vota contra? Quem se abstém? Então a minuta está aprovada por unanimidade.

Passamos ao ponto 19 da Ordem de Trabalhos - Discussão e aprovação da primeira revisão ao Orçamento municipal e às Grandes Opções do Plano do ano de 2024.

Ora, eu queria esclarecer os Senhores Deputados que não se trata, de facto, de uma verdadeira revisão orçamental, mas parece que terá havido um erro de formatação e há necessidade de agora reposicionar as coisas.

Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra para explicações.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Tentar, então, referir, eu, independentemente de podermos falar sobre os 3 pontos, como estão intimamente interligados, se me se me permitirem faço uma alocução sobre os 3 pontos. Eventualmente, fico disponível para ponto a ponto, na globalidade, algum esclarecimento que possa ser feito.

Isto, porque, como falou Senhor Presidente da Assembleia, o ponto 2.19 - Discussão e Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024, tem que vir na mesma a reunião de Câmara. Mas não deixa de ser uma. Está a primeira revisão e, portanto, é a primeira revisão.

Mas não é uma primeira revisão que tenha associado nenhuma rubrica diferenciada ou a desafetação de verbas de uma GOP para outra. O que acontece é um procedimento que pode acontecer e já aconteceu, que é, ao fazer o carregamento das verbas no sistema, pode haver uma desformatação, como foi o caso, quer a Consultadoria, quer os Serviços do Município, ao fazerem a submissão, o que saiu depois na formatação foram linhas diferenciadas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O que inviabilizava, depois os valores que apareciam numa GOP, serem da linha de cima, ou da linha de baixo e, por exemplo, nas remunerações aos Funcionários ou nos pagamentos, não batia, depois o que estava depois no Orçamento. O que estamos a falar aqui foi de um erro técnico, digamos assim, mas que obriga a que seja, naturalmente, votado.

Não tem uma implicância em termos de alguma alteração. Não há um cêntimo a mais, ou um cêntimo a menos mexida. É só repor o que em termos de formatação ficou mal configurado. Mas decorre da lei que tem que ser corrigido. Isto no concerne à revisão orçamental número 1.

A revisão orçamental número 2 é a revisão orçamental, pronto, que implica então aí o aparecimento de novas GOP,s, já lá vamos, de novas candidaturas, entretanto que surgiram e que há necessidade de fazer essa reposição das GOP,s e do que decorre da integração do Saldo de Gerência, do que é o efeito de uma gestão do Município, ser feita esta revisão orçamental, que é um procedimento natural.

Decorre e daí o 2.20, que é a aprovação do mapa de demonstração do desempenho. É um documento previsional que decorre do que foi aprovado no Orçamento de Estado de 2024, que permite que as Autarquias, para fazerem uma maior eficácia da sua gestão, possam fazer com a demonstração deste mapa, que não é o mapa final, mas é o mapa que decorre do que é feito do programa onde está inserido as contas públicas todas possa ser feito desta maneira.

Diretamente para o ponto 2.21, que é a segunda revisão orçamental, dizer-vos que nesta matéria, onde é que houve, grosso modo, as grandes afetações de verbas e quando é o Saldo de Gerência afeto, nós temos que o distribuir pelas rubricas, conforme nós acharmos mais adequado.

Tem a ver algumas com algumas rubricas novas, novas GOP,s. Desde logo, com a Requalificação dos Edifícios Escolares dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim que, geralmente, só estavam nas despesas correntes e nós colocamos nas despesas de capital por causa, daí a verba que está correta, da transferência de competências da Educação. Mas que, como estavam só elencadas nos anos anteriores, como despesas decorrentes, inviabilizavam a despesa de capital no que é uma requalificação.

E depois outras candidaturas. Uma, dos condomínios da aldeia que foi uma candidatura que foi formulada. Tem somente 1,00 euro porque a candidatura não foi aprovada, mas é obrigatório estar lá consignada e será alvo de uma alteração orçamental no caso de ser à aprovada e colocada.

O mesmo se aplica aos ecopontos florestais e a rede de águas pluviais do Concelho que também permite que possa, no que é a abertura do PT 2030, nós temos lá a parte do terminar do Ciclo Urbano da de Água, possam as GOP,s estarem constituídas.

Os valores aqui são, manifestamente. Residuais. São 5.441, 29 euros. Mas obriga-nos a que constem em GOP e que conste na revisão orçamental. O que não invalida que novas candidaturas possam ser alvo de revisão. Mas também é bom sinal que as candidaturas existem e podem ser consignáveis, eventualmente o apoio, o apoio feito.

Estamos a falar de uma despesa da afetação do Saldo de Gerência de 1.338.131,29 euros. E, entre algumas rubricas e alguns valores, para nós termos ideia disto, é 20.000,00 euros de produtos químicos, essencialmente, para o nosso Ciclo Urbano da Água e Saneamento das ETAR,s, 200.000,00 euros de iluminação pública, que a iluminação pública está pelas ruas da morte, Mesmo, estamos a falar de aumentos muito substanciais.

Para ficarem com uma ideia, a E-Redes só aceita contratos de 3 meses e não mais do que isso, porque os custos são cada vez maiores e a E-Redes também não quer perder dinheiro. Daí aquela ideia do projeto que vamos apresentar em abril na questão de que possa ser feito isto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Há muitos municípios a fazer destas comunidades energéticas, a Smart Cities, que é para diminuir o custo energético e tornar mais eficaz o serviço que nós disponibilizamos.

Mas a iluminação pública, as estimativas vão no sentido do reforço de 200.000,00 euros mais e provavelmente não chegarão, em abono da verdade.

A conservação de bens é, pronto, o que tem a ver com o edificado, com as nossas questões. São 50.000,00 euros, 25.000,00 euro para outros bens que, entretanto, surjam., no TGR, que é obrigatório, 15.000,00 euros, software informático, 10.000,00 euros, Requalificação Urbana do Concelho, 20.000,00 euros, com questões que possam surgir pontualmente. E, portanto, estamos a falar de um valor bastante residual, a manutenção das ETAR,s, 10.000,00 euros, porque decorre do que é o contrato da manutenção.

E, portanto, isso tem que estar consignado, a aquisição de produtos químicos de 50.000,00 euros, a Feira Medieval, de 30.000,00 euros e já lá vamos também porque há um evento aqui, à semelhança do que aconteceu com as Juntas de Freguesia, a Feira Medieval foi projetada e foi feito um reforço para o ano de 2023 e muito bem, para este evento maior de promoção territorial do nosso município e, ao fazemos esse reforço, esse reforço depois foi feito e do que decorreu da faturação, que também está aí, que foi apresentado em finais de outubro. No Orçamento para 2024 está consignado, portanto, a regularização da Feira Medieval de 2023 e naturalmente, consignada a Feira Medieval de 2024.

Os eventos culturais do Concelho, os 80.000,00 euros têm a ver com tudo o que decorra, ou eventos das Freguesias, ou a Semana do Município, ou eventos análogos que possam ser produzidos, como a participação na BTL. Estão todos convidados.

É de hoje a 8 dias no dia um, a BTL começa a 28, o nosso município, o dia do município é que é no dia um de março. No dia um de março, eu não queria levantar, andámos aqui, vai ser apresentada uma nova forma de promoção territorial do Concelho. É um projeto que nós dissemos que íamos levar a efeito do que decorre do Plano Estratégico do Turismo que foi apresentado e foi aprovado.

Não, Victor, não és tu. Estou a falar de promoção. E o que nós estamos a falar aqui é de um projeto que começou e foi implementado com várias questões, como o implemento da Feira do Vinho, a questão da Mesa, À Mesa com o Coração do dão, com os projectos gastronómicos, com a rede de parcerias que já está a funcionar e este, julgo que será um projeto estruturante e que toda a gente se reverá nele.

Peço-vos desculpa, vou deixar isso mesmo para o dia um, porque até foi-nos pedido isso. Mas voltaremos a falar sobre isso. Estejam atentos também, naturalmente, sobre isso, até para os vídeos em direto do evento.

Temos aqui os protocolos da CIM Viseu Dão Lafões, de capital, despesas de capital e de corrente, 10.000,00 euros e 20.000,00 euros e não chegam. Decorre de nós temos 3 ou 4 grandes obrigações que não param de aumentar.

Não é politicamente correto o que eu vou dizer, mas vou dizê-lo na mesma porque é assim que eu acho que tem que ser feita a governabilidade do território.

A CIM Viseu Dão Lafões, eu subscrevo a nossa adesão, nem pode ser de outra maneira, mas, cada vez que há um projeto, a CIM Viseu Dão Lafões é uma fatura para o Município e nós temos uma fatura com a CIM Viseu Dão Lafões, nós e os outros municípios, com os projetos que vão surgindo, que é já bastante significativa. O mesmo com a ADD, menos naturalmente. Mas temos uma, essa sim, com o Planalto Beirão que é bastante substancial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

E há aqui 3 questões na gestão, para deixarmos a gestão financeira com aquilo das despesas correntes, mas particularmente de deixar alguma folga, tem a ver com 3 intervenções que vão ter que ser feitas.

Uma na água e estamos a trabalhar nesse sentido, mesmo com o Município de Mangualde, com tudo o que tem a ver com a ETA de Viseu e com o abastecimento em alta. Tudo o que for feito, obviamente virá que a Assembleia Municipal, como é natural e óbvio, mas de forma a evitarmos o desfasamento que há no que pagamos e no que nós, realmente, distribuímos.

Há aqui um hiato, ou seja, nós estamos a pagar muito para aquilo que distribuímos e, portanto, há um défice também. O mesmo na iluminação pública. E o mesmo na recolha de resíduos sólidos.

Nós temos uma fatura elevadíssima no Planalto Beirão e tem que ser alvo de uma conversa muito séria por todos nós do que decorre, ou de nós fazermos o equilíbrio do que pagamos na prestação e da receita que angariamos. Ou aceitar que, de facto, é Serviço Público, mas prescindirmos de, junto de 3 centenas de milhares de euros de receita que podia ser canalizada, ou deveria ser canalizada para outras questões. E, portanto, estas três situações, mais a eficiência energética, estão interligadas num projeto que vamos fazer em abril. Estão aí consignadas a eletricidade, serviços de limpeza e higiene.

E diria que na revisão orçamental está aí a aquisição de um terreno para a Zona Industrial de Canas de Senhorim de 4.240,00 euros. Está aí uma coisa que tem a ver com um projeto que nós mantemos e todos os Agrupamentos da Comunidade Escolar. Ainda ontem tivemos aqui uma sessão com a Comunidade Migrante. O Concelho, atualmente, tem 300 migrantes provenientes da mais diversificada, inscritos no CLAIM, fora os outros que não estão inscritos.

Há registos de 300. Estão a frequentar as nossas escolas, que estão a ir às USF,s, que estão a trabalhar, que estão a suprir alguns défices onde nós não estamos a dar resposta na hotelaria, na restauração, na cafetaria, nas grandes cadeias alimentares, na construção civil.

Mas estava eu a dizer que essa sessão correu muitíssimo bem ontem com a Comunidade Migrante. E temos um projeto que até eles próprios também enaltecera, que é o Projeto da Promoção de Ciência Educativa. Temos constituídos nos dois Agrupamentos, Equipas Multidisciplinares com Psicólogos, ou Assistentes Sociais, Mediadores Familiares, que fazem interligação com as famílias. E que é um projeto de sucesso mesmo a nível de CIM Viseu Dão Lafões, está a ser replicado pelos outros municípios.

Convém que também, quando nós fazemos coisas bem-feitas, tenhamos essa noção. E os Terapeutas da Fala estão a fazer um projeto que foi sinalizado pelo Executivo e está a ser implementado, que tem a ver com a deteção precoce da FAZIAS e o que tem isso a ver na no que é o processo cognitivo e no que a aprendizagem feita pelas nossas crianças.

Está a ser feito isso no Pré-Escolar de forma a quando chegarem ao Primeiro Ciclo, as nossas crianças, o que foi detectado, seja corrigido para que a sua aprendizagem seja feita sem FAZIAS. Claro que eu acho que é um notável avanço em relação ao processo educativo e educação, o trabalhar na educação, é nesse sentido.

E um projeto que também temos da APPDA, que é do acompanhamento às necessidades, aos alunos com Necessidades Educativas Especiais. Muitos deles, vindos desta Comunidade Migrante, como um implemento grande de alunos com Necessidades Educativas Especiais, que têm o apoio, como devem ter e está, devidamente, salvaguardado.

Entre outras, o Reservatório novo de Nelas, a manutenção, que são 10.300,00 euros. As questões da Cibersegurança, o regime de proteção de dados que são, no total, 20.000,00 euros. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

proteção de dados, em carreiras de proteção de dados, são mais de 29.100,00 euros. Isto é sempre a somar, mas é assim que é feito.

Temos a aquisição de novos contadores para o sistema funcionar, peças e do que deriva dos impostos e taxas das cargas hídricas à APA, mais 40.000,00 euros. E podíamos continuar, nos websites da transição digital.

Na revisão dos projetos, nisto que nós falamos. Cada vez que há um projeto acima dos 400.000,00 euros, além de termos fazer um projeto, temos que fazer a revisão de projeto e, portanto, este projeto que nos foi apresentado, já foi feita a adjudicação e quando nos foi apresentado logo a seguir, temos que fazer um novo procedimento para a revisão do projeto.

Isto aplica-se a tudo o que venha aí de projetos novos do PT 2030, das 2 USF,s, como nós falamos, foi igual. Quando os das escolas estiverem feitos, vamos ter que fazer 2 revisões de projetos. E, portanto, nos Estudos e Pareceres vai aumentar aqui, substancialmente, porque é o que deriva do que é a lei. E, portanto, é isso que, grosso modo.

Eu, da limpeza das faixas de proteção, softwares, aqui na aquisição de viaturas, dizer aqui que nós estamos a fazer uma substituição gradual do que é possível, da descapitalização que houve nas viaturas dos Serviços Externos. Temos um cilindro novo que já está a funcionar e ao serviço das populações e das Freguesias. Um compactador que tem a ver com a parte do betuminoso e com a parte das infraestruturas também. E uma infraestrutura e uma infraestrutura não, um equipamento que está a ser negociado, que é um equipamento que é já almejado há muito tempo pelo Executivo, digo eu, pelas Juntas de freguesia e que esperamos chegar a bom porto.

Há aqui funcionários da Câmara também que estiveram neste processo de negociação. Mas, para já, fica em sigilo o que estamos a fazer. Esperamos chegar a bom Porto. E na próxima Assembleia anunciarmos como adquirido, ao serviço, essencialmente, das populações e das Juntas de Freguesia.

Posto isto, discriminei tudo o que é do mais significativo. Fico naturalmente ao dispor dos Senhores deputados para mais algum esclarecimento que possa ser feito.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Ora, não sei se algum dos Senhores Deputados se quer inscrever para pedir mais esclarecimentos sobre estes 3 pontos, 19, 20 e 21. Não é assim? Ou, como quiserem, como são todos interligados. O primeiro é apenas um erro de formatação e o 21 está dependente do 20. Não sei. Senhor Deputado António Borges. Então, 19, 20 e 21. Sim. Muito obrigado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Portanto, do ponto 19, não tenho nada a acrescentar, até porque isto é uma questão de uma falha técnica, ou pessoal. Não faço ideia. Portanto, tudo bem, é da funcionalidade da Câmara. Portanto, não temos nada a acrescentar sobre isso.

Quanto ao mapa de demonstração de desempenho orçamental, o 2.20, acontece que ele é muito curto para nós podermos votar favoravelmente estas Contas porque elas não nos dizem muito.

O que é que elas nos dizem no geral? É o caso de rubricas que nem se sabe muito bem. Não se percebe o que é que veio da União Europeia, o que é que veio do Orçamento do Estado. O que vimos aqui, fundamentalmente, é que a execução falhou redondamente.

Nós, se formos ao Orçamento inicial de 2023, temos aqui um orçamento de 26 milhões de euros. Se formos à execução de desempenho, são 16 milhões de euros. Portanto, temos aqui apenas 62% de execução. E se, de facto, as despesas correntes têm 50% do que estava previsto, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

despesas de capital têm apenas 2 milhões de euros e são 25%. Quer dizer que o que se fez, andaram 25% do que estava previsto, que eram nove milhões de euros.

Quanto à despesa, a despesa também, previam que a despesa corrente fosse 3 milhões de euros e foi 11.800.000,00 euros, 80%, 88%. Mas a despesa de capital, que previam 12 milhões de euros e estão aqui 2.439.003,00 euros. Portanto, estamos a falar de 88% de despesa corrente e 20% despesa de capital. É isso que nós conseguimos tirar daqui.

A despesa, tem uma execução de 57%. Há um Saldo de Gerência, certo? Acreditamos que estes mapas não têm nenhuma falha processual e, portanto, que correspondem, rigorosamente, à verdade, mas não temos dados suficientes para nos atravessarmos e dizermos que sim, senhor, concordamos com isto. Portanto, nessa situação, vamos abster-nos.

Quanto ao ponto 21, que é a revisão orçamental 2, nós, de facto, que é que vamos aqui ver? Mais do mesmo. Portanto, de 1.338.000,00 euros, verificamos que um milhão e dois mil euros, pronto, números redondos, 1 milhão de euros, pronto, é para despesas correntes e despesas de capital cerca de 350.000 euros. Isto corresponde a 75% a distribuição para a despesa corrente e despesa de capital apenas 25%.

E, a título de exemplo, há aqui uma coisa engraçada, que é os Serviços. É só porque, é só para chamar a atenção, este exemplo, que não interessa os Serviços, que foi uma coisa tão contestada e tão proposta a mudança, que era que os serviços externos não deveriam existir e que os Funcionários da Câmara eram suficientes para fazer todos os trabalhos.

Temos aqui: Serviços, Estudos, Pareceres e Consultadoria é um dos casos. Já tinha um Orçamento inicial de 224.500,00 euros. Agora é reforçado em mais 137.900,00 euros, 61%. Os Serviços de Trabalhos Especializados já tinham 242.450,00 euros. Tem mais 129.100,00 euros, mais 53%. Os Serviços, Outros Serviços não Especificados, onde cabe tudo, tinham 105.000,00 euros, tem mais 50.000,00 euros, mais 43%.

Quer dizer que só nestes 3 campos temos 317.000,00 euros do que foi para despesas de capital, é o que corresponde a 32% do reforço da despesa corrente, 317.000,00 euros de despesa corrente, o que corresponde a 32% do reforço da despesa corrente. Portanto, 1/3 da despesa corrente atribuída foi, precisamente, para estes serviços que, ou eram para acabar, ou eram para reformular, radicalmente.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

Em abril, na Conta de Gerência, teremos mais esclarecimentos, com certeza.

Muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente.

Ó Senhor Deputado, eu acabei de explicar isso, mas vou dizer outra vez.

Duas questões: Um - Este documento 2.20 é um documento que decorre de um artigo do Orçamento do Estado. Ou seja, se me deixar acabar, Senhora Deputada, agradecia.

Decorre do que é o Artigo 77.º do Orçamento de Estado que tem a Lei, devidamente, tipificada. Ou seja, o tipo de documento, não é porque nos apetece. Esta folha, frente e verso, é o que é o consignado na Lei. OK. Pronto. Isto é a primeira questão.

Segunda: É um documento, meramente, previsional. Não é um documento definitivo. O documento definitivo é a Prestação de Contas. O documento previsional está assegurado e consagrado no Orçamento de Estado de 2024, que possa ser feito isto. E aconselha, conforme lá está no que é no Sistema de Normalização Contabilística da Administração Pública, a que todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Instituições Públicas estão, devidamente, normalizadas, têm que apresentar o documento desta maneira. Portanto, não há outra forma de apresentar o documento. É o que decorre do que está instituído na Orçamento de Estado.

A outra questão, não, isto, 1.338.181,29 euros não é o resultado do Exercício. É a incorporação do Saldo de Gerência. São 2 coisas, completamente, diferentes. E, portanto, o que nós estamos a fazer aqui é o que todos os anos fazem todos os Orçamentos em todas as Câmaras do País. É a incorporação do Saldo de Gerência e a reafetação de GOP se for necessário.

Sobre a questão da eventual demonização, eu tinha dito e vou dizê-la outra vez, mas tenho aqui: Aquisição de serviços 748.088,29 euros, sendo deles Encargos das Instalações, 220.000,00 euros. Os Encargos das Instalações são tudo. É isto. Peço desculpa ao Senhor Deputado, os Encargos, mas eu falo dos outros todos. Eu chego lá, eu chego lá. Ó Senhor Deputado, eu estou-lhe a decalcar o valor todo.

Estão lá 748.088,29 euros, dos quais, 220.000,00 euros são Encargos de Instalações, com cálculos, ou os custos que nós tivemos em 2023. Tudo o que é o edificado público: Bibliotecas, Piscinas, o Edifício do da Câmara, o Multiusos. Tudo o que é o edificado. Os Encargos são tudo. É o funcionamento, é a iluminação, é o ar condicionado, é a água, é tudo o que é o encargo de instalações. E são estas que nós estamos a falar na Aquisição de Serviços.

Ainda na Aquisição de Serviços, a Conservação de Bens, que são 50.437,29 euros, é uma estimativa do que decorreu do ano passado, que é a Conservação dos Bens e ficar essa rubrica para alguma coisa que seja preciso fazer em termos de conservação. Dizia o Senhor Presidente da Assembleia que não chega para acabar com as infiltrações que nós temos nos equipamentos.

Estudos, Pareceres, Projectos e Consultadoria 137.900,00 euros. Acabei de dizer há pouco que a partir de agora, tudo o que é projeto, tem que ter quase em duplicado. Para ficarem com uma ideia: Este projeto foram 19.000,00 euros, mais IVA. Portanto, a reapreciação do projeto, ponham a dobrar. São logo 40.000,00 euros. Só aqui em dois.

Portanto, reparem, com mais um projeto que há para fazer, ou que está a decorrer das, que já está aqui consignado, das USF,s mais o que há-de vir das Escolas, só desses, já nem chega o valor que está aqui, se calhar, instituído.

E temos além disso, as revisões do PDM que estão a decorrer, da Reserva Ecológica Nacional, que tem uma abertura com consulta prévia que nos obriga a ter uma dotação de 37.900,00 euros. E o valor que o Senhor Professor falou, que lhe parecia estranho, dos 200.000,00 euros, volto, outra vez, a dizê-lo: Para a Proteção de Dados a com RGPD são 29.000,00 euros. E para o Regime de Proteção de Denúncia de Infrações é obrigatório, não é porque nós queremos, é obrigatório e nem acho mal, são 4.400,00 euros. Para a Prestação de Serviços de Consultadoria no âmbito do Regime Jurídico da Segurança Social e Ciberespaço são 37.900,00 euros.

Juntem a estes 37.000,00 euros mais 30.000,00 euros, são 68.000,00 euros, mais 5.000,00 euros são 73.000,00 euros, só na parte do Ciberespaço e do Regime de Proteção de Dados. E são estes valores que estamos aqui a falar dos Outros Serviços, Trabalhos Especializados. Todos eles estão aqui, devidamente, enunciados.

E o acautelar que tem a ver com os processos judiciais que decorrem das despesas contingentes onde possa Autarquia ser associada a isso. Estão aqui rubrica a rubrica, valor a valor, tudo, para onde é que estão afectos os valores.

Na Aquisição de Bens de Capital: Terrenos - 54.240,00 euros, este e outros que possam vir a decorrer da expansão industrial. Os Mercados e Instalações, Fiscalização Sanitária, 33.100,00 euros, do que decorre das nossas obrigações, 75.000,00 euros para Viadutos, Arruamentos e Obras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Complementares, porque é, depois o que nós falamos, que é preciso fazer os fornecimentos contínuos para nós continuarmos a fazer.

Captação e distribuição de água, 20.300,00 euros com contadores, com a manutenção de tudo o que é o nosso funcionamento. A via rural, que estão lá contabilizados 62.000,00 euros por o que é a abertura de caminhos, a manutenção dos caminhos florestais e rurais, software informático, mais 14.400,00 euros, ainda há a acrescentar. Equipamento básico tem a ver com as escolas, com substituições, 7.500,00 euros.

Portanto, são esses valores todos que estão aqui, limpeza e higiene, 5.000,00 euros. Produtos químicos e farmacêuticos, 60.000,00 euros, muito grandemente para as piscinas municipais, que são precisas, para as ETAR,s, para o para o Reservatório, para tudo o que tem a ver com a água. Material e peças, 34.400,00 euros, com o nosso programa obsoleto. Nós vamos fazer uma hasta pública porque estão desintegradas 32 viaturas municipais. E, portanto, é disso que estamos a falar. Juntam estes valores todos e estão lá estes valores que estamos aqui a falar.

Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Presidente.

Senhor Deputado, está esclarecido? Mas tem que ir ali para ficar gravado.

O Senhor Deputado António Borges:

- Eu não pedi ao Senhor Presidente para me descrever onde é que gasta esse dinheiro, nem isso me interessa, nem isso faz parte das minhas atribuições. Agora o que eu só preciso pôr aqui em contrapartida era o que diziam antes e o que fazem agora.

Antes diziam que o dinheiro que se gastava nos Serviços, nos Estudos, nos Pareceres, nos Trabalhos Especializados e outros Serviços, foram só estes 3 pontos que eu peguei, foi nos Estudos, Pareceres, Consultorias, nos Trabalhos Especializados e nos Outros Serviços não Especificados, que eram os pontos onde, na altura, o Senhor Vereador Joaquim Amaral mais atacava e na Assembleia, porque eram valores que deveriam ser feitos pelos Funcionários da Câmara. Era assim que era dito.

Agora têm valores muito grandes, têm valores muito grandes e reforços de $\frac{1}{3}$ do que estamos aqui a distribuir. Mais nada. Agora é evidente, é evidente que a gestão é vossa, vocês fazem como quiserem. Eu só a fazer aqui uma análise política desses 3 pontos. Mais nada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Tem a palavra Senhor Presidente da Câmara para esclarecimentos complementares.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Depois da análise financeira que, eu, me parece que era o mais essencial, mas parece que não é para toda a gente, para onde é que está, com a clareza, de uma vez que não era feito isso.

Por isso é que também eram pedidas informações, que acabavam por não chegar. Eram pedidos para perceber como é essa distribuição era feita. O que nós fizemos foi desdobrar tudo. Portanto, mais clareza que esta não existe.

Sobre a questão da análise política, desculpe dizer-lhe, Senhor Deputado, mas anda distraído porque muito do que tem a ver com algumas coisas que nós fomos assacados de responsabilidades tem a ver com a questão de muitas das avenças que havia, de prestação de serviços, estão descontinuadas.

Tem aí o concurso de Engenheiro Eletrotécnico, precisamente, para obstar isso. Tínhamos duas prestações no Serviço de Comunicação que foram descontinuadas onde há poupanças também nisso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Tem um conjunto do que foi feito e falou bem, de Funcionários onde o que foi feito, temos uma prestação jurídica que é metade do valor que tínhamos. Temos uma prestação de Engenharia Civil, que era feita na ordem dos 42.000,00 euros, em 2 anos, que foi descontinuada, porque faz sentido uma pessoa no Quadro com valor a metade do valor e com a plenitude durante o tempo todo. Se quer falar em coerência, a coerência é esta. Aquilo que nós dissemos que íamos fazer é o que estamos a fazer.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Com certeza.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não só para dar uma breve nota, Senhor Presidente. Ainda bem que o Senhor Presidente da Câmara disse aqui para esta ata que está a cumprir tudo aquilo que é, com que se comprometeu em matéria de Assessores. Ainda bem.

Assim, qualquer dia, se aparecer assim, qualquer, não, não, diz que reduz as despesas com Assessores Jurídicos, etc. Pronto, então se qualquer dia aparecer aqui qualquer coisa, qualquer fatura, qualquer coisa de continuação, de prestação de serviços de assessoria, que o Senhor Presidente acabou de dizer para esta ata que já não existem, que estão todos descontinuados, ou menos temos uma ata à qual voltar para o confrontar com esta realidade.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente, só uma coisinha, porque é preciso uma correção, não leve a mal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faz favor. faz favor.

O Senhor Presidente da Câmara:

- A questão é a seguinte: Ó Senhor Deputado, até aí, repare que eu fui consequente. Não tenho Assessor. E olhe que havia no anterior Executivo, havia e mais que um.

Portanto, repare que aí também houve mudança. Está a ver e fomos consequentes e implementámos aquilo que dissemos.

Sobre a questão da assessoria jurídica, só. Só 2 pontos. Sobre a questão da assessoria jurídica, a assessoria jurídica é tão simples como isto: Nós não temos nos quadros da Câmara ninguém que possa ir à barra do Tribunal, entre aspas. Temos jurista, mas que não pode ir à barra do tribunal.

O que nós dissemos é que o valor era alto e temos uma assessoria jurídica que é metade do que era o anterior e mais adequado do que é que são as prestações de serviço.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Fomos consequentes.

Para terminar, Senhor Presidente e mesmo para terminar, no que é, obviamente que a prestação de serviço na parte eletrotécnica não vai acabar de um momento para o outro. Eu, é bom fazer essa correção, porque nós temos um concurso a decorrer e, obviamente, que até lá tem que ser salvaguardado o que são as responsabilidades do Município.

E, portanto, essa prestação de serviços tem que ser continuada até termos um Engenheiro Eletrotécnico. E, isso aplica-se num e noutro sistema. Agora está em marcha isso acontecer para não estar descontinuado. E aí sim, fomos consequentes uma vez mais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Então, os pontos 19, 20 e 21, como estão interligados, a menos que haja sentidos de votação diferentes. Há? Ponto a ponto.

Então, ponto 19 - Primeira revisão orçamental. Quem vota contra? Quem se abstém? Oito abstenções dos Senhores Deputados: João Paulo Almeida, Milton Duarte, Vera Faria, António Borges, Augusto Borges da Silva, António Rui Nogueira, Isabel Gonçalves e Maria Conceição Monteiro.

Portanto, está aprovada por maioria.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.19 – Discussão e Aprovação da 1.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então, vamos pôr a minuta à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade a minuta.

Ponto 20 - Discussão e aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental. Quem vota contra? Quem se abstém? Oito abstenções dos Senhores Deputados: João Paulo Almeida, Milton Duarte, Vera Faria, António Borges, Augusto Borges da Silva, António Rui Nogueira, Isabel Gonçalves e Maria Conceição Monteiro.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Os mesmos. É um documento do Orçamento de Estado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Aprovado por maioria.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.20 – Discussão e Aprovação do mapa de demonstração do desempenho orçamental do período findo em 31 de dezembro de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Vamos pôr à votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Então a minuta está aprovada por unanimidade.

Ponto 21 - Discussão e aprovação da segunda revisão orçamental. Quem vota contra? Quem se abstém? Oito abstenções dos Senhores Deputados: João Paulo Almeida, Milton Duarte, Vera Faria, António Borges, Augusto Borges da Silva, António Rui Nogueira, Isabel Gonçalves e Maria Conceição Monteiro. Está aprovada por maioria.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.21. – Discussão e Aprovação da 2.^a Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2024, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 19 votos a favor, 0 votos contra e 8 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então vamos pôr a votação a minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade a minuta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Passaríamos ao ponto 22 - Discussão e Aprovação da Minuta de Contrato de Consórcio – Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) – “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro”.

Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Só um minuto muito rápido.

Decorre do que é uma candidatura conjunta de instituições de ensino superior e agentes económicos no setor do Turismo, em particular do Termalismo e Municípios, incluindo o nosso.

Naturalmente que nos associamos, como nos temos associado ao longo dos anos, em abono da verdade, nesta questão fulcral para o nosso Município que é o termalismo.

E eu aproveito o ensejo para um assunto que está agendado para a próxima reunião de Câmara, mas também dando conhecimento aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal porque esse conhecimento é agora do domínio da Autarquia.

Fomos informados hoje de que, como sabem, houve, da entidade promotora que faz a exploração das termas das Caldas da Felgueira, um PER, que foi apresentado, uma proposta de insolvência que decorreu no intuito de, eventualmente, os encargos que podiam ser feitos de uma forma diferenciada.

Decorreu do Instrutor que, entre outras coisas, fossem perdoadas, fossem pagas as dívidas todas aos bancos e, excetuando o Município, que é uma coisa fantástica do Instrutor.

Naturalmente, com o apoio da Câmara toda, recorremos ao Tribunal da Relação. E o Tribunal da Relação pronunciou-se e deu provimento ao que estava no Instrutor, que é uma coisa de facto, notabilíssima.

Ainda não tivemos acesso ao Relatório. Mas isto quer dizer que não é uma boa notícia porque a boa notícia é que a proposta que havia de lá era que, em vez dos duzentos e quarenta e poucos mil euros que eram devidos à Autarquia das rendas, vigorou o pressuposto que lá estava, que era uma comparticipação de 15% a 20%.

O que é manifestamente uma injustiça enorme para o Município. É um processo que se arrasta há anos, desde que que esta Entidade lá está. Eu, sem problemas nenhuns e sou conseqüente com aquilo que digo, não tenho problema nenhum, julgo que as nossas Termas não estão muito afortunadas no que é o Agente Promotor das Termas das Caldas da Felgueira e digo isto sem pejo.

Temos um problema grave que se, em abono da verdade, a instalação é nossa, a exploração das águas, que é o que é o mais relevante também neste caso, está pela empresa que é exploradora e tem uma exploração por 99 anos, que é uma enormidade.

Houve, há alguns anos atrás, a possibilidade de nós nos candidatar-mos, como eu acho e exprime-me na altura, que devia ter sido feita, que era o Município ficar, à semelhança de outros, com a exploração das águas. Como vocês sabem, tudo o que é do subsolo é do Estado e por isso é que a questão do lítio é como é porque o Estado é que decide, não precisa da aprovação da Câmara.

Mas nós perdemos essa oportunidade e temos aqui um grande búzio, isso que é, eventualmente, resolvermos a questão do edifício ser da Câmara e até, em última instância, regularizá-mos isto de outra maneira, que pode ser sair de lá o Promotor, em última instância, mas depois ninguém quer ir para lá porque, em abono da verdade, não consegue explorar as águas, que é isso que é importante.

Apresentá-mos o assunto ao Ministério do Ambiente, ao Senhor Doutor Duarte Cordeiro, que foi muito sensível ao argumento e achava que era pertinente que não houvesse este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

faseamento e deixou abertura. Entretanto, não sei o que é que vai acontecer agora a nível nacional, mas essa exposição foi feita.

Da nossa parte parece que já com duplo julgado, digamos assim, produz efeito. Infelizmente, nós vamos avançar na mesma para a parte em que era uma componente do contencioso que é passar a titularidade do edifício, como se comprovou, para o Município, que não é uma efetivação. Infelizmente, mas vai ser feita desta forma. E, em última instância, recorreremos do não pagamento dos arrendamentos a partir daí.

Portanto, nós, tem sido transversal, tem sido o apoio de todo o espectro político partidário. E é continuado porque nós achamos mesmo que não há, não tem problemas com a palavra, boa vontade para com o Município para promovermos como deveríamos as Caldas da Felgueira e o nosso Termalismo em particular. Isto é uma forma de nós promovermos na mesma, independentemente de quem é o Promotor.

Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Presidente.

Algum dos Senhores Deputados pretende mais esclarecimentos sobre esta minuta de contrato? Então? Quem vota contra? Quem se abstém. Uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Almeida. Está aprovada por maioria.

A Senhora Primeira Secretária:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.22 – Discussão e Aprovação da Minuta de Contrato de Consórcio – Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC) do Programa de Valorização Económica dos Recursos Endógenos (PROVERE) – “Valorização dos Territórios Termais da Região Centro”, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 26 votos a favor, 0 votos contra e 1 abstenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Votação da minuta. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade.

E passamos ao último ponto que o relatório da atividade de 2023 da CPCJ.

Não temos ninguém para apresentar, ou para defender, este relatório. É apenas para conhecimento. Não sei se alguém pretende algum esclarecimento que o Senhor Presidente da Câmara possa dar. Ninguém? Faz favor.

O Senhor Deputado António Borges:

- Eu só queria lamentar que, de facto, não haja ninguém disponível na CPCJ para apresentar este relatório porque acho que é importante e era, se calhar, uma das únicas formas de a maioria de nós conseguimos ver e interpretar aquele relatório que é bastante extenso e importante.

Mais: Que nós, na CPCJ estão 4 Elementos eleitos por esta Assembleia. Portanto, pelo respeito que deveríamos merecer, se calhar, não ficava nada mal uma apresentação, ainda que breve, desta situação.

Para além disso, a Senhora Presidente da Comissão é um Elemento eleito por nós. Se calhar, fica em falta essa apresentação, embora ainda que sucinta.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu tinha a informação de que estaria alguém para defender esse relatório. Não está. Pode ter surgido qualquer imprevisto. Não sei se o Senhor Presidente da Câmara tem alguma informação sobre isso. Não. Então. Aí está?

A Senhora Dr.ª Rosário David_



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Precisa de alguma apresentação, ou faço a exposição?

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Tem aqui o relatório. Faz favor, se precisar de uma ajuda.

A Senhora Dr.ª Rosário David:

- Boa tarde a todos.

Eu não estava aqui nesta condição. Por acaso, desci para vir assistir à Assembleia, mas se houver alguma dúvida ou estou aqui disponível para apresentar o relatório.

Não sei se querem que eu.

É assim, nós estamos com menos casos, mais complexos, mas menos. Do ano de 2022 transitaram 43 processos. Novos, 45. Reabertos, 15. Total de entradas, 104. Transferências para alterações de competência territorial, tivemos um. Total de processos com instrução, 98.

Isto é extenso. Estou a falar de uma forma generalizada.

Temos uma criança ucraniana, como tiveram oportunidade de ver. Não sei se leram o relatório todo.

A problemática, neste momento, continua a ser a violência doméstica e alguns abusos sexuais também. Peço desculpa?

As Entidades de primeira linha estão a trabalhar isso e nós estamos disponíveis também à medida que os casos nos vão surgindo e mediante as complexidades.

Da nossa parte, enquanto CPCJ, foram feitas várias atividades, como prevenção para isso. Está a questionar-me relativamente a quê? Aos abusos? À violência doméstica? Sim, claro que sim. Cabe-nos a todos nós. Aliás, até porque a violência doméstica é crime público. Mas sim.

Não sei se querem mais algum esclarecimento? Se querem, porque é um relatório extenso, mas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado. Há aqui uma coisa que eu acho que li bem, que é assim: Neste momento diminuiu o número de processos. Atualmente, estão 16 ativos. Mas, como já disse isto tem muito a ver com o facto de diminuir o número de processos, mas em contrapartida, os processos também são mais.

A Senhora Dr.ª Rosário David:

- Complexos, exatamente.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Eu falava das Entidades que fazem parte e que estão à retaguarda, da Proteção Civil, da GNR, da gestão da própria.

Infelizmente, os casos existem, nós estamos na primeira linha.

É no Setor da Educação, da Saúde também presentes na Comissão os Elementos da Assembleia Municipal.

Portanto, temos a restrita e a alargada. A restrita é a que está a fazer este acompanhamento e o acompanhamento do feedback que nós temos das instituições.

A Senhora Dr.ª Rosário David:

- Eu estou as 35 horas. Para quem não sabe, eu estou as 35 horas, estou a tempo inteiro na CPCJ. Portanto, à medida que, como eu disse e como referi, que os casos vão surgindo e a complexidade dos casos vão-se resolvendo e até agora tem corrido tudo muito bem.

O Senhor Presidente da Assembleia:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

- Muito bem. Então parabéns pelo trabalho desenvolvido. Muito obrigado, dava por encerrado este ponto da ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muitos parabéns.

A Senhora Dr.ª Rosário David:

- Se precisarem, estamos disponíveis sempre.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Dava por encerrado o Período da Ordem do Dia e passaríamos ao terceiro Período com a Intervenção do Público. Estão abertas as inscrições, nome, morada e o assunto.

Primeira inscrição: Rua do Freixieiro, Canas de Senhorim. E o assunto? Ai, o assunto é a própria rua, está bem. Pensei que era onde morava.

Então segunda inscrição. Dr. Manuel Marques. Vila Ruiiva. Assunto: Agradecimento Público, certo? Há apenas 2 inscrições. Senhor Francisco Cardoso, faz favor, tem a palavra.

O Senhor Francisco Cardoso:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Ex.m.ª Mesa.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores, como é que se chamam vocês?

Senhores Vereadores.

Ex.m.º Público.

Ex.m.ºs Senhores Deputados.

Eu estou um bocado nervoso porque já fiz parte desta Casa durante muitos anos.

Aqui deixei, ali mais um amigo, Rui Costa, é nos debates. E fizemos amizades.

Senhor Presidente, eu venho aqui. Tive a honra de trabalhar com Doutor José Correia. Tive a honra de trabalhar com o Doutor José Vaz. Tive a honra de trabalhar com o Engenheiro José Manuel. Tive a honra trabalhar com o Doutor José Correia, novamente. E, trabalhei, apenas um ano com a Doutora Isaura.

Nunca vos pedi nada. Nunca, nesta Câmara, pedi alguma coisa para a minha pessoa. Quando falei, falei em nome dos outros.

Hoje venho pedir para mim. Talvez por o adeus às armas e os meus 81 anos.

Senhor Presidente, pedi à Doutora Isaura quando ela foi Cônsul nesta Casa, que fizesse qualquer coisa para regular o trânsito na Rua do Freixieiro.

Sim Senhor, Sim Senhor, Sim Senhor. Acabaram os mandatos e, possivelmente, não puderam e não fizeram.

Com o Doutor Borges da Silva fiz o mesmo pedido, que encaminhou, na minha frente, na minha frente, o Doutor Borges da Silva encaminhou o meu pedido para o então Encarregado das Obras.

Deu uma desculpa de lana-caprina. Em Inglaterra, não há disso, pá, é um país civilizado. Mas não estamos num país que pretendemos civilizado.

No tempo da Inquisição fomos civilizados à força, e de que maneira. Fomos esticados no rodel de madeira que nos partia a todos. Fomos queimados na fogueira, fomos chamados hereges.

Hoje, eu seria um herege, porque não acredito naquela sucata toda.

Hoje tive, Resolvi Hoje vir aqui pedir ao Senhor Presidente Porque há 15 dias eu ia sendo morto na minha rua.

O nível etário da minha rua são 77 anos. Dos moradores todos, são 77 anos, com dificuldades de locomoção. Dificuldades de audição. De visão. São pessoas que deram uma vida



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

de trabalho e deram a este Município algo de si. Acho que era hora de devolver a essas pessoas algo do Município.

E aquilo que eu venho pedir custa muito pouco. São 3 lombas. Os Senhores têm no armazém e que andaram a pô-las todas no lugar onde não deviam. Isto é, na Ribeira da Carvalhal Redondo, para Carvalhal Redondo, numa reta puseram uma bomba. Passada outra na outra reta a seguir outra lomba. Na reta de Canas de Senhorim, naquela rua que vai chegar, ou que chega ao Jardim Escola João de Deus, puseram outra lomba. Mas na Rua do Freixeiro, nada.

Noutro dia, eu vinha a sair, ou ia a sair não, ia a entrar em casa e tive que dar a volta lá uma coisa qualquer que estava lá, veio um carro a 80 kms, mais, ou menos, à hora. Não ligou nenhum a quem vinha ali e o Francisco Cardoso ia-se embora.

Ó pá, eu não faço cá falta nenhuma. Eu fiz tudo que tinha a fazer. Eu já berrei. Eu já tratei mal. Eu já fui bruto. Eu já fui bem-educado. Eu já fui gentil. Eu já fui uma série de coisas. Nunca ganhei nada com isso. Também nunca foi preciso porque Deus, se é que existe, que eu duvido, deu-me 2 braços para trabalhar, 2 ouvidos para ouvir, 2 buracos no nariz para cheirar, 2 olhos para ver e deu-me uma língua bem limpa sem vergonha, absolutamente, nenhuma para falar.

Não venho aqui vender política. Também já vendi. Mas esse tempo já lá vai. E, como vos disse há bocado, eu tenho 81 anos, sou um Sénior, ou aliás, mais que Sénior, já sob um morto-vivo que anda aqui a locomover-se e a chatear as pessoas.

Por isso, Senhor Presidente, eu peço, por favor, mande, o mais depressa possível, o mais depressa possível, pôr 3 lombas na Rua do Freixeiro para poder moderar, não é organizada assim, que é para poder moderar no trânsito que vem da Urgeiriça para Canas de Senhorim e de Canas de Senhorim para a Urgeiriça.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Francisco.

O Senhor Francisco Cardoso:

- Só um momento que eu ainda não acabei. Não.

Eu digo-lhe, peço-lhe, isto nunca aconteceu no Jardim Escola João de Deus, a entrada é para a Rua do Freixeiro. E quando é às 8:30 horas até às 9:30 horas, mais ou menos, é carros, é carros sim, carros sim, em fila sim, fila sim, depois fila não, fila não, depois fila sim, fila sim. Quer dizer, está tudo embatucado.

O que acontece? Do lado de lá, naquela rua que abriram, não sei se tem nome ou não, também não me interessa, há um parque de estacionamento com 20 e tal metros. O que é que aconteceria se as pessoas tivessem bom senso? Chegavam ali aos Senhores do Jardim-Escola, abriam-lhe ali um portão, porque eles querem-no abrir. Ponham lá uma porcaria de um portãozinho de ferro e fazia-se por ali a entrada e a saída dos alunos. A Rua do Freixeiro ficava livre. Penso que não deve haver com vontade para isso.

Senhor Presidente da Assembleia: Isto, agora é para si. Quero dar-lhe os parabéns porque outro dia li nas redes sociais uns indivíduos que, desta coisa não percebem nada, que o Senhor despachou determinado documento. O que foi não importa saber. À mão. Ora manda o bom senso e a boa educação que os despachos sejam sempre feitos à mão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Eu estava certo.

O Senhor Francisco Cardoso:

- E acredito que desta vez há, porque há uma coisa que eu aqui me comprometo. É que se houver algum dia, algo prejudicial às crianças, ou às pessoas, em frente ao Jardim Escola João de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Deus, ou na Rua do Freixieiro, eu tenho, ainda tenho a capacidade de mobilizar os moradores todos a apresentar uma queixa-crime no Ministério Público contra a Câmara

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado, Senhor Francisco. Não vai ser necessário.

O Senhor Francisco Cardoso:

- E, eu não queria, francamente. Muito obrigado por me deixarem dissertar nesta Assembleia pela última vez.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Não será a última. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Junta de Canas Senhorim, se calhar, vai atender ao seu pedido e o Senhor Presidente da Câmara também. Não sei se serão 3. Mas poderão ser só 2 lombas.

Muito obrigado. Ou 4. O Senhor Presidente da Câmara já vai responder, naturalmente. Doutor Manuel Marques, faz favor.

O Senhor Dr. Manuel Marques:

- Muito boa noite.

Senhor Presidente da Câmara Municipal.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Na pessoa de Vossas Excelências, cumprimento todos os presentes.

Hoje, quero fazer aqui um agradecimento público porque terminou aqui hoje, com a intervenção da população, que foi a discussão pública, para que um regulamento possa entrar em vigor.

Foi aprovado hoje esse mesmo regulamento do qual eu fui pai. Posteriormente, subscrito pelo Senhor Vereador que comigo lutamos no mandato anterior para que esse regulamento fosse mesmo feito. Hoje demonstrou-se aqui, de facto, efetivamente, quem é que gosta dos Bombeiros e quem é que não gosta dos Bombeiros.

Agradeço também aos Senhores Vereadores que representavam uma força política, que naquela data votaram contra, mas que hoje, ou no passado, ou melhor dito no passado recente, votaram favoravelmente. Digo de uma forma objetiva e determinada. Lutarei pelos Bombeiros do meu Concelho, até que o Coração me doa.

Diz o povo de uma forma sábia e a Medicina também que o Coração não dói. Portanto, quer isto dizer que lutarei pelos meus Bombeiros até morrer.

Recordo-me do momento atribulado que existia com a divisão do Concelho de Nelas com Canas de Senhorim, quando os Bombeiros, um Corpo de Bombeiros atacava um incêndio numa localidade e que pensavam que por Manuel Marques, por oposição à divisão do Concelho, o Manuel Marques não trataria bem os Bombeiros de Canas de Senhorim- Não. Tenho uma pessoa aqui à minha frente que se recorda que foi, imediatamente, prestado todo apoio alimentar que eles precisaram para se alimentar, para conseguirem combater o incêndio que que flagrada em grande em grande quantidade e enorme.

Por isso, há umas pessoas que não gostam. Outras que gostam. Mas há pessoas que não gostam de Manuel Marques fale nos Bombeiros. Eu falarei nos Bombeiros até morrer.

Tenho presente a construção daquele quartel, dos ataques ferozes que foram feitos no quartel novo. Está ali um homem que, corríamos para Lisboa numa Toyota Hyace, cheios de calor e foi com o nosso esforço, com o esforço da Senhora Dr.^a Isaura Pedro, com o esforço da Arquiteta Denise e do Comandante João, que aquele quartel hoje apareceu.

Tenho tristeza por não o ter conseguido. Mas vou lutar, vou lutar até o último bater do meu Coração para que os Bombeiros do meu Concelho continuem a contar com a minha



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

determinação, com a minha coragem, com a minha vontade para que sejam a Nobre, as Nobres Associações que são deste Concelho.

Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

Senhor Presidente da Câmara, já ultrapassámos, em muito, as 3 horas regimentais da duração da Assembleia. Penso que tenha o consentimento do Plenário para continuar.

Senhor Presidente da Câmara. Mais 5 minutos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

Obrigado. Não, não. Acho que nem é preciso tanto.

No que disse, ou no que respeita à intervenção do senhor Francisco Cardoso, saudar o seu regresso ao púlpito aqui na Assembleia Municipal, num outro contexto enquanto munícipe. Anteriormente, enquanto Membro integrante da Assembleia Municipal.

Mas dizer-lhe 2 coisas que também acho importante serem ditas: Independentemente de obviamente, ser, ou ser equacionável, digo eu, a questão de tentarmos regularizar a velocidade excessiva da Rua do Freixieiro, dizer-lhe que, do que decorre até com os nossos Serviços, a Lei diz que a velocidade está devidamente regulamentada e voltamos outra vez aqui à parte do civismo, como falei há pouco, quando falei com o Senhor Deputado Pedro Pinto na questão do Parque da EDM.

A falta de civismo é uma coisa que não se regulamenta. Não era preciso. Mas, em abono de verdade, mesmo com a falta, ou não, de civismo a funcionar e que ocorre na Rua do Freixieiro, na Assembleia Municipal, quando estão a falar as pessoas. Portanto, decorre em qualquer situação.

E decorre também do que é a falta de civismo do que são as populações, uma coisa que é uma questão de berço. Não é uma questão de Estatuto. É uma questão de berço. E nem sempre toda a gente tem bem vincado este valor intrínseco que deve ter do civismo. Agora, não nos podemos só socorrer e isso, em abono da verdade. Também temos que arranjar, se calhar, soluções para mitigar a falta de civismo.

E, portanto, o que atentou é uma questão sopesável que vai ser tida em conta. Não diria que seja 1, ou 2, ou 3 bombas, porque tem procedimentos e estudos de quem de direito. Eu julgo que as 3 lombas seriam o que o Senhor Francisco Cardoso julga que será o adequado.

Nós temos Serviços que fazem esse estudo, que acharão o que é adequado em termos do que é a segurança das populações e das pessoas na Rua do Freixieiro. Mas deixe-me que lhe diga também que, de igual modo, há uma intervenção já recomeçada, com alguns problemas estruturais, na Rua do Freixieiro e muito deles concluídos, com o saneamento, com a Ribeira.

E, agora, se calhar esta parte será equacionável também. Não lhe digo se é 1, ou 2, ou 3 lombas. O que me parece natural é que os Serviços poderão e deverão fazer informação sobre essa sobre essa matéria. Eu pensei até que até podiam ser os passeios da Rua do Freixieiro, mas, já que estamos nisto.

Passando para o que disse o Senhor Munícipe Manuel Marques, o Regulamento de Apoio dos Bombeiros, acho que já falámos suficiente. Acho que é transversal. A História é feita da História.

O que interessa é que, neste momento, os Bombeiros Voluntários do nosso Concelho vão poder usufruir de um Regulamento de Apoio, Senhor Presidente, se eu puder concluir, vão conseguir usufruir de um Regulamento de Apoio que tem a ver com uma coisa que nós nos comprometemos e fizemos com os Bombeiros que estava no Programa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

Em 2022, ainda não tínhamos um ano de mandato, tínhamos comprometido a criar a segunda EIP em cada uma das Corporações e concretizámos, cumprimos.

Em 2023 comprometemo-nos com os Bombeiros a repor os subsídios que tinha sido descontinuado. Como sabe muito bem e repusemo-lo. E, tanto os Bombeiros de Nelas, como os de Canas de Senhorim, compraram uma viatura com um apoio que o Município lhes deu de 25.000,00 euros a cada uma das Corporações, independentemente das dificuldades financeiras.

Comprometemo-nos em 2024 a fazer os benefícios sociais e eles estão aí.

Portanto, para quem se diz que não há, ou planificação, ou honrar os compromissos, estão feitos no que é a Proteção Civil neste sinal com os Bombeiros, os compromissos já estão todos que tínhamos.

Há sempre muito para fazer e tudo para fazer. Mas o que estava em compromisso com os Bombeiros, está cumprido e acho que estamos todos de parabéns por ter conseguido atingir esse desiderato.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Em Abril vamos ver-nos mais vezes. Temos a sessão ordinária. Temos a Assembleia Municipal Jovem. E temos as comemorações do 25 de Abril.

Até lá, muito boa noite para todos.

Muito obrigado.

Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: